



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 60 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 - UASG 925814 SIASG/COMPRASGOV n.º 90004/2026	
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS AUXILIARES (ACESSÓRIOS E OPERACIONAIS PADRONIZADOS), MEDIANTE A ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NAS DEPENDÊNCIAS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
SRP? NÃO	VALOR ESTIMADO MENSAL: R\$ 42.661,20 (quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos) VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 511.934,40 (quinhentos e onze mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos) VALOR ESTIMADO TOTAL POR 60 MESES: 2.559.672,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil seiscentos e setenta e dois reais).
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 24/02/2026, às 13:30 horas Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br	Pauline Sabará Souza Pregoeira
Vistoria? () SIM (X) NÃO	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO - Vide Item 3.1 do TR
AMPLA CONCORRÊNCIA	
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 19/02/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjto.jus.br	Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142 - 2534 e e-mail: cpl@tjto.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.	
ATENÇÃO A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021. Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento. A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).	

Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: <https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.0.000015255-5

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho de 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e, tendo em vista o que consta do Processo nº **25.0.000015255-5**, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS AUXILIARES (ACESSÓRIOS E OPERACIONAIS PADRONIZADOS), MEDIANTE A ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NAS DEPENDÊNCIAS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pela pregoeira **Pauline Sabará Souza**, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela **Portaria nº 769, de fevereiro de 2025**.

DATA: 24 de fevereiro de 2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 horas

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS AUXILIARES (ACESSÓRIOS E OPERACIONAIS PADRONIZADOS), MEDIANTE A ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, NAS DEPENDÊNCIAS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

- 1.1.1 –** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.
- 1.2 –** A licitação será realizada em único item, conforme subitem 1.1.3 do Termo de Referência (Anexo I).
- 1.3 –** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos serviços.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

- 2.1.1 –** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.
- 2.1.2 –** O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.2 –** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:
- 2.2.1 –** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.2.2 –** estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- 2.2.3 –** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- 2.2.4 –** estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.2.5 –** pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;
- 2.2.6 –** das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;
- 2.2.7 –** se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.2.8 –** constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que

utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

2.2.10. Sociedades cooperativas, em se tratando de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características se encontram bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021 e nos quais se evidencia, por força da Súmula-TST nº 331 e agora do artigo 121, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade subsidiária do ente público contratante por encargos trabalhistas não adimplidos pela Contratada, caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada. Esse entendimento está alinhando com o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU(<https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/comunicados/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>).

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do **item 2.8.1 do Anexo I do Edital** (Termo de Referência).

2.8 - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.9 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.10 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – Não se aplica.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço global pelo período de 60 (meses) meses**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento dos serviços a serem contratados, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

4.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.3 – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4 – O campo ‘Descrição do Objeto’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

4.4.1 - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.4.2 - O pregoeiro somente terá conhecimento das informações cadastradas nas propostas após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada às propostas e à identidade dos participantes do certame eletrônico.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5.1 - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

4.6 – **A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.**

4.7 – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

4.9 – As propostas terão **validade de 90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6 – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5.7 – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

5.7.1 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.7.2 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

6.1 - A fase de lances deste Pregão será processada pelo **modo de disputa “aberto”**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.4 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.5 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.6 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.7 - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.8.

6.8 - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.8.1 – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.8.2 - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

6.9 – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.10 – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.8.

6.11 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.11.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 6.3 deste Edital.

6.12 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.12.1 – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento)**.

6.13 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.14 – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.14.2 - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

6.15 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.15.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.16 – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.16.1 – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.18 - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema.

6.21.1 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.2 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.21.3 - Nos termos do art. 8º da IN TJTO n.º 15/2024, o qual regulamenta o inciso III do art. 60 da Lei 14.133/2021, serão consideradas ações de equidades o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nesta ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.22 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

6.22.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.22.2 - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.22.3 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

6.23 – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares relacionados nos subitens do item 9.1.2 deste edital, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.23.

6.24 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.4 – Caso constatado o extrapolamento do limite de enquadramento da ME/EPP, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

7.4.1 - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema**, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 – A proposta deve conter as especificações dos serviços de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório e seus anexos, descrevendo detalhadamente os serviços e demais elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as descrições cotadas, em conformidade com o Anexo A (Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços) do Termo de Referência, devendo o licitante se atentar as disposições do item 1 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

9.1.2.1 - Deverá a licitante anexar a planilha de custo e formação de preços junto à sua proposta, observando as instruções e orientações contidas no modelo fornecido junto ao Anexo A (Modelo de Planilha de Custo e Formação de Preços) do Termo de Referência, bem como as demais orientações de preenchimento deste ato convocatório e seus anexos;

9.1.2.2 - Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada **sem a necessidade de majoração do preço ofertado**, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.1.2.3 - A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 135, §4º da Lei nº 14.133/2001, informa-se que foram utilizadas a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-obra do Estado do Tocantins - SEAC-TO, a qual foi registrada no MTE sob o nº TO000024/2025 no cálculo do valor estimado pela Administração.

9.1.2.4 - Do valor dos salários e da formação de preços:

9.1.2.4.1 - Para o posto de Auxiliar Administrativo adotou-se como referências o piso salarial e o auxílio-alimentação estabelecidos pela Convenção Coletiva, conforme valores iniciais a seguir transcritos:

ITEM	POSTO DE TRABALHO	VALOR DO SALÁRIO (44 horas semanais)	VALOR PROPORCIONAL (25 horas semanais) ¹	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
1	Auxiliar administrativo.	R\$ 1.958,62	R\$ 1.621,00 ²	R\$ 406,38 ³

9.1.2.4.2 - 25 horas: jornada de trabalho compatível com o funcionamento normal do expediente da contratante de 30 horas, bem como com a Cláusula Vigésima Terceira da CCT registrada no MTE sob o nº TO000024/2025.

9.1.2.4.3 - Aplicou-se o valor do salário mínimo (R\$ 1.621,00), tendo em vista que o valor mensal proporcional à jornada de trabalho de 25 horas semanais restaria inferior (R\$ 1.112,50).

9.1.2.4.4 - Valor do auxílio alimentação para jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais, conforme Cláusula Décima Primeira, parágrafo 2º, da CCT nº TO000024/2025.

9.1.2.5 – Não serão aceitas propostas que contenham valores de salários inferiores aos estabelecidos em convenção coletiva de trabalho (Anexo J) ou outra norma coletiva aplicável, vigente na data da abertura da sessão pública.

9.1.2.6 - Nos modelos inseridos no **Anexo A**, estão indicados os percentuais admitidos por lei ou fixados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e/ou decisões dos Tribunais de Contas, os quais deverão ser observados. Os demais percentuais deverão ser informados pela Licitante.

9.1.2.7 - Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, poderão ser corrigidas, mediante solicitação do Pregoeiro, os ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não ocorra a inclusão de novos itens na planilha e não haja majoração do preço proposto.

9.1.2.7.1 - A inclusão de itens não previstos na primeira planilha enviada ou a majoração do preço proposto inicialmente em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

9.1.2.8 - As empresas enquadradas no regime tributário do SIMPLES NACIONAL, quando da apresentação da proposta/execução do contrato, deverão formular sua proposta considerando eventual desenquadramento do regime tributário, o qual não ensejará posterior concessão de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo.

9.1.2.9 - A Contratada **NÃO** fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

9.1.3 – A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução dos serviços, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento contratual, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do valor total global por 60 (sessenta) meses, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.4 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.5 – A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do serviço ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) conter valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.6 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução dos serviços.

9.1.8 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Anexo I do Edital (Termo de Referência).

9.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 - Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI, do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação especificada neste edital.

10.1.1 – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas de pequeno porte o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.2 - Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência.

10.2 - Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

10.3 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica nos seguintes termos:

a.1) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que prestou, satisfatoriamente, serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos da item 10.3, alínea a, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

a.2) Os atestados ou declarações de capacidade técnico deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.3) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico, a uma única contratação, nos termos do item 10.9, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.4) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.5) Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c.2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.6) Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.7) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

a.8) O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado será(ão) assinado(s) pelo representante legal da pessoa emitente, o qual se responsabilizará na forma da lei.

a.9) Deverá constar no(s) atestado(s), no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato. e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

a.10) É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

10.3.1.1 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

10.3.1.1.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

10.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021 a habilitação será restrita a apresentação da seguinte documentação:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

- a.1)** Comprovação de que a licitante possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- a.2)** Os documentos referidos na alínea 'a' limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- a.3)** As licitantes criadas no exercício financeiro do presente certame deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

- b.1)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/ 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3.2.1 - Para fins de atendimento ao disposto na alínea “a” do item 10.3.2 deste edital, os documentos mencionados deverão ser apresentados da seguinte forma:

10.3.2.1.1 - Caso se trate de sociedade regida pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima):

- a)** Publicados em Diário Oficial;
- b)** Publicados em jornal de grande circulação;
- c)** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

10.3.2.1.2 - Caso se trate de sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA) ou sociedade limitada unipessoal (SLU):

- a)** Extraídos do Livro Diário, acompanhado de fotocópia do Termo de abertura e encerramento, devidamente autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.3.2.1.3 - Sociedade criada no exercício em curso:

- a)** Cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes.

10.3.2.1.4 - Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD), consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007 e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil, apresentarão documentos extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na seguinte forma:

- a)** Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;
- b)** Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped);
- c)** Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).”

10.3.3 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

- a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- a.2)** Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;
- a.3)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- a.4)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.
- a.5)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

10.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas, a contar da convocação pelo sistema**, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações, situado no Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a)** a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c)** a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

10.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

10.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

10.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XII - DO RECURSO

12.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

12.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três)

dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

13.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

13.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO nº 06/2021 (Anexo III do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

14.2 – A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor em assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido nos itens 15.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.3 – O fornecedor que se recusar a retirar a nota de empenho ficará também sujeito às sanções referidas no item 14.2.

14.4 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.1 – Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

14.5 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

14.5.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

14.5.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

14.5.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

14.5.4 – Findo o prazo do subitem 15.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.5 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo III do Edital).

14.6 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 14.4 a 14.5 deste edital, o instrumento contratual poderá, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

14.7 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

14.8 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

14.9 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

14.10 – As demais disposições estabelecidas no **item 9 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 – O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

15.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

15.1.3 – Caso o fornecedor, convocado para assinar o contrato, não compareça no prazo estabelecido no item 15.1, incorrerá no descumprimento do item 14.2.

15.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 – Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

15.4 – O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no **item 4.2 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

15.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

15.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do instrumento contratual, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

15.7 - O fornecedor deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

15.8 - Durante a vigência do contrato, é vedado à CONTRATADA contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021..

15.9 - O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XVI – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 – Conforme disposto no **item 13 do Anexo I do Edital** (Termo de Referência), **não será exigida garantia contratual na presente contratação.**

CAPÍTULO XVII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referencia de **2.559.672,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil seiscientos e setenta e dois reais)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.122.1145.4204

Natureza de Despesa: 33.90.37

Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XVIII - DO PRAZO E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Serviço.

18.2 - A Contratada deverá prover os postos de serviço nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, localizado no Edifício Amaro Empresarial - Quadra 103 Norte, Rua NO-11 com Avenida NS 01, Lote 02. CEP: 77001-036.

18.3 - Os horários de início e término do funcionamento dos postos de trabalho serão de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, exceto feriados.

CAPÍTULO XIX - DO REGIME DE EXECUÇÃO

19.1 – Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVI e da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

I - os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do CONTRATANTE para a prestação dos serviços;

II - o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

III - o contratado possibilite a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

19.2 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, após o recebimento da Ordem de Serviço.

19.3 – A ordem de serviço indicarão detalhadamente: local de prestação de serviços, o posto de serviço, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.

19.4 - A CONTRATADA que possuir 100 (cem) ou mais empregados deverá comprovar anualmente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei no 8.213/1991, que trata da contratação de beneficiários reabilitados e/ou pessoas com deficiência, nos termos do Art. 10 da Resolução 401/21 do Conselho Nacional de Justiça.

19.5 – As demais disposições estabelecida no **item 8 do Anexo I do Edital** (Termo de Referência).

CAPÍTULO XX - A PARTICIPAÇÃO EQUÂNIME DE HOMENS E MULHERES

20.1 - Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, notadamente ao disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da [Resolução CNJ nº 540/2025](#), os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida.

20.2 - Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 540/2025 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento.

CAPÍTULO XXI – DA FORMA DE PAGAMENTO

21.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal de serviços (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o TJTO), sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

21.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido, devendo apresentar ainda:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- e) Prova de regularidade com a Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- f) Relação nominal dos profissionais alocados nos postos de serviço, bem como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas do contrato, contendo a relação de empregados por tomador de serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes do efetivo recolhimento;
- g) Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior à execução dos serviços;
- i) Comprovante de pagamento, do mês do adimplemento da obrigação, referente ao auxílio alimentação e auxílio transporte dos profissionais alocados nos postos de serviço;
- j) Comprovante de pagamento do adicional de 1/3 de férias, no mês de gozo;
- k) Resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de serviço;
- l) Demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de serviço, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços;
- m) Planilha de cálculo do valor a ser abatido na Nota Fiscal pela não ocupação do posto de serviço em caso de faltas, férias e posto vago;
- n) Relação da compensação do auxílio-alimentação que não forem devidos, no mês subsequente à concessão das despesas com alimentação relacionadas às viagens custeadas através de diárias;
- o) Planilha de controle e provisionamento da conta vinculada, do mês de adimplemento;
- p) Espelho do contracheque do mês de adimplemento;
- q) Relatório da declaração completa DCTFWeb;
- r) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb - com o comprovante de pagamento;
- s) GFD-Guia do FGTS Digital com detalhamento - com o comprovante de pagamento; e
- t) Planilha de retenção do ISSQN de acordo com a alíquota do município onde os serviços são prestados, incluído os dados bancário do respectivo município.

21.1.2 - A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal, discriminando os serviços realizados, acompanhada de relatório mensal demonstrando as informações necessárias para procedimento quanto à retenção do imposto municipal incidente sobre a contratação, caso não apresente cópias das Guias de Recolhimento pagas, o relatório deverá conter: Quantidade de postos, valor, CNPJ do município, dados bancários e alíquota.

21.1.3 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

21.1.4 - O atesto das notas fiscais pelo fiscal do contrato é condição indispensável para seu pagamento.

21.1.4.1 - Na ausência do (a) fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal técnico substituto.

21.1.5 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes das mesmas estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou ainda, se os serviços executados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas no Termo e no contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

21.1.6 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.1.7 - O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste instrumento convocatório.

21.1.8 - Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

21.2 – Caberá ao prestador de serviços apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 14 deste edital.

21.2.1 - A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- I** - registro de ponto;
- II** - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- III** - comprovante de depósito do FGTS;
- IV** - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- V** - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- VI** - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

21.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

21.3.1 - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a CONTRATADA, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo CONTRATANTE.

21.3.2 - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

21.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo,

obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

21.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

21.7 – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 21.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

21.8 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

21.9 - Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

21.10 - Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CAPÍTULO XXII - DA EXTINÇÃO

22.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a rescisão do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

22.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

22.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

22.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIII – DA REPACTUAÇÃO

23.1 - Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, com a demonstração analítica da variação dos custos contratuais, conforme art. 7º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

23.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro nos órgãos competentes, para análise e aprovação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

23.3 - Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o reajuste contratual deverá ocorrer a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta.

23.4 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos da última repactuação ocorrida.

23.5 - A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

23.6 - As demais disposições do **item 11 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

CAPÍTULO XXIV - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

24.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o **endereço eletrônico cpl@tjto.jus.br**.

24.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento.

24.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

24.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.4 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

25.2 - O presente Edital está disponível para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br e www.tjto.jus.br.

25.3 - As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema comprasgov e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização na página do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

25.4 – Integram este edital os seguintes anexos:

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo A - Planilha de Custo e Formação de Preços;

Anexo B - Minuta da Ordem de Serviço;

Anexo C - Minuta do Atesto da Nota Fiscal;

Anexo D - Minuta dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;

Anexo E - Autorização de Desconto na Fatura;

Anexo F - Minuta do Termo de Nomeação do Preposto;

Anexo G - Minuta da Carta de Nomeação do Representante Legal;

Anexo H - Planilha de Controle da Conta Vinculada;

Anexo I - Planilha de Movimentação da Conta Vinculada (Rotinas); e

Anexo J - Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - registrada no MTE sob o nº TO000024/2025

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO III DO EDITAL - INSTRUÇÃO NORMATIVA TJTO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023;

ANEXO IV DO EDITAL - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

25.5 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

25.6 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

25.7 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.8 - Nos termos do art. 10 da Resolução CNJ n.º 401, os contratos de terceirização firmados no âmbito do Poder Judiciário devem comprovar periodicamente o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei no 8.213/1991.

25.9 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

25.10 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

25.11 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.12 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 03 de fevereiro de 2026.

Pauline Sabará Souza

Pregoeiro

ANEXO I

**Termo de Referência nº 48 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM**

Data	Versão	Descrição	Autor

12/11/2025	1.0	Finalização da primeira versão	Carlos Henrique Drumond Soares Martins
10/12/2025	1.1	Inclusão dos valores no subitem 1.1.3	Carlos Henrique Drumond Soares Martins
15/01/2026	2.0	Ajustes conforme Anotação SEDCC (6923356)	Carlos Henrique Drumond Soares Martins
22/01/2026	2.1	Ajustes conforme Anotação SEDCC (6943854)	Carlos Henrique Drumond Soares Martins

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto estabelecer as condições, quantidades e exigências necessárias à contratação de empresa especializada na prestação contínua de **serviços administrativos auxiliares (acessórios e operacionais padronizados)**, mediante a alocação de postos de trabalho para o cargo de Auxiliar Administrativo, **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com observância das recomendações aceitas pela boa técnica, às normas de segurança, qualidade e demais normas e legislações pertinentes.

1.1.2. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, L.N. TJTO nº 4/2023 e legislações correlatas.

1.1.3. A contratação em tela possui natureza comum nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade amplamente definidos no mercado, permitindo a comparação objetiva entre propostas e garantindo ampla competitividade, e observará às seguintes especificações técnicas e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL 60 MESES
1	Prestação de serviços comuns de natureza contínua, de auxiliar administrativo, envolvendo postos de trabalho, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Carga horária semanal: 25 horas.	24996 (Serviços Acessórios e Complementares em Atividades de Administração, Recursos Humanos e Recursos Financeiros)	Posto/Mês	10	R\$ 4.266,12	R\$ 42.661,20	R\$ 511.934,40	R\$ 2.559.627,00

1.1.4. Os postos serão inicialmente distribuídos para as seguintes unidades setoriais da Diretoria Administrativa-DIADM:

- 2 (dois) profissionais para o Gabinete da Diretoria Administrativa;
- 2 (dois) profissionais para a Divisão de Serviços Gerais - DSG;
- 2 (dois) profissionais para a Divisão de Contratos e Convênios - DCC;
- 2 (dois) profissionais para a Divisão de Correspondência e Reprografia - DCOREP; e
- 2 (dois) profissionais para a Central de Compras - CCOMPRAS.

1.1.5. Qualquer divergência entre a descrição dos serviços contida no CATSER e a descrição contida neste Termo de Referência, prevalecerá sempre o descrito no Termo.

1.1.6. Trata-se de uma demanda de natureza contínua, com impacto direto na qualidade e celeridade das atividades inerentes à Diretoria Administrativa, a qual presta auxílio direto à unidades administrativas e jurisdicionais diversas. A ausência desses profissionais tem gerado sobrecarga aos servidores destas unidades e dificultado o planejamento e a execução de contratações relacionadas a gestão e administração deste Tribunal de Justiça.

1.1.7. Os serviços serão contratados em **regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO)**, de forma que os empregados da contratada ficarão à disposição nas dependências do Poder Judiciário para a prestação dos serviços, não havendo, portanto, compartilhamento de recursos humanos e materiais disponíveis da licitante vencedora para execução simultânea de outros contratos.

1.1.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.1.9. Os salários e auxílios deverão obedecer ao estabelecido para a categoria, tendo como valor mínimo o ajustado na **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026**, celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-obra do Estado do Tocantins - SEAC-TO, a qual foi **registrada no MTE sob o nº TO000024/2025 (Anexo J)**.

1.1.9.1. Para o posto de Auxiliar Administrativo adotou-se como referências o piso salarial e o auxílio-alimentação estabelecidos pela Convenção Coletiva, conforme valores iniciais a seguir transcritos:

ITEM	POSTO DE TRABALHO	VALOR DO SALÁRIO (44 horas semanais)	VALOR PROPORCIONAL (25 horas semanais) ¹	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
1	Auxiliar administrativo.	R\$ 1.958,62	R\$ 1.621,00 ²	R\$ 406,38 ³

- 1) 25 horas: jornada de trabalho compatível com o funcionamento normal do expediente da contratante de 30 horas, bem como com a Cláusula Vigésima Terceira da CCT registrada no MTE sob o nº TO000024/2025;
- 2) Aplicou-se o valor do salário mínimo (R\$ 1.621,00), tendo em vista que o valor mensal proporcional à jornada de trabalho de 25 horas semanais restaria inferior (R\$ 1.112,50).
- 3) Valor do auxílio alimentação para jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais, conforme Cláusula Décima Primeira, parágrafo 2º, da CCT nº TO000024/2025.

1.1.10. Para fins referenciais, segue abaixo informações da categoria profissional que compõe o objeto da contratação tratada neste Termo, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (<https://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>):

FUNÇÃO	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - CBO		
	Código	Títulos	Descrição Sumária
Auxiliar administrativo	4110-05	4110: Agentes, assistentes e auxiliares administrativos 4110-05 - Auxiliar de escritório Auxiliar administrativo Auxiliar de compras Escriturário	Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

1.1.11. Os profissionais deverão possuir formação técnica compatível com as atribuições da função, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 4110-05), com certificado (mínimo) de conclusão do ensino médio e com conhecimentos básicos de informática, para atuar sob supervisão da contratada, em conformidade com as diretrizes e orientações da Administração do TJTO, realizando as diversas atividades afetas à função, bem como aquelas necessárias ao desempenho de suas funções junto ao TJTO, dentre elas:

- a) auxiliar no atendimento aos usuários do TJTO;
- b) auxiliar na elaboração e encaminhamentos de expedientes administrativos;
- c) auxiliar no controle de entrada e saída de materiais e na conferência periódica dos bens patrimoniais;
- d) recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais;
- e) organizar informações;
- f) cadastrar documentos, alimentar, realizar controle e consultas nos sistemas eletrônicos utilizados pelo TJTO, conforme relação exemplificativa a seguir, de acordo com sua unidade de lotação:
 - I - Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
 - II - Gestão de Recursos Públicos - GRP;
 - III - Sistema de Informação e Gestão Socioambiental - SIGA (ambiental);
 - IV - AGIR: metas de gestão e planos de ação;
 - V - Sistema Integrado de Credenciamento de Prestadores de Serviços - Credenciar;
 - VI - Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasgov e Contratosgov;
 - VII - Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
 - VIII - Sistema de Controle e Auditoria Pública, Módulo licitações, Contratos e Obras Públicas – SICAP-LCO do TCE/TO;
 - IX - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – e-Gesp; Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento / terceirizados (GP);
 - X - Banco de Preços, Pannel de Preços, sistema de gestão de fornecimento de alimentação das sessões do júri e sistema emissor de reservas de passagens aéreas;
 - XI - Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafe-TO;
 - XII - Assyst / Service Desk: demandas internas;
 - XIII - CorrespWeb: utilizado para a formalização do envio de malotes e para o controle do recebimento de documentações/correspondências; SGD (Sistema de Gerenciamento de Documentos): voltado à consulta e verificação de Avisos de Recebimento (AR), principalmente em atendimento a chamados registrados no Service DeskWeb;
 - XIV - Sistema de Correição – SICOR; e
 - XV - Transparência do TJTO.
- g) executar outras tarefas compatíveis com as atribuições do posto.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. A Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins enfrenta crescente demanda por atividades de natureza operacional e de apoio administrativo, essenciais ao bom funcionamento da máquina judiciária.

1.2.2. Desta forma, esta Diretoria Setorial identificou a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços administrativos auxiliares (acessórios e operacionais padronizados), mediante a alocação de postos de trabalho para o cargo de Auxiliar Administrativo em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), o qual possibilitará a redução do envolvimento de servidores em tarefas secundárias, instrumentais ou complementares às suas atividades finalísticas, proporcionado o acréscimo de produtividade e qualidade na execução das ações inerentes aos cargos efetivos deste Tribunal.

1.2.3. Cabe registrar que a presente contratação é necessária para suprir a execução de atividades administrativas que não se inserem nas atribuições dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Tribunal e tem por fundamento legal o art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que "poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade [...]".

1.2.4. A medida visa suprir lacunas de pessoal, garantir a execução regular de atividades de suporte e possibilitar que os servidores efetivos concentrem esforços em atribuições estratégicas e de maior complexidade, em consonância com o interesse público.

1.2.5. A contratação proporcionará ganhos significativos de eficiência administrativa, ao assegurar maior celeridade no trâmite de processos internos, além de promover economia de tempo e recursos, uma vez que o dimensionamento adequado da força de trabalho evitará retrabalhos e atrasos. Ademais, contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços

prestados, reforçando a capacidade da Diretoria Administrativa de atender às crescentes demandas do Poder Judiciário e da sociedade tocantinense de maneira organizada, transparente e eficiente.

1.2.6. Em síntese, a alocação de Auxiliares Administrativos atende ao interesse público, vez que proporcionará:

1.2.6.1. Agilidade e eficiência na tramitação de processos e documentos;

1.2.6.2. Padronização e regularidade na execução de atividades operacionais de apoio;

1.2.6.3. Desoneração dos servidores efetivos, permitindo sua dedicação a funções finalísticas;

1.2.6.4. Continuidade dos serviços essenciais, evitando prejuízos ao bom funcionamento das unidades administrativas e judiciais; e

1.2.6.5. Adequação ao planejamento institucional, em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

1.2.7. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a terceirização representa a solução mais adequada, eficaz e vantajosa. Permite à Administração Pública manter o foco em sua atividade-fim, ao passo que delega à contratada a execução das atividades operacionais secundárias. Além disso, garante flexibilidade na substituição de profissionais e padronização de tarefas repetitivas complementares.

1.2.8. No que tange à quantidade de postos a ser contratada, estabeleceu-se o total de 10 (dez) Auxiliares Administrativos, resultado do levantamento realizado junto às unidades setoriais desta Diretoria, considerando as atribuições de natureza acessória, instrumental e complementares às suas competências principais/finalísticas. Esse quantitativo foi definido a partir da análise da carga de trabalho, da necessidade de apoio permanente em tarefas operacionais e da distribuição equitativa de pessoal de apoio entre os setores administrativos, de modo a garantir eficiência e equilíbrio na prestação dos serviços.

1.2.9. Entre os resultados esperados com a contratação, destacam-se:

a) Aumento da produtividade: delegação das atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares a profissionais terceirizados, liberando os servidores efetivos, comissionados e cedidos para atividades estratégicas e complexas.

b) Otimização da força de trabalho: melhor aproveitamento do quadro de servidores, direcionando-os a tarefas que demandam análise, planejamento, conhecimento especializado e tomada de decisão.

c) Eficiência operacional: execução contínua e padronizada de rotinas administrativas, reduzindo falhas, retrabalhos e atrasos.

d) Economia administrativa: diminuição dos custos indiretos com processos seletivos, treinamento inicial e gestão direta de pessoal.

e) Flexibilidade na gestão de recursos humanos: possibilidade de reposição e substituição ágil de profissionais, evitando descontinuidade na execução das atividades.

f) Qualidade nos serviços: presença de profissionais qualificados para desempenhar funções administrativas básicas com maior celeridade e precisão.

g) Fortalecimento da capacidade institucional: ampliação da eficiência da Diretoria Administrativa no atendimento às demandas do Poder Judiciário e, conseqüentemente, da sociedade.

1.2.10. Ressalta-se, por fim, que não há contrato vigente para o mesmo objeto, sendo esta contratação imprescindível para garantir os resultados supracitados.

1.2.11. Posto isto, a contratação ora proposta está em consonância com o interesse público, uma vez que contribui diretamente para a celeridade e qualidade dos serviços prestados por este Tribunal e, conseqüentemente, à sociedade.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação será precedida de procedimento licitatório conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Tribunal de Justiça pela Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, bem como a IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

2.2. A modalidade de licitação a ser adotada será o Pregão Eletrônico, em razão da natureza comum do objeto e da possibilidade de definição objetiva dos critérios de julgamento, nos termos da legislação vigente.

2.3. Esta contratação não adotará o Sistema de Registro de Preços - SRP por se tratar de serviços com cessão de mão de obra, cuja demanda é previsível de se aferir, não se enquadrando, portanto, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e IN TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

2.4. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, em conformidade com o princípio da economicidade e da melhor seleção da proposta mais vantajosa.

2.5. A adjudicação será realizada por item.

2.5.1. O item somente será adjudicado caso a proposta final esteja dentro do preço estimado.

2.6. Nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto contratual com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como assegurar economicidade e eficiência.

2.7. Foi realizada análise técnica sobre a viabilidade e a conveniência de dividir a presente contratação de fornecimento de postos de serviços terceirizados para Auxiliar Administrativo em itens distintos, levando em conta os seguintes critérios: Unidade e padronização dos serviços auxiliares administrativos; Centralização da responsabilidade pela supervisão técnica e gestão da mão de obra; Flexibilidade na alocação e substituição de profissionais entre unidades atendidas; e Racionalização da fiscalização contratual e da interlocução com a empresa contratada.

2.7.1. Diante da análise técnica realizada, concluiu-se que o parcelamento do objeto não é recomendável, pois caso seja considerada a relação um posto, um item, poder-se-á haver múltiplas empresas contratadas, tornando-se não aplicável pelas razões a seguir detalhadas: a) Padronização dos serviços operacionais: As atividades a serem desenvolvidas por Auxiliares Administrativos requer uniformidade dos procedimentos instrumentais administrativos entre as unidades atendidas. A contratação de empresas distintas, caso houvesse a relação um posto, um item, comprometeria a coerência desta sistemática e dificultaria a implementação de boas práticas padronizadas. b) Centralização da responsabilidade contratual: A existência de um único contrato permite à Administração lidar com uma só empresa fornecedora, facilitando a supervisão, a cobrança de resultados e a adoção de medidas corretivas. A gestão de múltiplos contratos, por outro lado, aumentaria a complexidade administrativa e o risco de desencontro de ações. c) Flexibilidade para realocação de profissionais: Em caso de afastamento, férias ou substituições emergenciais, a empresa contratada poderá realocar profissionais entre as unidades do TJTO sem necessidade de nova contratação. Essa agilidade só é viável quando há um único fornecedor responsável por todos os postos. d) Eficiência da fiscalização contratual: A fiscalização técnica e administrativa do contrato será concentrada em um núcleo gestor, o que garante maior controle, rastreabilidade e resposta tempestiva a eventuais desvios de qualidade ou conduta. A pulverização contratual comprometeria esse controle. e) Redução de custos administrativos: Um contrato único implica menor custo com processos licitatórios, gestão documental, fiscalizações, auditorias e tramitações administrativas, promovendo economicidade global.

2.8. Quanto a possibilidade de participação de consórcios em procedimentos licitatórios, cabe mencionar que este é recomendável quando o objeto da contratação é considerado “de alta complexidade ou vultoso”, o que não é o caso do objeto sob exame. Ademais, a reunião de empresas deste mesmo ramo em consórcio terá o efeito de limitar a concorrência e, conseqüentemente, diminuir o número de propostas individualizadas que poderiam ser mais vantajosas economicamente para o TJTO. Desta forma, em atendimento ao que dispõe o art. 5º, inciso VI, do Anexo III, da IN nº 4/2023 do TJTO, fica vedado a participação de consórcios neste certame, uma vez que o objeto desta contratação trata-se de serviços de natureza comum e de baixa complexidade, os quais podem ser prestados por empresas de forma individualizada, não sendo necessária a formação destas em consórcio para a execução do objeto.

2.9. **Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.** A licitante vencedora deverá executar diretamente o objeto deste Termo, não podendo transferir sua responsabilidade para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza. Ressalta-se que a impossibilidade de subcontratação não restringe a competitividade do certame e não traz prejuízos à Administração, uma vez que há no mercado número suficiente de prestadores capazes de executar o objeto em sua totalidade.

2.10. Não há empecilho quanto a adoção de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo o disposto no § 1º, inciso I do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.11. Na contratação tratada neste Termo de Referência não se aplica o direito de preferência disposto no artigo 5º, inciso IX, do Anexo III, da IN TJTO nº 4/2023.

2.12. DO PARCELAMENTO

2.12.1. Não se aplica. A contratação contempla somente uma categoria profissional.

2.13. PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

2.13.1. Planilha de custo para os Postos de Serviços:

2.13.1.1. Para efeito de formação do preço estimado dos postos de serviço, deverá ser observada a Convenção Coletiva vigente, firmada entre o sindicatos das empresas de serviços terceirizados e dos trabalhadores do Estado do Tocantins.

2.13.1.2. Desta forma os salários deverão obedecer ao estabelecido para a categoria, tendo como valor mínimo o ajustado na Convenção Coletiva de Trabalho do **Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-obra do Estado do Tocantins, 2025/2026**, a qual encontra-se registrada no MTE sob o nº TO000024/2025.

2.13.1.3. Com relação às propostas de preços a serem apresentadas pelos licitantes, devem considerar o enquadramento sindical pela atividade econômica preponderante do empregador.

2.13.1.4. O Poder Judiciário do Estado do Tocantins não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

2.13.1.5. Nos modelos inseridos no **Anexo A**, estão indicados os percentuais admitidos por lei ou fixados pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e/ou decisões dos Tribunais de Contas, os quais deverão ser observados. Os demais percentuais deverão ser informados pela Licitante.

2.13.1.6. A memória de cálculo detalhada para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de composição de custos e formação de preços (Anexo A) dos postos de serviço envolvidos na contratação, deverá ser apresentada junto com a proposta de preços.

2.13.1.7. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para o Contratante na proposta de preço, pois são tributos de natureza direta e pessoalística, que oneram pessoalmente o Contratado.

2.13.1.8. Não serão aceitas propostas que contenham valores de salários inferiores aos estabelecidos em convenção coletiva de trabalho (Anexo J) ou outra norma coletiva aplicável, vigente na data da abertura da sessão pública.

2.13.1.9. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

2.13.1.10. Não há previsão de pagamento de hora noturna, tendo em vista que os trabalhadores exercerão suas atividades exclusivamente no horário normal de expediente deste Tribunal de Justiça.

2.13.1.11. A licitante deverá preencher e apresentar a planilha de custos e formação de preços levando em consideração a alíquota do imposto municipal (ISS) incidente no local da prestação dos serviços.

2.13.2. Planilha de custo para a Restituição de Diárias:

2.13.2.1. Ressaltamos que as despesas com diárias integram os custos dos serviços contratados e, portanto, devem ser tratadas como receitas das empresas, com todas as incidências legais, conforme a composição abaixo.

PLANILHA I				
Quantidade estimada de diárias/Mês	Descrição	Valor da diária	Valor da diária com as incidências	Valor total estimado/Mês
2	Valor da diária acrescida dos tributos. Tributos e índices utilizados para formar o valor da diária: PIS: 0,65%; COFINS: 3,00%; ISS: 5,00%; INSS: 11%; IRRF - Imposto de renda retido na fonte - 4,8%	R\$ 358,04	R\$	R\$
Despesas estimadas com diárias para o período de 12 (doze) meses.				R\$

Nota 1 - Foi aplicado a alíquota de 5% para o ISS, conforme art. 57, inc. III c/c item 17.5 do Anexo I, da Lei Complementar nº 285/2013 - Código Tributário Municipal de Palmas.

Nota 2 - Para os tributos do INSS (11%) e IRRF (4,8%), a licitante deverá utilizar a incidência do Custo Indireto e Lucro constante no módulo 6 da Planilha de Custo e Formação de Preços (Anexo A).

2.13.2.2. Para efeito da formação do valor da restituição de diárias (Anexo A), deverá ser utilizado o valor unitário da diária (R\$ 358,04). Sobre este valor, incidirá os tributos (PIS, COFINS, ISS), LUCRO e CUSTO INDIRETO.

PLANILHA II - CÁLCULO DE DIÁRIA			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO AO FUNCIONÁRIO TERCEIRIZADO			
			Valor
A	Valor da diária		R\$ 358,04
Valor Total			R\$ 358,04
MÓDULO 2 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
			Valor
A	Custos Indiretos	%	R\$
B	Lucro	%	R\$
C	Tributos		
	C.1 PIS	0,65%	R\$
	C.2 COFINS	3,00%	R\$
	C.3 ISS	5,00%	R\$
Total			R\$
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.			
RESUMO DOS CUSTOS POR EMPREGADO			
A	Módulo 1 - Composição da remuneração da diária ao terceirizado		R\$ 358,04
	Subtotal		R\$ 358,04
B	Módulo 2 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$

PREÇO MENSAL A SER RESTITUÍDO À CONTRATADA POR DIÁRIA	R\$
---	-----

2.13.2.3. O índice em percentual (%) dos tributos Lucro e Custo Indireto deverão ser os mesmos definidos na Planilha de Custo e Formação de Preços. Os demais índices aplicáveis na Planilha de Custo para a Restituição de Diárias, serão os descritos na Planilha II - Cálculo de Diária. Estes estão constantes em formato Excel, na quarta aba do "Anexo A - Planilha de Custo e Formação de Preços".

2.13.2.4. Os tributos PIS e COFINS foram definidos utilizando o regime de tributação de LUCRO PRESUMIDO, para ambas as planilhas, quais sejam: **a)** Planilha de Custo e Formação de Preços do posto de serviço, e **b)** Planilha de Custo para a Restituição de Diárias. Assim, o licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas de composição de custos e formação de preços.

2.13.2.5. Da Análise da Proposta de Preços:

2.13.2.5.1. Será realizada a análise inicial da proposta de preços encaminhada pela licitante, provisoriamente vencedora, em conformidade com as informações contidas no Anexo A - Planilha de Custo e Formação de Preços. Em caso de necessidade de **diligência**, será oportunizada uma diligência para a realização de saneamento pela licitante, que deverá corrigir/adequar as informações apresentadas, observando a análise técnica, sob pena de desclassificação.

2.14. BENEFÍCIOS SUPLEMENTARES - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO TRANSPORTE

2.14.1. O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa (art. 107 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021).

2.14.2. É de responsabilidade da empresa contratada, garantir o transporte dos empregados para os respectivos postos de trabalho, mediante fornecimento de vales-transportes, conforme disposto na CCT registrada no Ministério do Trabalho e Emprego. Para a estimativa do valor do vale transporte devem ser observados os valores de acordo com a tarifa municipal de Palmas.

2.14.3. Caberá à contratada o pagamento de auxílio alimentação aos seus empregados, na conformidade do disposto na Convenção Coletiva de Trabalho.

2.15. BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

2.15.1. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

2.16. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

2.16.1. Para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para retenções de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, em observância aos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022 e da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

2.16.2. A assinatura do Contrato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será sucedida dos seguintes atos:

a) Solicitação pelo CONTRATANTE ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, no nome da CONTRATADA, devendo o banco público comunicar o CONTRATANTE sobre a abertura da referida conta, conforme os modelos contidos nos Anexos I e II do Termo de Cooperação Técnica dispostos na Resolução nº 651/2025 do CNJ; e

b) Assinatura, pela CONTRATADA, **no prazo de até 30 (trinta) dias** a contar da notificação do CONTRATANTE, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e de termo específico da instituição financeira oficial que permita o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE, nos termos do art. 8º, § 1º, incisos I e II, da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

2.16.3. Durante a execução do Contrato, a Contratada poderá solicitar autorização do Tribunal de Justiça, para liberação ou movimentação de valores da conta-depósito vinculada, de acordo com os incisos I e II do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

2.16.4. Para que ocorra a **liberação de férias ou 13º salário**, nos termos do inciso II do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, a empresa contratada deverá comprovar, documentalmente, tratar-se de empregado alocado nas dependências do Tribunal de Justiça, e que apresente:

a) Relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo I ou II, do **Anexo I**;

b) Recibo de férias e o comprovante de pagamento individualizado; ou

c) Folha de pagamento do 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito.

2.16.5. No caso de **rescisão de contrato de trabalho**, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Solicitar liberação do saldo total em conta do respectivo empregado cujo contrato foi rescindido;

b) Apresentar a relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo III, do **Anexo I**;

c) Apresentar Termo de Rescisão (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria (obrigatório para empregados com mais de 1 [um] ano de serviço);

d) Apresentar comprovação do depósito, observado o disposto no art. 477 da CLT, bem como da Portaria MTP nº 671/2021;

2.16.6. No caso de rescisão contratual entre o órgão e a contratada, sem dispensa dos empregados, a empresa contratada deverá apresentar declaração contendo informação de que estes continuarão prestando serviços à empresa e comprovante de regularidade de depósito do INSS e do FGTS.

2.16.7. Para que ocorra a **movimentação de férias ou 13º salário, nos termos do inciso I do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ**, a empresa contratada deverá comprovar, documentalmente, tratar-se de empregado alocado na execução do contrato e apresentar:

a) Relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo IV ou V do **Anexo I**.

b) Aviso de férias e o espelho da folha de pagamento de férias; e/ou

c) Espelho da folha de pagamento do 13º salário.

2.16.8. No caso de **movimentação em decorrência de rescisão de contrato de trabalho**:

a) Apresentar relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo VI do **Anexo I**; e

b) Apresentar espelho dos valores correspondentes à rescisão contratual;

2.16.9. A solicitação da contratada para a liberação ou movimentação da conta-depósito vinculada, deverá conter a documentação exigida nos subitens 2.16.4 a 2.16.8.

2.16.10. Na hipótese do inciso I do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, a empresa deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 constitucional, 13º salário e TRCT homologado, quando for o caso) no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria MTP nº 671/2021.

2.16.11. Somente será permitido o crédito diretamente na conta dos empregados, caso a empresa contratada não consiga executar o pagamento, e será realizado mediante comprovação, isto é, com a apresentação do extrato bancário das contas registradas no CNPJ da empresa Contratada, comprovando que nos últimos 40 (quarenta) dias que antecederam os vencimentos dos empregados, a mesma não possuía saldo suficiente a quitar a dívida.

- 2.16.12. A incidência da impossibilidade descrita no subitem anterior, por 3 meses consecutivos, ou, alternados no prazo de 6 meses, poderá ensejar a rescisão do contrato.
- 2.16.13. Será permitida a análise do pedido para o crédito diretamente na conta dos empregados, desde que a empresa contratada faça a solicitação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis, da data obrigatória para o pagamento ao trabalhador.
- 2.16.14. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reserva-se o direito de não atender ao pedido, caso a solicitação não atenda o prazo estipulado no subitem anterior ou que, no ato da conferência, seja constatada divergência nas informações apresentadas.
- 2.16.15. Havendo solicitação de movimentação diretamente para a conta dos empregados, as incidências sobre os valores movimentados somente poderão ser resgatadas quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.
- 2.16.16. Após o recebimento do pedido da empresa contratada, a Unidade Técnica, através do gestor do contrato, deverá confirmar se os pedidos atendem às regras apresentadas nos subitens 2.16.4 ao 2.16.10 (dependendo do caso a se aplicar).
- 2.16.17. A empresa contratada deverá apresentar a documentação necessária para o resgate ou movimentação dos recursos em tempo hábil à análise e autorização do órgão/instituição financeira.
- 2.16.18. A Administração poderá requerer a complementação ou correção dos documentos apresentados pela empresa caso seja constatada alguma irregularidade, circunstância que interromperá o prazo de que trata o subitem 2.16.19.
- 2.16.19. O gestor do contrato terá o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para realizar a conferência do pedido. Após a conferência de toda a documentação apresentada pela empresa, enviará o processo à Diretoria Financeira para que esta promova o resgate ou movimentação dos recursos, a qual terá o prazo de até 6 (seis) dias úteis para cumprimento, contados do recebimento dos autos.
- 2.16.20. A Diretoria Financeira solicitará ao ordenador de despesas do CONTRATANTE a autorização para a liberação ou movimentação da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação.
- 2.16.21. Após a solicitação através da Diretoria Financeira, o Ordenador de Despesas expedirá ofício ao banco público oficial autorizando a liberação ou movimentação, conforme o caso.
- 2.16.22. Após a liberação ou movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – o banco público oficial comunicará o CONTRATANTE por meio de ofício.
- 2.16.23. Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos definido no termo de cooperação técnica, escolhido com base em critérios de segurança, liquidez, economicidade e rentabilidade, conforme o art. 11 da Resolução nº 651/2025 do CNJ.
- 2.16.24. Os encargos trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais de acordo com a proposta:

Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas	
Módulo 2	
TÍTULO	
13º Salário	8,33%
Férias e adicional de férias	12,10%
Subtotal	20,43%
Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	%
Multa FGTS	4,00%
Total de encargos a contingenciar em Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação	%

- 2.16.25. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.
- 2.16.25.1. A empresa contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.
- 2.16.25.2. Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.
- 2.16.25.3. Caso haja reclamação trabalhista em desfavor da CONTRATADA, a qual também envolva o CONTRATANTE como reclamado, para a liberação de qualquer saldo de conta-depósito vinculada, deverá ser reservado o equivalente ao valor da causa da respectiva ação judicial antes da mencionada liberação.
- 2.16.26. Em caso de sucessão contratual com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações trabalhistas, poderão ser liberados em relação aos terceirizados que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato, mediante cálculos individualizados por empregado que continuar vinculado ao novo contrato e desde que constatada a suficiência do saldo remanescente.
- 2.16.27. Com a finalidade de subsidiar a conferência dos valores a serem provisionados na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para movimentação, a empresa contratada deverá apresentar espelho analítico da folha de pagamento do mês de adimplemento e planilha de controle de conta vinculada, conforme documento acostado no **Anexo H**, indicando o valor a ser provisionado para cada trabalhador e valor total do mês de adimplemento.
- 2.16.28. Caso ocorra alteração na folha de pagamento dos funcionários, o CONTRATANTE poderá compensar a diferença na nota fiscal do mês subsequente.
- 2.16.29. Em caso de retirada de valores da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para movimentação, para fins que não sejam os previstos no art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, ou que não seja destinado aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, através do contrato a ser firmado entre as partes, poderá ser glosado do percentual do lucro da(s) fatura(s) subsequentes até a recomposição do total retirado.
- 2.16.30. O controle do provisionamento e liberação dos valores da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para movimentação, conforme a planilha modelo do **Anexo H**, deverá obrigatoriamente ser acompanhado e atualizado pela empresa contratada, sempre que houver liberação.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Da Capacidade Técnica

3.1.1. Para fins de comprovação da habilitação técnica, a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que prestou, satisfatoriamente, serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, nos termos da item 10.3, alínea a, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017 e em observância aos critérios abaixo:

3.1.1.1. Os atestados ou declarações de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

3.1.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.1.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.1.1.4. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c.2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n° 5/2017.

3.1.1.5. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n° 5/2017.

3.1.1.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.1.1.7. O(s) atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado será(ão) assinado(s) pelo representante legal da pessoa emitente, o qual se responsabilizará pelas informações apresentadas, na forma da lei; e

3.1.1.8. Deverá constar no(s) atestado(s), no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

3.1.2. Da Qualificação Econômico-Financeira

3.1.2.1. Será exigida comprovação de capacidade econômico-financeira das empresas licitantes, conforme disposto no item 11.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n° 5/2017, as quais deverão apresentar:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

a.1) Os documentos referidos na alínea 'a' limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado apurado em função do preço estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme artigo 69, parágrafo 4º, da lei 14.133/2021;

d) Certidão negativa de efeitos de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.1.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

3.2. Da Desnecessidade de Vistoria Técnica e Apresentação de Amostras

3.2.1. Não será exigida a realização de **vistoria técnica**, uma vez que o objeto refere-se à alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cuja execução será nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não havendo necessidade de verificação prévia das condições físicas para a execução do contrato.

3.2.2. Do mesmo modo, não será exigida a apresentação de **amostras**, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em prestação de serviços de natureza contínua, e não em fornecimento de bens ou materiais que demandem análise prévia de padrões de qualidade.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada por meio de **instrumento contratual**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo vedada a execução do objeto anteriormente à assinatura do contrato.

4.2. O contrato a ser firmado terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua assinatura.

4.3. O contrato poderá ser prorrogado por igual período, em caso de interesse das partes, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 72 da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Por se tratar de prestação de serviço continuado, cuja suspensão acarretaria em sérios prejuízos às atividades administrativas desenvolvidas no TJTO, justifica-se a escolha da vigência máxima para o Contrato, conforme o disposto no art. 72, inciso II, da IN TJTO nº 4/2023 e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. Em relação a nova regra que disciplina o prazo de vigência dos contratos continuados, durante o planejamento da contratação optou-se por um prazo maior para a vigência do contrato, considerando as seguintes peculiaridades:

4.4.1.1. O prazo da vigência contratual ampliado será mais atrativo para o mercado, uma vez que as empresas licitantes terão maior período para a diluição dos custos. Essa possibilidade, impactará positivamente no preço final da proposta, favorecendo o TJTO em termos de economicidade e ampliação da competitividade; e

4.4.1.2. Considerando a essencialidade dos serviços objeto deste Termo, o prazo contratual mais longo, proporcionará maior estabilidade e segurança para o Contratante e a Contratada, reduzirá custos e burocracias com prorrogação anual, e facilitará a gestão dos contratos.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Indicação dos Gestores e Fiscais do Futuro Ajuste.

5.1.1. Em atenção ao art. 8º, inciso I, do Anexo III, da Instrução Normativa nº 4/2023 do TJTO, os gestores e fiscais, titulares e substitutos, da contratação decorrente deste Termo de Referência serão oportunamente indicados pelo Diretor Administrativo.

5.1.2. O Tribunal de Justiça deverá promover capacitação continuada aos servidores designados para exercer a função de gestor(a) e fiscal, bem como, para seus respectivos substitutos. A capacitação deverá ser específica para fiscalização de contrato de prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e deverá ser oferecida a todos os servidores que atuarão no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

5.1.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do TJTO ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o arts. 120 e 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como a Instrução Normativa nº 6/2023 do Tribunal de Justiça do Tocantins.

5.2. Forma de comunicação a ser estabelecida entre as partes.

5.2.1. As comunicações e determinações do gestor do contrato à contratada, sobre quaisquer assuntos inerentes à contratação em comento, serão realizadas formalmente, por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal, que deverá ser reduzida a termo, em conformidade com o artigo 9º, Anexo V, da IN TJTO nº 4/2023. A contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail profissional da empresa, bem como, números telefônicos fixo e móvel para contato direto com o representante legal da empresa.

5.2.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO

6.1. A empresa contratada deverá executar os serviços nas condições, quantidades e locais definidos neste Termo de Referência e em sua proposta de preços.

6.2. A licitante, após a homologação da licitação, deverá cumprir os evento e prazos a seguir:

Etapa	Evento	Prazo	Responsável
1	Assinatura do Contrato entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a licitante vencedora.	Até 5 (cinco) dias úteis, após a disponibilização	Contratada/Contratante
2	Emissão da Ordem de Serviço , conforme modelo apresentado no Anexo B deste Termo de Referência.	Até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato	Contratante
3	Confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.	Até 2 (dois) dias úteis, após o envio da Ordem de Serviço	Contratada
4	Início da execução dos serviços , onde os funcionários da contratada deverão iniciar suas atividades nos locais indicados na respectiva Ordem de Serviço.	Até 10 (dez) dias úteis , após o recebimento da Ordem de Serviço	Contratada

6.2.1. A Ordem de Serviço deverá ser expedida diretamente do Diretor Administrativo do Tribunal de Justiça e posteriormente disponibilizada à empresa Contratada, o qual indicará detalhadamente o quantitativo de posto(s) e as respectivas localidades onde os serviços serão executados.

6.2.1.1. A Contratada deverá encaminhar comunicação formal ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no prazo **de até 2 (dois) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviço, informando qualquer fato que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços no prazo estipulado no subitem 6.2 deste Termo, a qual será objeto de apreciação pela Unidade Demandante.

6.2.2. Caso haja solicitação por parte do contratante ou empresa contratada para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. Deveres e responsabilidades do Contratante:

7.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

7.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3. Proporcionar condições para o objeto deste Termo;

7.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

7.1.5. Designar gestor e fiscal e seus respectivos substitutos, para acompanhar a execução do contrato;

7.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam às especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Termo;

7.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;

7.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

7.1.10. Expedir a Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

7.1.11. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;

7.1.12. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo;

7.1.13. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas do contrato firmado;

7.1.14. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada nas suas dependências, devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados;

7.1.15. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, e exigir correção imediata, sob pena de incidência de eventual penalidade;

7.1.16. Comunicar formalmente à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços, bem como, falhas de qualquer natureza, a qual poderá ensejar, a depender do caso, a necessária substituição do respectivo colaborador;

7.1.17. Verificar, em relação aos empregados da Contratada, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;

7.1.18. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, resultantes da prestação dos serviços, nos prazos e condições estabelecidas;

7.1.19. Efetuar as retenções devidas sobre o valor da fatura de serviços, conforme dispõe a Resolução nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e suas alterações;

7.1.20. Realizar o pagamento de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada;

7.1.21. Reter, cautelarmente, o pagamento devido à contratada e depositar junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de assegurar o pagamento de salários e demais verbas

trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS dos funcionários da empresa, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento;

7.1.22. Não atribuir aos empregados alocados na execução desta contratação a realização de horas extraordinárias, conforme a Cláusula Vigésima Terceira da CCT atualmente vigente (nº TO000024/2025).

7.1.23. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;

7.1.24. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pela Contratada das medidas de segurança e saúde no trabalho;

7.1.25. Comunicar à Previdência Social e à Receita Federal qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias relacionada à prestação dos serviços;

7.1.26. Comunicar ao Ministério do Trabalho qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos ocupantes dos postos de serviço;

7.1.27. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

7.1.28. Verificar se os empregados estão cumprindo a jornada de trabalho;

7.1.29. Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, a exemplo da negociação de folgas ou a compensação de jornada, visto que esta competência é exclusiva do empregador; e

7.1.30. Verificar, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e demais certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

7.2. Deveres e Responsabilidade da Empresa Contratada:

7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;

7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.2.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;

7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.8. Iniciar a execução dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, devendo, informar ao Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis, quaisquer fatos ou motivos que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido;

7.2.9. Fornecer ao contratante, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato, endereço da matriz e/ou filial, bem como, o número do telefone comercial fixo, móvel, e endereço eletrônico, devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;

7.2.10. Implantar adequadamente, o plano de execução e supervisão dos serviços, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as condições e exigências contidas neste Termo de Referência;

7.2.11. Prestar os serviços de acordo com as normas disciplinares do Contratante e dentro dos parâmetros estabelecidos neste Instrumento, com fornecimento de mão de obra;

7.2.12. Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta durante a vigência do contrato;

7.2.13. Manter seus dados atualizados perante o Contratante no decorrer da vigência do contrato, o que inclui atualizações quando houver mudanças nos canais de atendimento;

7.2.14. Indicar preposto, no ato da assinatura do contrato, para representá-la administrativamente, conforme declaração contida no **Anexo F** deste Termo, na qual deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, o qual poderá ser recusado pelo contratante, desde que devidamente justificado. O preposto terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

a) Atuar de acordo com os princípios éticos e legais, evitando conflitos de interesses, assegurando a integridade nas relações com a administração pública e mantendo entendimento com a gestão e fiscalização do contrato sobre a execução dos serviços;

b) Manter a boa relação entre a empresa e a administração pública, buscando solucionar eventuais conflitos de forma amigável e transparente;

c) Acompanhar a execução do objeto contratual, garantindo a qualidade e a conformidade dos serviços prestados;

d) Responder às demandas e solicitações do Contratante, fornecendo informações e esclarecimentos necessários;

e) Estar disponível em canal de atendimento presencial ou via telefone móvel durante todo o período que possuir funcionário em atividade, em especial a partir do início das atividades de funcionamento do TJTO, cujo número deverá ser atualizado sempre que necessário; e

f) Cuidar da disciplina e controlar o cumprimento da carga horária dos colaboradores.

7.2.15. Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre o(a) Gestor(a)/Fiscal do Contratante e o preposto da Contratada de forma permanente, incluindo dias não úteis ou fora do horário comercial;

7.2.16. Manter um representante legal, sem custo adicional, durante toda a vigência do contrato, para representá-la administrativamente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sempre que for necessário, devendo estar devidamente credenciado por procuração e aceito pelo gestor do contrato, conforme **Anexo G**, deste Termo, ao qual caberá:

a) Comunicar e receber notificações do Contratante, bem como assinar documentos em nome da Contratada;

b) Garantir o correto cumprimento das obrigações contratuais, fiscais, trabalhistas e regulamentares por parte da empresa;

c) Colaborar com o Contratante na gestão e monitoramento do contrato, fornecendo relatórios e informações solicitadas;

d) Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Contratante; e

e) Encaminhar à unidade fiscalizadora os documentos solicitados pelo(a) gestor(a) do contrato.

7.2.17. Apresentar ao Contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis anteriores ao início da execução dos serviços, como também no ato da assinatura do aditivo de prorrogação de vigência, relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acompanhada das seguintes documentações:

a) Certidão Negativa Criminal, expedida no máximo há 6 (seis) meses de sua apresentação, de todos os empregados alocados nos postos de serviço nas dependências no Poder Judiciário Tocantinense, devendo ser revalidadas anualmente, impreterivelmente no primeiro bimestre de cada ano;

b) Em caso de certidão criminal positiva nas revalidações, o empregado deverá ser afastado das atividades executadas nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

7.2.18. Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme sua natureza jurídica, incidentes sobre o objeto da contratação, ficando ressalvado que, a inadiplência com estes encargos não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento;

7.2.19. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como, as ocorrências havidas;

7.2.20. Realizar as suas despesas, na forma da legislação pertinente, e apresentar ao Contratante, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;

7.2.21. Manter a disciplina no local dos serviços, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento com usuários e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, além de cumprir as normas de segurança da Administração e as normas de segurança e medicina do trabalho, **substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente às normativas do TJTO, ou que descumpra as normas de segurança e medicina do trabalho;

7.2.22. Suprir os afastamentos dos postos de serviço, por profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, sob pena de glosa do valor correspondente a todo o período em que o posto permaneceu desocupado e da incidência das demais penalidades eventualmente cabíveis, sendo que a Contratada deverá remunerar o substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;

7.2.23. Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas como de natureza grave, previstas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e, nos demais casos similares, sejam mantidos ou retornem às instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na condição de prestadores de serviços;

7.2.24. Supervisionar e orientar seus empregados, visando o fiel desempenho das atividades, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;

7.2.25. Encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do gozo;

7.2.25.1. A Contratada organizará a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, aos seus empregados a fim de abranger o período de 20 de dezembro à 6 de janeiro de cada exercício, em razão de tratar-se do período correspondente ao recesso judiciário dos tribunais em que ocorre a suspensão do expediente forense (Resolução nº 244/2016 do CNJ), respeitado o disposto nos arts. 134 à 140 do Decreto-lei nº 5.452/1943 (CLT) e demais normas correlatas; em caso de feriados ou pontos facultativos próximo ao período do recesso judiciário, a Contratada deverá adequar o período das férias dos colaboradores;

7.2.25.2. Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores, independentemente do período de fruição das férias;

7.2.26. Obedecer às normas relativas a acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes do sinistro, inclusive fazendo seguro se as normas exigirem;

7.2.27. Adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;

7.2.28. Acatar todas as orientações da gestão do contrato a ser firmado com o Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, inclusive quanto à frequência diária dos empregados, devendo também, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo gestor do contrato e atender às reclamações formuladas;

7.2.29. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, em consequência da execução dos serviços, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, despesas com custas judiciais bem como de honorários advocatícios;

7.2.30. Pagar, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente** aos serviços prestados, os salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços junto ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

7.2.31. Efetuar o pagamento dos salários por meio de depósito bancário na conta do colaborador.

7.2.32. Manter um sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, podendo ser:

- a) Cartão de ponto manual;
- b) Folha de frequência;
- c) Biometria;
- d) Controle de ponto por cartão magnético;
- e) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

7.2.33. Autorizar o Contratante, por meio de declaração prevista no **Anexo E**, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto na fatura e o pagamento de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.2.33.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando não for possível realizar o pagamento diretamente aos empregados, por falta de documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento;

7.2.34. Fornecer auxílio alimentação, vale transporte ou qualquer outro benefício mensal do mês seguinte, até o último dia útil do mês de adimplemento, ou conforme preceitua a CCT da categoria; os auxílios deverão ser pagos em pecúnia, por meio de depósito bancário na conta do funcionário;

7.2.35. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

7.2.36. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civis ou penais, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.37. Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como, relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

7.2.38. Apresentar Nota(s) Fiscal(is) no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, em conjunto com toda documentação exigida pela fiscalização do contrato, observando principalmente:

- a) As movimentações de férias/licenças e substituições;
- b) Cópia dos recolhimentos da contribuição previdenciária estabelecidas para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da CF, sob pena de retenção dos seus créditos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem prejuízo de possível rescisão contratual na reincidência;
- c) Relatório da declaração completa DCTFWeb;
- d) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb - com o comprovante de pagamento;
- e) GFD-Guia do FGTS Digital com detalhamento - com o comprovante de pagamento;
- f) Comprovante de pagamento dos salários no prazo legal, folha e contracheques referentes ao mês anterior à prestação dos serviços;
- g) Comprovante de pagamento do auxílio transporte, referente ao mês de adimplemento;

- h) Comprovante de pagamento do auxílio alimentação, referente ao mês de adimplemento;
- i) Comprovante de pagamento do 13º (décimo terceiro salário), quando for o caso;
- j) Concessão de férias e comprovante do pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- k) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- l) Cumprimento das demais obrigações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- m) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- o) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- p) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada; e
- q) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada.

7.2.39. Apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de serviço, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Cópia da Carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- c) Exames admissionais, periódicos e demissionais, dos empregados que prestam os serviços no Poder Judiciário Tocantinense.

7.2.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos, sempre que solicitado pela fiscalização;

7.2.41. Apresentar sempre que solicitado o extrato de FGTS dos empregados ocupantes dos postos de serviço;

7.2.42. Manter sigilo e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido e não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem a prévia autorização do Contratante;

7.2.43. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

7.2.44. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano, dolo ou culpa, que os seus profissionais causarem a terceiros ou ao Contratante, devendo ser descontado, no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente aos danos causados, sem prejuízo de eventual aplicação de responsabilidade civil, penal ou administrativa;

7.2.45. Comunicar formalmente e por escrito, ao Contratante, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data limite da vigência do contrato, caso não haja interesse na sua prorrogação;

7.2.46. Atender as disposições relacionadas à solicitação da abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, no prazo estabelecido no subitem 2.16 deste Termo.

7.2.47. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

7.2.48. Apresentar ao contratante, quando da demissão, extinção ou rescisão do contrato, após o último mês da prestação dos serviços, cópia dos seguintes documentos:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviços;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

7.2.49. Contribuir com a política de acessibilidade e inclusão do Poder Judiciário, admitindo a mobilização do seu quadro funcional pelo período necessário a orientação e participação em cursos de capacitação ofertados pelo Contratante, sem ônus para a Contratada, durante toda a vigência do contrato;

7.2.50. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

7.2.51. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar para prestar os serviços no TJTO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7.2.52. O licitante deverá atender no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental.

7.2.53. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2.54. Preencher, na medida do possível, os postos de serviços de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida, em cumprimento à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ n.º 255/2018.

7.2.54.1. Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução n.º 255/2018 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do início da execução dos serviços.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. As informações e determinações do gestor do contrato à contratada, sobre quaisquer assuntos inerentes à contratação em comento, serão realizadas formalmente, por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal, que deverá ser reduzida a termo, em conformidade com o artigo 9º, Anexo V, da IN TJTO n.º 4/2023. A contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail profissional da empresa, bem como, números telefônicos fixo e móvel para contato direto com o representante legal da empresa.

8.1.1. No ato da assinatura do Contrato, a Contratada deverá informar o nome do preposto e representante legal e os meios de comunicação a serem utilizados para o pronto atendimento às demandas e solicitações do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, conforme Anexos F e G. O preposto deverá estar munido dos meios de comunicação que permitam ser contactado a qualquer momento.

8.1.2. A Contratada deverá manter os meios de comunicação sempre atualizados junto ao(a) Gestor(a) do contrato, sempre que houver mudança de preposto e mudanças nos canais de atendimento.

8.2. Após a homologação da licitação, a licitante deverá cumprir os prazos, conforme subitem 6.2 deste Termo de Referência.

8.2.1. Rotina de execução - As rotinas para a execução/prestação dos serviços serão realizadas de acordo com as necessidades de cada unidade setorial, as quais a Contratada estará obrigada a supri-las.

8.2.1.1. Deslocamento para Prestação de Serviços em Outros Municípios:

8.2.1.1.1. Quando for formalmente justificado pelo gestor do contrato o interesse e a necessidade por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, poderá ser autorizado o deslocamento dos prestadores de serviço, alocados para a execução dessa contratação, para prestar serviços nas Comarcas sediadas no interior do Estado do Tocantins, sem que isso importe em reajuste ao contrato.

8.2.1.1.2. Em caso de deslocamento de funcionários para o interior do Estado do Tocantins, com necessidade de pernoite, será devida diária integral, conforme o valor unitário informado no subitem 8.2.1.1.4, a qual a Contratada adiantará diretamente ao funcionário designado. O pagamento de diárias deverá ser efetuado diretamente na conta bancária do funcionário e nas quantidades informadas pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

8.2.1.1.3. O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

a) Quando o afastamento não exigir pernoite fora do município de Palmas; e

b) No dia do retorno ao município de Palmas.

8.2.1.1.4. O valor da diária para deslocamento dentro do Estado do Tocantins será de R\$ 358,04 (trezentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), utilizando como parâmetro o Anexo I da Resolução nº 34/2015 do TJTO, métrica do valor atualmente aplicado aos servidores deste Tribunal de Justiça, buscando assim assegurar um valor justo de diária que reflita a realidade de alimentação e hospedagem no Estado do Tocantins. O valor poderá ser futuramente atualizado/ajustado, mediante a formalização por termo aditivo ao contrato, desde que precedida de estudos e justificativa sobre a sua necessidade e autorização da autoridade competente, não estando o valor da diária desta contratação vinculada à respectiva Resolução, a qual apenas serviu de parâmetro inicial para a sua fixação.

8.2.1.1.5. Sobre os valores das diárias repassadas aos funcionários da Contratada, incidirão somente os descontos relativos aos valores do vale-transporte e auxílio-alimentação, correspondentes aos dias das viagens.

8.2.1.1.6. Nos casos de meia diária ou dia de retorno à sede (município de Palmas) não poderá ser descontado vale-transporte.

8.2.1.1.7. Em caso de pagamento de diárias, a Contratada deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamentos aos seus empregados a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para fins de ressarcimento, cujo pagamento será efetuado juntamente com a fatura mensal relativo à prestação dos serviços realizados.

8.2.1.1.8. Sobre as diárias realizadas pelos empregados, serão glosados da nota fiscal de serviços os descontos referente aos valores do vale-transporte e auxílio-alimentação, correspondentes aos dias das viagens, cujos cálculos serão realizados com base nos valores aplicados na planilha de custo e formação de preços.

8.2.1.1.9. A Contratada deverá disponibilizar os valores das diárias aos empregados autorizados para deslocamento em viagens, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do documento oficial enviado através do(a) Gestor(a) do contrato ou seu substituto.

8.2.1.1.10. Nos termos do art. 457, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, "as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário".

8.2.1.1.11. A Contratada deverá apresentar fatura decorrentes das diárias antecipadas aos seus funcionários, incluindo as incidências dos Tributos descritos na Planilha de Custo para a Restituição da Diária "Anexo A".

8.2.1.1.12. Fica estimado o quantitativo de 2 (duas) diárias por mês. Assim, o quantitativo estimado de diárias para esta contratação corresponde a 120 (cento e vinte) diárias, para o período de 60 (sessenta) meses, conforme descrito a seguir:

Exercício financeiro	Quantidade estimada anual	Metodologia utilizada
2025	0	Para a definição da quantidade estimada de diárias, consideramos a quantidade de deslocamento de servidores do gabinete da Diretoria Administrativa.
2026	24	
2027	24	
2028	24	
2029	24	
2030	24	
Quantidade estimada para 60 (sessenta) meses	120 diárias	

8.2.1.1.13. As despesas com transporte dos funcionários da Contratada para deslocamento fora da sede do Poder Judiciário em Palmas - TO, correrão por conta do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.2.1.1.14. O valor final da diária, a ser restituído à empresa Contratada, será indicado após a definição dos índices em percentual (%) do Lucro e Custo Indireto definido na Planilha de Custo e Formação de Preços.

8.2.2. Periodicidade - Os serviços serão executados de forma contínua pela Contratada, com carga horária dos postos de serviço de 25 (vinte e cinco) horas semanais, a fim de compatibilizar com o horário de expediente aplicado ao Tribunal de Justiça.

8.2.2.1. Em caso de afastamento temporário ao trabalho, de qualquer natureza, de um dos empregados da contratada, a substituição deverá ser formalmente demanda pelo gestor da contratação.

8.2.2.2. Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, conforme o disposto no subitem 7.2.25.1 deste Termo, a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores, independentemente do período de fruição das férias;

8.2.3. Não haverá, no âmbito desta contratação, a realização de serviços extraordinários ou suplementares, de acordo com a Cláusula Vigésima Terceira da CCT atualmente vigente (nº TO000024/2025).

8.3. Prazo de execução - A partir do recebimento da ordem de serviço (**Anexo B**) a empresa contratada deverá iniciar os serviços contratados no prazo estabelecido no subitem 6.2 deste Termo de Referência. O referido prazo inclui a disponibilização dos terceirizados, crachás de identificação e o que mais se fizer necessário ao início dos serviços.

8.3.1. A Ordem de Serviço será emitida pela Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça, a qual indicará detalhadamente o quantitativo de postos e as respectivas unidades setoriais onde os serviços serão executados.

8.3.2. A Contratada deverá encaminhar comunicação formal ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, informando qualquer fato que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços no prazo estipulado no subitem 6.2.1.1 deste Termo, a qual será objeto de apreciação pela Unidade demandante.

8.3.3. Em caso de impossibilidade de cumprimento integral de 100% (cem por cento) dos prazos e obrigações estabelecidos no Contrato e seus Anexos, a empresa contratada deverá apresentar solicitação formal devidamente motivada, acompanhada da documentação comprobatória que evidencie a inviabilidade do cumprimento das obrigações mencionadas no subitem anterior. Além disso, a empresa deverá solicitar dilação do prazo inicial, indicando um novo prazo para conclusão dos serviços pendentes, prazo este que não poderá

ultrapassar o limite de 30 (trinta) dias corridos, não prorrogáveis, a partir do prazo inicial da dilação solicitada.

8.3.4. A solicitação de dilação de prazo para início da execução dos serviços, juntamente com a documentação pertinente, será submetida à autoridade superior para análise e decisão referente a possíveis glosas.

8.4. Local e horário para a execução dos serviços - A Contratada deverá prover os postos de serviço nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, localizado no Edifício Amaro Empresarial - Quadra 103 Norte, Rua NO-11 com Avenida NS 01, Lote 02. CEP: 77001-036 - conforme subitem 1.1.3 do presente Termo.

8.4.1. Os postos de trabalho deverão ser guarnecidos com profissionais que deverão cumprir jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

8.4.2. Os horários de início e término do funcionamento dos postos de trabalho serão de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, exceto feriados.

8.4.3. Em caso de suspensão do expediente forense em razão de ponto facultativo aplicado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os funcionários da empresa contratada deverão compensar as horas não trabalhadas de forma parcelada nos dias úteis subsequentes, isto é, cumprindo jornada de trabalho de 6 (seis) horas por dia, das 12h às 18h, até a sua compensação integral.

8.4.4. Ressalta-se que o horário de funcionamento dos postos de serviço e, conseqüentemente, da jornada de trabalho, poderá eventualmente sofrer alteração para se adequar ao horário de expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, caso este seja futuramente alterado. Nesta hipótese, será oportunamente firmado um aditivo contratual para fins de reajuste dos valores contratados e demais obrigações adjacentes.

8.5. Forma de execução - A execução dos serviços será realizada através de funcionários terceirizados, envolvendo os postos de serviços de auxiliar administrativo, nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com fornecimento de mão de obra e crachá de identificação.

8.5.1. Os serviços administrativos auxiliares decorrentes desta contratação, os quais serão executados pelos auxiliares administrativos fornecidos pela contratada, compreendem tão somente atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal das unidades setoriais da Diretoria Administrativa.

8.5.2. A prestação dos serviços objeto desta contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

8.5.3. Mediante ordem de serviço emitida pelo gestor do contrato, poderão ser remanejados empregados para outras unidades setoriais da Diretoria Administrativa, sem que isso importe em reajustamento ao presente contrato.

8.5.4. A execução contratual deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada, sendo vedada a transferência de responsabilidade a terceiros, independentemente da natureza jurídica.

8.6. Considerando que o objeto deste Termo de Referência consiste no fornecimento de auxiliares administrativos, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para cumprirem jornada de trabalho compatível com o funcionamento normal do expediente da contratante, e para prestarem serviço de forma contínua, nos termos do subitem 8.4.2, não há necessidade de elaboração de cronograma específico para a sua realização.

8.7. Para a execução do objeto deste Termo, a empresa contratada será responsável pela disponibilização de mão de obra, conforme descrito no subitem 1.1.3 deste TR, e pelo fornecimento dos respectivos crachás de identificação de uso obrigatório, os quais deverão constar foto, nome e sobrenome do funcionário, bem como o nome e logo da empresa contratada, observando-se a seguinte especificação atualmente utilizada pelo TJTO para confecção de crachá de identificação funcional, com as adaptações necessárias:

ESPECIFICAÇÃO
Crachás em PVC rígido: Crachás em PVC rígido, na espessura de 0,76mm, com o sistema de impressão por termo-impressão, contendo proteção por overlay, com resistência à umidade e manuseio para maior durabilidade dos dados. Tamanho 54 mm x 85 mm Gravado na frente em cores e no verso em preto e branco. Layout para a frente: Logomarca da empresa Nome Sugerido pelo Colaborador, na cor Branca, em caixa alta. Layout para o verso: Nome completo do Colaborador, na cor preta em caixa alta. Código de barras com 6 (seis) dígitos no verso e padrões 2 de 5 intercalado e não intercalado e 3 de 9, para utilização em Leitor de códigos de barras scanner e pistola, na cor Preta. Selado com plástico especial (pola-seal).
Cordão para crachá: Cordão para crachá em tecido nylon, na cor preponderante utilizada pela Contratada, tamanho 80x15mm personalizado (frente e verso) com a impressão do nome e logotipo da Contratada, com jacaré terminal de solda.
Protetor de Crachá: Protetor de crachá cartão transparente, maleável tamanho 86 x 54 mm.

8.7.1. Os demais recursos materiais necessários para a execução do contrato, como mobiliários e computadores, serão de responsabilidade da contratante.

8.8. Considerando que os serviços a serem contratados se enquadram na categoria de **serviços comuns**, cuja execução é padronizada e amplamente praticada no mercado e na Administração Pública, não se exige a adoção de tecnologias avançadas ou metodologias complexas.

8.8.1. Ainda que não haja exigência de tecnologia de ponta ou inovação metodológica para a execução dos serviços, espera-se da contratada organização, descrição, zelo e estrita conformidade como os padrões exigidos neste Termo de Referência, sob pena de rejeição/substituição dos serviços e/ou aplicação das penalidades cabíveis.

8.9. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações contratuais assumidas, observando com especial atenção os deveres a seguir descritos, de modo a garantir a execução adequada, segura e eficiente do objeto contratado:

a) A contratada deverá suprir os postos de serviço cujos profissionais titulares tenham que se afastar, no prazo de até 2 (dois) dias, sob pena de glosa do valor correspondente a todo o período que o posto permaneceu desocupado e da incidência das penalidades eventualmente cabíveis. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento dos postos de serviço;

a.1) Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, conforme o disposto no subitem 7.2.25.1 deste Termo, somente neste período a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores;

b) Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome do Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal do Contratante;

c) É vedada à Contrata e ao pessoal alocado na execução do objeto contratual, a prática de quaisquer atos que atentem contra a imagem, o patrimônio, os recursos, as operações, as informações e o pessoal do Contratante. Considera-se pessoal para efeito do cumprimento deste dispositivo todo e qualquer agente que preste serviços ao Tribunal de Justiça de maneira estável ou transitória.

d) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

e) Prestar o serviço de acordo com as especificações solicitadas;

f) Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços;

- g) Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta durante a vigência do contrato;
- h) Manter seus dados atualizados perante o Tribunal de Justiça no decorrer da vigência do contrato, o que inclui atualizações, quando houver mudanças nos canais de atendimento; e
- i) Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre o Fiscal da Contratante e o preposto da Contratada de forma permanente, incluindo dias não úteis.
- j) Manter sigilo e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

8.9.1. Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com acordo/convenção coletiva de trabalho ACT/CCT a qual a empresa licitante esteja vinculada em razão de seu enquadramento sindical (Acórdão nº 2601/2020-Plenário do TCU).

8.9.2. A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

8.9.3. Dentre outros requisitos de qualidade necessários à execução do objeto deste Termo, os quais a Contratada deverá atender, destacam-se os seguintes:

- a) Atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no Edital da licitação e em seus Anexos;
- b) Não compartilhar os recursos humanos de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) Possuir profissionais qualificados e experientes nas áreas em que atuam, com conhecimento adequado das melhores práticas e tecnologias relevantes;
- d) Estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis ao setor em que atua; e
- e) Possuir flexibilidade e capacidade de se adaptar às necessidades do Contratante.

8.9.4. Na execução das atividades que compreendem os serviços objeto desta contratação, os ocupantes dos postos de trabalho deverão cumprir as normas de conduta e disciplina eventualmente adotadas pela Contratada, bem como:

- a) Cumprir as normas do Contratante, vigentes ou que este venha a adotar, relativas à circulação por seus ambientes e ao uso de suas instalações, facilidades, refeitório, copas, banheiros, garagem, equipamentos, materiais, insumos, recursos, telefonia e acesso à Internet;
- b) Zelar pelo convívio harmonioso com todos no ambiente de trabalho, mantendo conduta respeitosa, discreta, colaborativa e produtiva;
- c) Reportar imediatamente ao preposto da empresa ou, na falta daquele, ao Fiscal do Contrato, qualquer desconformidade observada no ambiente de trabalho ou nos serviços, que possa colocar sob risco, dificultar ou comprometer a eficiência, a eficácia, a segurança ou a regularidade de sua prestação;
- d) Acatar, com presteza e diligência, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, todas as orientações, solicitações e determinações emitidas pela fiscalização designada pelo contratante, no âmbito de suas competências legais, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Contratante;
- e) Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de expediente, sobre assuntos diversos às atividades exercidas no posto de serviço;
- f) Apresentar-se ao local de prestação dos serviços devidamente identificados por meio de crachá a ser fornecido pela Contratada; e
- g) Observar as disposições do Código de Ética Profissional dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, instituído pela Resolução nº 29/2021 do TJTO, as quais, por força de seu art. 2º, aplicam-se aos funcionários da contratada alocados na execução desta contratação.

8.10. O Contratante, por meio do fiscal técnico administrativo, expedirá Termo de Recebimento Provisório, conforme **Anexo D** deste Termo de Referência, no **prazo de 10 (dez) dias úteis** da data do início da execução dos serviços contratados, cujo relatório detalhado conterá o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual deverá ser encaminhado ao gestor responsável para recebimento definitivo, juntando documentos comprobatórios, quando for o caso.

8.10.1. O Contratante, por meio do gestor do contrato, expedirá Termo de Recebimento Definitivo, conforme **Anexo D** deste Termo de Referência, no **prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

8.10.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

8.11. Para esta contratação, não se aplica condições para a substituição do serviço rejeitado pela fiscalização.

8.11.1. Por outro lado, referente aos serviços prestados/executados, a qualquer momento, durante a vigência do contrato, caso haja constatação da má prestação/execução, ou inexecução total de qualquer serviço, objeto deste TR, a empresa contratada será obrigada a refazer os serviços de imediato.

8.12. Não se aplica prazo de garantia ou validade para a prestação dos serviços objeto deste Termo.

8.13. Por se tratar de prestação de serviços continuados, não se aplica condições e prazos para a substituição.

8.13.1. Em qualquer momento, durante a vigência do contrato, caso haja constatação da má prestação/execução, ou inexecução total de qualquer serviço, objeto deste TR, a empresa contratada será obrigada a refazer os serviços de imediato.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A empresa CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no Contrato e no Edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins, por até 3 (três) anos, e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta; e

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II - determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a empresa CONTRATADA à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, deste Termo, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I - O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral do contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI - a não reincidência da infração;

VII - a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ - Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados.

10.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade fiscal e demais documentos abaixo relacionados, sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo de Referência:

10.2.1. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF;

10.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

10.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

10.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;

10.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

10.2.6. Relação nominal dos profissionais alocados nos postos de serviço, bem como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas do contrato, contendo a relação de empregados por tomador de serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes do efetivo recolhimento;

10.2.7. Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior à execução dos serviços;

10.2.8. Comprovante de pagamento, do mês do adimplemento da obrigação, referente ao auxílio alimentação e auxílio transporte dos profissionais alocados nos postos de serviço;

10.2.9. Comprovante de pagamento do adicional de 1/3 de férias, no mês de gozo;

10.2.10. Resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de serviço;

10.2.11. Demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de serviço, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços;

10.2.12. Planilha de cálculo do valor a ser abatido na Nota Fiscal pela não ocupação do posto de serviço em caso de faltas, férias e posto vago;

10.2.13. Relação da compensação do auxílio-alimentação que não forem devidos, no mês subsequente à concessão das despesas com alimentação relacionadas às viagens custeadas através de diárias;

10.2.14. Planilha de controle e provisionamento da conta vinculada, do mês de adimplemento;

10.2.15. Espelho do contracheque do mês de adimplemento;

10.2.16. Relatório da declaração completa DCTFWeb;

10.2.17. Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb - com o comprovante de pagamento;

10.2.18. GFD-Guia do FGTS Digital com detalhamento - com o comprovante de pagamento; e

10.2.19. Planilha de retenção do ISSQN de acordo com a alíquota do município onde os serviços são prestados, incluído os dados bancário do respectivo município.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente executados.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços executados com o discriminado na respectiva Nota Fiscal e o Atesto dos fiscais setoriais e do (a) gestor(a) do contrato.

10.6. O Atesto de Conformidade dos Serviços Prestados é condição indispensável para o respectivo pagamento.

10.7. Na ausência do(a) Fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo Fiscal substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes das mesmas estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou ainda, se os serviços executados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo e no contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste Termo e no contrato;

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da Nota Fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente;

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a Nota Fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.12 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REPACTUAÇÃO

11.1. A Constituição Federal preceitua, em seu art. 37, inc. XXI, que é assegurada aos contratantes a manutenção das condições efetivas das propostas apresentadas no processo licitatório. Esse preceito constitucional contempla o princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. E quando pactuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o reajuste dos contratos deve ocorrer por intermédio da repactuação, conforme preceitua legislação que trata do tema.

11.2. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021 dispõe no art. 25, § 8º que, nas licitações para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o instrumento adequado para reajustamento é a repactuação.

11.3. A Lei 14.133/2021 fixa que a repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, onde o termo inicial da contagem deste prazo, para os custos de mão de obra, é de 1 (um) ano com data vinculada ao acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada.

11.4. Desta forma, os preços contratados poderão ser repactuados, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro nos órgãos competentes, para análise e aprovação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

11.5. Assim, para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o reajuste contratual deverá ocorrer a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta.

11.6. Cumpre registrar que não podem ser objeto de repactuação, à luz da atual disciplina normativa, os percentuais de custos indiretos e de lucro constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços do contrato administrativo (Módulo 6, Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG n.º 05, de 2017).

11.7. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos da última repactuação ocorrida.

11.8. A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

11.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva:

11.9.1. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do termo aditivo;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

11.10.1. No caso previsto no inciso III do subitem 11.11, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.10.2. O Contratante poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de instrumento próprio.

11.10.3. Na hipótese do subitem 11.11.2, o período em que a proposta permanecer sob a análise da Administração deverá ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

11.11. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação inicia-se a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual subsequente, ou, caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

11.12. Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a Contratada deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

11.13. Ocorrendo a ausência de solicitação formal pela Contratada nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º do art. 10, Subseção IV, Seção I, Anexo VI da IN TJTO nº 4/2023, configurará a renúncia, por parte desta, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

11.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.15. A extinção deste contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.

11.16. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da solicitação, a qual deverá estar acompanhada do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, ambos da Lei nº 14.133/21), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

11.17. A repactuação de preços será formalizada por meio de termo aditivo.

11.18. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme artigo 38 do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.19. Autorizada a repactuação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura distinta da apresentada mensalmente.

11.20. Durante a análise das repactuações poderão ser revistos índices reajustados/alterados por lei, CCT ou que estiverem em desacordo com os índices aplicados na planilha de custo e formação de preços (**Anexo A**).

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

12.1. As licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos, pois, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade de suas atividades. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

12.2. As diretrizes de sustentabilidade a serem adotadas para esta contratação, no que couber, serão referenciadas pela Lei nº 14.133/2021, não excluindo outras normas e técnicas que melhor se adaptem ao objeto contratado.

12.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, acessibilidade e responsabilidade social na execução dos serviços, quando couber:

12.3.1. Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, notadamente ao disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da [Resolução CNJ nº 255/2018](#), os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluída.

12.3.1.1. Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 255/2018 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento.

12.3.2. De acordo com o projeto “Você é Luz: consumo consciente, justiça sustentável” instituído por este Tribunal de Justiça (evento nº 6446453, dos autos SEI nº 25.0.000009400-8), a Contratada deverá conscientizar e orientar os seus funcionários a adotar medidas voltadas à racionalizar, na medida do possível, o consumo de energia elétrica, a fim de fortalecer a cultura institucional de responsabilidade ambiental, por meio de ações práticas, tais como: apagar luzes desnecessárias; desligar os monitores quando não estiverem em uso e, ao final do expediente, certificar que o computador foi desligado, bem como o respectivo nobreak, e demais equipamentos elétricos de uso pessoal.

12.4. **Em que pese a irrestrita observância da reserva de vagas para as mulheres integrantes de grupos vulneráveis nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados firmados por este Tribunal de Justiça, conforme as diretrizes do Programa "Transformação" instituído pelo Conselho Nacional de justiça, este não se aplica à presente contratação, tendo em vista que, de acordo com o art. 3º, § 5º, da Instrução Normativa nº 15/2024 do TJTO, bem como com o art. 3º, § 4º, da Resolução nº 497/2023 do CNJ, a referida reserva de vagas aplica-se a contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores.**

12.5. A contratada deverá observar as diretrizes do [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU](#), no que couber.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Não será exigida garantia contratual para a execução do objeto, considerando os seguintes fundamentos:

13.1.1. A natureza dos serviços a serem executados não apresenta grau elevado de complexidade, nem envolve valores expressivos que justifiquem a exigência de garantia contratual, não havendo risco relevante ao fiel cumprimento das obrigações assumidas; e

13.1.2. A imposição de garantia contratual poderia restringir a participação de potenciais fornecedores, comprometendo a competitividade do certame e contrariando os princípios da ampla concorrência e da vantajosidade previstos na legislação vigente.

14. DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

Anexo A - Planilha de Custo e Formação de Preços;

Anexo B - Minuta da Ordem de Serviço;

Anexo C - Minuta do Atesto da Nota Fiscal;

Anexo D - Minuta dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;

Anexo E - Autorização de Desconto na Fatura;

Anexo F - Minuta do Termo de Nomeação do Preposto;

Anexo G - Minuta da Carta de Nomeação do Representante Legal;

Anexo H - Planilha de Controle da Conta Vinculada;

Anexo I - Planilha de Movimentação da Conta Vinculada (Rotinas); e

Anexo J - Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - registrada no MTE sob o nº TO000024/2025.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº ____/202__
PROCESSO nº 25.0.000015255-5

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro, casado, portador do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede

_____, _____, CEP: _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação contínua de **serviços administrativos auxiliares (acessórios e operacionais padronizados)**, mediante a alocação de postos de trabalho para o cargo de Auxiliar Administrativo, **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

1.2. Descrição do objeto.

EM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR DO POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL 60 MESES
1	Prestação de serviços comuns de natureza contínua, de auxiliar administrativo, envolvendo postos de trabalho, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Carga horária semanal: 25 horas.	24996 (Serviços Acessórios e Complementares em Atividades de Administração, Recursos Humanos e Recursos Financeiros)	Posto/Mês	10				

1.3. A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de execução/entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 25.0.000015255-5, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202__, do CONTRATANTE;

1.3.2. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de _____, de 202__ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A contratação do objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade Pregão Eletrônico, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de **de 5 (cinco) dias úteis**.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.

2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

2.3 - Após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA formalizará a designação de seu preposto, o qual atuará como seu representante e será o interlocutor autorizado a receber e encaminhar questões técnicas, legais e administrativas referentes ao presente contrato, respondendo de igual forma por elas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. O regime de execução dos serviços será executado de forma contínua, conforme disciplinado no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

3.1.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XVI e da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, os serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do CONTRATANTE para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

3.2. A CONTRATADA deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista na legislação, resoluções e demais disposições.

3.2.1. Os contratos de terceirização firmados no âmbito da CONTRATANTE devem adotar a reserva de cotas de 2% a 5% das vagas de emprego para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela previdência social, caso, nas empresas com 100 ou mais funcionários, a política de cotas para a empregabilidade de pessoas com deficiência.

3.2.1.1. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção:

- I – até 200 empregados, 2%;
- II – de 201 a 500 empregados, 3%;
- III – de 501 a 1000 empregados, 4%;
- IV – de 1001 em diante, 5%” (Matriz + Filiais)

3.2.1.2. A CONTRATADA deverá comprovar que mantém a reserva de cargos prevista em lei e neste contrato.

3.2. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de execução, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços nas condições, quantidades e locais definidos em sua proposta e neste contrato.

4.2. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos e iniciar os serviços nos prazos e eventos a seguir:

tapa	Evento	Prazo	Responsável
1	Assinatura do Contrato entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a licitante vencedora.	Até 5 (cinco) dias úteis, após a disponibilização	Contratada/Contratante
2	Emissão da Ordem de Serviço , conforme modelo apresentado no Anexo B deste Termo de Referência.	Até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato	Contratante
3	Confirmação do recebimento da Ordem de Serviço.	Até 2 (dois) dias úteis, após o envio da Ordem de Serviço	Contratada
4	Início da execução dos serviços , onde os funcionários da contratada deverão iniciar suas atividades nos locais indicados na respectiva Ordem de Serviço.	Até 10 (dez) dias úteis , após o recebimento da Ordem de Serviço	Contratada

4.2.1. A Ordem de Serviço deverá ser expedida diretamente do Diretor Administrativo do Tribunal de Justiça e posteriormente disponibilizada à empresa Contratada, o qual indicará detalhadamente o quantitativo de posto(s) e as respectivas localidades onde os serviços serão executados.

4.3. A Contratada deverá encaminhar comunicação formal ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após recebimento da Ordem de Serviço, informando qualquer fato que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços, a qual será objeto de apreciação pela Unidade Demandante.

4.4. A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

CLÁUSULA QUINTA – DA REALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**5.1. Da realização dos serviços:**

5.1.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA obedecendo à legislação vigente, bem como as descrições e especificações constantes no Termo de Referência e neste contrato.

5.1.2. O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto deverão ser organizados em processo de fiscalização.

5.1.3. As situações que exigirem decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser registradas e encaminhadas ao gestor do contrato para a adoção de medidas saneadoras.

5.1.4. A Contratada deverá prover os postos de serviço nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, localizado no Edifício Amaro Empresarial - Quadra 103 Norte, Rua NO-11 com Avenida NS 01, Lote 02. CEP: 77001-036.

5.2. Da descrição dos serviços

5.2.1. A execução dos serviços será realizada através de funcionários terceirizados, envolvendo os postos de serviços de auxiliar administrativo, nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com fornecimento de mão de obra e crachá de identificação.

5.2.2. Os serviços administrativos auxiliares decorrentes desta contratação, os quais serão executados pelos auxiliares administrativos fornecidos pela contratada, compreendem tão somente atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal das unidades setoriais da Diretoria Administrativa.

5.2.3. A prestação dos serviços objeto desta contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.2.4. Mediante ordem de serviço emitida pelo gestor do contrato, poderão ser remanejados empregados para outras unidades setoriais da Diretoria Administrativa, sem que isso importe em reajustamento ao presente contrato.

5.2.6. A execução contratual deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada, sendo vedada a transferência de responsabilidade a terceiros, independentemente da natureza jurídica.

5.2.7. Para a execução do objeto a empresa contratada será responsável pela disponibilização de mão de obra e pelo fornecimento dos respectivos crachás de identificação de uso obrigatório, os quais deverão constar foto, nome e sobrenome do funcionário, bem como o nome e logo da empresa contratada, observando-se a seguinte especificação atualmente utilizada pelo TJTO para confecção de crachá de identificação funcional, com as adaptações necessárias:

ESPECIFICAÇÃO
Crachás em PVC rígido: Crachás em PVC rígido, na espessura de 0,76mm, com o sistema de impressão por termo-impressão, contendo proteção por overlay, com resistência à umidade e manuseio para maior durabilidade dos dados. Tamanho 54 mm x 85 mm Gravado na frente em cores e no verso em preto e branco. Layout para a frente: Logomarca da empresa Nome Sugerido pelo Colaborador, na cor Branca, em caixa alta. Layout para o verso: Nome completo do Colaborador, na cor preta em caixa alta. Código de barras com 6 (seis) dígitos no verso e padrões 2 de 5 intercalado e não intercalado e 3 de 9, para

utilização em Leitor de códigos de barras scanner e pistola, na cor Preta. Selado com plástico especial (pola-seal).
Cordão para crachá: Cordão para crachá em tecido nylon, na cor preponderante utilizada pela Contratada, tamanho 80x15mm personalizado (frente e verso) com a impressão do nome e logotipo da Contratada, com jacaré terminal de solda.
Protetor de Crachá: Protetor de crachá cartão transparente, maleável tamanho 86 x 54 mm.

5.2.8. Os demais recursos materiais necessários para a execução do contrato, como mobiliários e computadores, serão de responsabilidade da contratante.

5.3. Dos postos e das Atribuições

5.3.1. Os postos serão inicialmente distribuídos para as seguintes unidades setoriais da Diretoria Administrativa-DIADM:

- a) 2 (dois) profissionais para o Gabinete da Diretoria Administrativa;
- b) 2 (dois) profissionais para a Divisão de Serviços Gerais - DSG;
- c) 2 (dois) profissionais para a Divisão de Contratos e Convênios - DCC;
- d) 2 (dois) profissionais para a Divisão de Correspondência e Reprografia - DCOREP; e
- e) 2 (dois) profissionais para a Central de Compras - CCOMPRAS.

5.3.2. Os profissionais deverão possuir formação técnica compatível com as atribuições da função, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 4110-05), com certificado (mínimo) de conclusão do ensino médio e com conhecimentos básicos de informática, para atuar sob supervisão da contratada, em conformidade com as diretrizes e orientações da Administração do TJTO, realizando as diversas atividades afetas à função, bem como aquelas necessárias ao desempenho de suas funções junto ao TJTO, dentre elas:

- a) auxiliar no atendimento aos usuários do TJTO;
- b) auxiliar na elaboração e encaminhamentos de expedientes administrativos;
- c) auxiliar no controle de entrada e saída de materiais e na conferência periódica dos bens patrimoniais;
- d) recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais;
- e) organizar informações;
- f) cadastrar documentos, alimentar, realizar controle e consultas nos sistemas eletrônicos utilizados pelo TJTO, conforme relação exemplificativa a seguir, de acordo com sua unidade de lotação:

I - Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

II - Gestão de Recursos Públicos - GRP;

III - Sistema de Informação e Gestão Socioambiental - SIGA (ambiental);

IV - AGIR: metas de gestão e planos de ação;

V - Sistema Integrado de Credenciamento de Prestadores de Serviços - Credenciar;

VI - Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasgov e Contratosgov;

VII - Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;

VIII - Sistema de Controle e Auditoria Pública, Módulo licitações, Contratos e Obras Públicas – SICAP-LCO do TCE/TO;

IX - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas – e-Gesp; Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento / terceirizados (GP);

X - Banco de Preços, Painel de Preços, sistema de gestão de fornecimento de alimentação das sessões do júri e sistema emissor de reservas de passagens aéreas;

XI - Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafe-TO;

XII - Assyst / Service Desk: demandas internas;

XIII - CorrespWeb: utilizado para a formalização do envio de malotes e para o controle do recebimento de documentações/correspondências; SGD (Sistema de Gerenciamento de Documentos): voltado à consulta e verificação de Avisos de Recebimento (AR), principalmente em atendimento a chamados registrados no Service DeskWeb;

XIV - Sistema de Correição – SICOR; e

XV - Transparência do TJTO.

- g) executar outras tarefas compatíveis com as atribuições do posto.

5.4. Da carga horária de trabalho.

5.4.1. Os serviços serão executados pela Contratada, com carga horária dos postos de serviço de 25 (vinte e cinco) horas semanais, a fim de compatibilizar com o horário de expediente aplicado ao Tribunal de Justiça.

5.4.2. Os horários de início e término do funcionamento dos postos de trabalho serão de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, exceto feriados.

5.4.3. Em caso de suspensão do expediente forense em razão de ponto facultativo aplicado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os funcionários da empresa contratada deverão compensar as horas não trabalhadas de forma parcelada nos dias úteis subsequentes, isto é, cumprindo jornada de trabalho de 6 (seis) horas por dia, das 12h às 18h, até a sua compensação integral.

5.4.4. Ressalta-se que o horário de funcionamento dos postos de serviço e, consequentemente, da jornada de trabalho, poderá eventualmente sofrer alteração para se adequar ao horário de expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, caso este seja futuramente alterado. Nesta hipótese, será oportunamente firmado um aditivo contratual para fins de reajuste dos valores contratados e demais obrigações adjacentes.

5.4.5. Em caso de afastamento temporário ao trabalho, de qualquer natureza, de um dos empregados da contratada, a substituição deverá ser formalmente demanda pelo gestor da contratação.

5.4.6. Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores, independentemente do período de fruição das férias;

5.4.7. A CONTRATADA deverá manter um sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, podendo ser por:

- a) Cartão de ponto manual;
- b) Folha de frequência;
- c) Biometria;
- d) Controle de ponto por cartão magnético;
- e) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

5.5. Deveres e disciplina exigidos da CONTRATADA e de seus empregados, durante a execução do objeto

5.5.1. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente todas as obrigações contratuais assumidas, observando com especial atenção os deveres a seguir descritos, de modo a garantir a execução adequada, segura e eficiente do objeto contratado:

a) A contratada deverá suprir os postos de serviço cujos profissionais titulares tenham que se afastar, no prazo de até 2 (dois) dias, sob pena de glosa do valor correspondente a todo o período que o posto permaneceu desocupado e da incidência das penalidades eventualmente cabíveis. O substituto deverá cumprir os mesmos requisitos exigidos para o preenchimento dos postos de serviço;

a.1) Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, somente neste período a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores;

b) Não divulgar, nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome do Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia e formal do Contratante;

c) É vedada à Contrata e ao pessoal alocado na execução do objeto contratual, a prática de quaisquer atos que atentem contra a imagem, o patrimônio, os recursos, as operações, as informações e o pessoal do Contratante. Considera-se pessoal para efeito do cumprimento deste dispositivo todo e qualquer agente que preste serviços ao Tribunal de Justiça de maneira estável ou transitória.

d) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

e) Prestar o serviço de acordo com as especificações solicitadas;

f) Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços;

g) Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta durante a vigência do contrato;

h) Manter seus dados atualizados perante o Tribunal de Justiça no decorrer da vigência do contrato, o que inclui atualizações, quando houver mudanças nos canais de atendimento; e

i) Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre o Fiscal da Contratante e o preposto da Contratada de forma permanente, incluindo dias não úteis.

j) Manter sigilo e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.5.2. Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com acordo/convenção coletiva de trabalho ACT/CCT a qual a empresa licitante esteja vinculada em razão de seu enquadramento sindical (Acórdão nº 2601/2020-Plenário do TCU).

5.5.3. A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando o Contratante autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos; incluindo danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros, no desempenho dos serviços contratados, e ainda arcar com a responsabilidade na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e/ou terceiros, no desempenho das funções por ocasião da execução do objeto do Contrato.

5.5.4. Dentre outros requisitos de qualidade necessários à execução do objeto do Termo, os quais a Contratada deverá atender, destacam-se os seguintes:

a) Atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no Edital da licitação e em seus Anexos;

b) Não compartilhar os recursos humanos de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) Possuir profissionais qualificados e experientes nas áreas em que atuam, com conhecimento adequado das melhores práticas e tecnologias relevantes;

d) Estar em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis ao setor em que atua; e

e) Possuir flexibilidade e capacidade de se adaptar às necessidades do Contratante.

5.5.5. Na execução das atividades que compreendem os serviços objeto desta contratação, os ocupantes dos postos de trabalho deverão cumprir as normas de conduta e disciplina eventualmente adotadas pela Contratada, bem como:

a) Cumprir as normas do Contratante, vigentes ou que este venha a adotar, relativas à circulação por seus ambientes e ao uso de suas instalações, facilidades, refeitório, copas, banheiros, garagem, equipamentos, materiais, insumos, recursos, telefonia e acesso à Internet;

b) Zelar pelo convívio harmonioso com todos no ambiente de trabalho, mantendo conduta respeitosa, discreta, colaborativa e produtiva;

c) Reportar imediatamente ao preposto da empresa ou, na falta daquele, ao Fiscal do Contrato, qualquer desconformidade observada no ambiente de trabalho ou nos serviços, que possa colocar sob risco, dificultar ou comprometer a eficiência, a eficácia, a segurança ou a regularidade de sua prestação;

d) Acatar, com presteza e diligência, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, todas as orientações, solicitações e determinações emitidas pela fiscalização designada pelo contratante, no âmbito de suas competências legais, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Contratante;

e) Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas ou funcionários, durante o horário de expediente, sobre assuntos diversos às atividades exercidas no posto de serviço;

f) Apresentar-se ao local de prestação dos serviços devidamente identificados por meio de crachá a ser fornecido pela Contratada; e

g) Observar as disposições do Código de Ética Profissional dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, instituído pela Resolução nº 29/2021 do TJTO, as quais, por força de seu art. 2º, aplicam-se aos funcionários da contratada alocados na execução desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO DESLOCAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM OUTROS MUNICÍPIOS

6.1. Quando for formalmente justificado pelo gestor do contrato o interesse e a necessidade por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, poderá ser autorizado o deslocamento dos prestadores de serviço, alocados para a execução dessa contratação, para prestar serviços nas Comarcas sediadas no interior do Estado do Tocantins, sem que isso importe em reajuste ao contrato.

6.2. Em caso de deslocamento de funcionários para o interior do Estado do Tocantins, com necessidade de pernoite, será devida diária integral, conforme o valor unitário informado no item 6.4, a qual a Contratada adiantará diretamente ao funcionário designado. O pagamento de diárias deverá ser efetuado diretamente na conta bancária do funcionário e nas quantidades informadas pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

6.3. O empregado fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

a) Quando o afastamento não exigir pernoite fora do município de Palmas; e

b) No dia do retorno ao município de Palmas.

6.4. O valor da diária para deslocamento dentro do Estado do Tocantins será de R\$ 358,04 (trezentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos), utilizando como parâmetro o Anexo I da Resolução nº 34/2015 do TJTO, métrica do valor atualmente aplicado aos servidores deste Tribunal de Justiça, buscando assim assegurar um valor justo de diária que reflita a realidade de alimentação e hospedagem no Estado do Tocantins. O valor poderá ser futuramente atualizado/ajustado, mediante a formalização por termo aditivo ao contrato, desde que precedida de estudos e justificativa sobre a sua necessidade e autorização da autoridade competente, não estando o valor da diária desta contratação vinculada à respectiva Resolução, a qual apenas serviu de parâmetro inicial para a sua fixação.

6.5. Sobre os valores das diárias repassadas aos funcionários da Contratada, incidirão somente os descontos relativos aos valores do vale-transporte e auxílio-alimentação, correspondentes aos dias das viagens.

6.6. Nos casos de meia diária ou dia de retorno à sede (município de Palmas) não poderá ser descontado vale-transporte.

6.7. Em caso de pagamento de diárias, a Contratada deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamentos aos seus empregados a serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para fins de ressarcimento, cujo pagamento será efetuado juntamente com a fatura mensal relativo à prestação dos serviços realizados.

6.8. Sobre as diárias realizadas pelos empregados, serão glosados da nota fiscal de serviços os descontos referente aos valores do vale-transporte e auxílio-alimentação, correspondentes aos dias das viagens, cujos cálculos serão realizados com base nos valores aplicados na planilha de custo e formação de preços.

6.9. A Contratada deverá disponibilizar os valores das diárias aos empregados autorizados para deslocamento em viagens, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do documento oficial enviado através do(a) Gestor(a) do contrato ou seu substituto.

6.10. Nos termos do art. 457, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, "*as importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário*".

6.11. A Contratada deverá apresentar fatura decorrentes das diárias antecipadas aos seus funcionários, incluindo as incidências dos Tributos descritos na Planilha de Custo para a Restituição da Diária "Anexo A".

6.12. Fica estimado o quantitativo de 2 (duas) diárias por mês. Assim, o quantitativo estimado de diárias para esta contratação corresponde a 120 (cento e vinte) diárias, para o período de 60 (sessenta) meses, conforme descrito a seguir:

Exercício financeiro	Quantidade estimada anual	Metodologia utilizada
2025	0	Para a definição da quantidade estimada de diárias, consideramos a quantidade de deslocamento de servidores do gabinete da Diretoria Administrativa.
2026	24	
2027	24	
2028	24	
2029	24	
2030	24	
Quantidade estimada para 60 (sessenta) meses	120 diárias	

6.13. As despesas com transporte dos funcionários da Contratada para deslocamento fora da sede do Poder Judiciário em Palmas - TO, correrão por conta do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

6.14. O valor final da diária, a ser restituído à empresa Contratada, será indicado após a definição dos índices em percentual (%) do Lucro e Custo Indireto definido na Planilha de Custo e Formação de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A Contratada deverá prover os postos de serviço nas dependências do Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, localizado no Edifício Amaro Empresarial - Quadra 103 Norte, Rua NO-11 com Avenida NS 01, Lote 02. CEP: 77001-036 - conforme subitem 1.1.3 do presente Termo.

7.2. Os postos de trabalho deverão ser guarnecidos com profissionais que deverão cumprir jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

7.3. Os horários de início e término do funcionamento dos postos de trabalho serão de segunda à sexta-feira, das 13h às 18h, exceto feriados.

7.4. Em caso de suspensão do expediente forense em razão de ponto facultativo aplicado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, os funcionários da empresa contratada deverão compensar as horas não trabalhadas de forma parcelada nos dias úteis subsequentes, isto é, cumprindo jornada de trabalho de 6 (seis) horas por dia, das 12h às 18h, até a sua compensação integral.

7.5. Ressalta-se que o horário de funcionamento dos postos de serviço e, consequentemente, da jornada de trabalho, poderá eventualmente sofrer alteração para se adequar ao horário de expediente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, caso este seja futuramente alterado. Nesta hipótese, será oportunamente firmado um aditivo contratual para fins de reajuste dos valores contratados e demais obrigações adjacentes.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. As licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos, pois, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade de suas atividades. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

8.2. As diretrizes de sustentabilidade a serem adotadas para esta contratação, no que couber, serão referenciadas pela Lei nº 14.133/2021, não excluindo outras normas e técnicas que melhor se adaptem ao objeto contratado.

8.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, acessibilidade e responsabilidade social na execução dos serviços, quando couber:

8.3.1. **Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, notadamente ao disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da Resolução CNJ nº 255/2018, os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida.**

8.3.1.1. Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 255/2018 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento.

8.3.2. De acordo com o projeto “Você é Luz: consumo consciente, justiça sustentável” instituído por este Tribunal de Justiça (evento nº 6446453, dos autos SEI nº 25.0.00009400-8), a Contratada deverá conscientizar e orientar os seus funcionários a adotar medidas voltadas à racionalizar, na medida do possível, o consumo de energia elétrica, a fim de fortalecer a cultura institucional de responsabilidade ambiental, por meio de ações práticas, tais como: apagar luzes desnecessárias; desligar os monitores quando não estiverem em uso e, ao final do expediente, certificar que o computador foi desligado, bem como o respectivo nobreak, e demais equipamentos elétricos de uso pessoal.

8.4. Em que pese a irrestrita observância da reserva de vagas para as mulheres integrantes de grupos vulneráveis nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados firmados por este Tribunal de Justiça, conforme as diretrizes do Programa “Transformação” instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, este não se aplica à presente contratação, tendo em vista que, de acordo com o art. 3º, § 5º, da Instrução Normativa nº 15/2024 do TJTO, bem como com o art. 3º, § 4º, da Resolução nº 497/2023 do CNJ, a referida reserva de vagas aplica-se a contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores.

8.5. A contratada deverá observar as diretrizes do [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU](#), no que couber.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO:

9.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

9.2. Efetivada a execução, o objeto deste contrato será recebido:

9.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico com as exigências contratuais;

9.2.1.1. O CONTRATANTE expedirá Termo de Recebimento Provisório, conforme “ANEXO D” do **Termo de Referência**, no **prazo de 10 (dez) dias úteis** da data do início da execução dos serviços contratados, o qual deverá ser assinado pelo Fiscal do Contrato ou outro servidor devidamente designado, cujo relatório detalhado conterá o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual deverá ser encaminhado ao gestor responsável para recebimento definitivo, juntando documentos comprobatórios, quando for o caso.

9.2.2. Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos materiais e/ou serviço fornecidos, nem ético-profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou esse contrato.

9.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com esse contrato.

9.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR:

10.1. O valor mensal do presente instrumento fica ajustado em R\$ ____ (____), perfazendo o valor global pelo período de 60 (sessenta) compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.122.1145.4204

Natureza de Despesa: 33.90.37

Fonte de Recursos: 1.760

11.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

11.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a contratação:

11.3.1. **Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.**

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

12.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados.

12.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade fiscal e demais documentos abaixo relacionados, sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Vigésima Primeira deste contrato.

12.2.1. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF;

- 12.2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 12.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 12.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- 12.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- 12.2.6. Relação nominal dos profissionais alocados nos postos de serviço, bem como cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS específicos do contrato, contendo a relação de empregados por tomador de serviço, acompanhadas dos respectivos comprovantes do efetivo recolhimento;
- 12.2.7. Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior à execução dos serviços;
- 12.2.8. Comprovante de pagamento, do mês do adimplemento da obrigação, referente ao auxílio alimentação e auxílio transporte dos profissionais alocados nos postos de serviço;
- 12.2.9. Comprovante de pagamento do adicional de 1/3 de férias, no mês de gozo;
- 12.2.10. Resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo e o número de horas de funcionamento dos postos de serviço;
- 12.2.11. Demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação dos postos de serviço, referentes ao mês anterior da prestação dos serviços;
- 12.2.12. Planilha de cálculo do valor a ser abatido na Nota Fiscal pela não ocupação do posto de serviço em caso de faltas, férias e posto vago;
- 12.2.13. Relação da compensação do auxílio-alimentação que não forem devidos, no mês subsequente à concessão das despesas com alimentação relacionadas às viagens custeadas através de diárias;
- 12.2.14. Planilha de controle e provisionamento da conta vinculada, do mês de adimplemento;
- 12.2.15. Espelho do contracheque do mês de adimplemento;
- 12.2.16. Relatório da declaração completa DCTFWeb;
- 12.2.17. Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb - com o comprovante de pagamento;
- 12.2.18. GFD-Guia do FGTS Digital com detalhamento - com o comprovante de pagamento; e
- 12.2.19. Planilha de retenção do ISSQN de acordo com a alíquota do município onde os serviços são prestados, incluído os dados bancário do respectivo município.
- 12.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.
- 12.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA os serviços que forem efetivamente executados.
- 12.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos serviços executados com o discriminado na respectiva Nota Fiscal e o Atesto do gestor do contrato.
- 12.6. O Atesto de Conformidade dos Serviços Prestados é condição indispensável para o respectivo pagamento.
- 12.7. Na ausência do(a) Fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo Fiscal substituto.
- 12.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento, se os dados constantes das mesmas estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou ainda, se os serviços executados não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas no Termo e no contrato, ficando o pagamento suspenso até a regularização.
- 12.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido no Termo e no contrato;
- 12.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da Nota Fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente;
- 12.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.
- 12.14. Sobre a Nota Fiscal incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.
- 12.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.
- 12.16. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 12.17. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.
- 12.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 12.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.12 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.
- 12.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro

de 2023.

12.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

13.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

14.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

14.1.1. Para os fins previstos no item 14.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

14.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

14.2. Os pedidos de revisão, nos casos em que houver previsão contratual ou legal, serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato, conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

14.3. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

14.4. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

14.5. A CONTRATADA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo em razão de eventual alteração do seu regime tributário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

15.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta contratação, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

15.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

15.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 15.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais, quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONTA DEPÓSITO VINCULADA PARA RETENÇÃO DE PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

16.1. Para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE utilizará a Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para retenções de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, em observância aos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022 e da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

16.2. A assinatura do Contrato entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será sucedida dos seguintes atos:

a) Solicitação pelo CONTRATANTE ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, no nome da CONTRATADA, devendo o banco público comunicar o CONTRATANTE sobre a abertura da referida conta, **conforme os modelos contidos nos Anexos I e II do Termo de Cooperação Técnica dispostos na Resolução nº 651/2025 do CNJ; e**

b) Assinatura, pela CONTRATADA, **no prazo de até 30 (trinta) dias** a contar da notificação do CONTRATANTE, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e de termo específico da instituição financeira oficial que permita o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE, nos termos do art. 8º, § 1º, incisos I e II, da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

16.3. Durante a execução do Contrato, a Contratada poderá solicitar autorização do Tribunal de Justiça, para liberação ou movimentação de valores da conta-depósito vinculada, de acordo com os incisos I e II do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

16.4. Para que ocorra a **liberação de férias ou 13º salário**, nos termos do inciso II do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, a empresa contratada deverá comprovar, documentalente, tratar-se de empregado alocado nas dependências do Tribunal de Justiça, e que apresente:

a) Relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo I ou II, do **Anexo I**;

b) Recibo de férias e o comprovante de pagamento individualizado; ou

c) Folha de pagamento do 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito.

2.16.5. No caso de **rescisão de contrato de trabalho**, deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Solicitar liberação do saldo total em conta do respectivo empregado cujo contrato foi rescindido;

b) Apresentar a relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo III, do **Anexo I**;

c) Apresentar Termo de Rescisão (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria (obrigatório para empregados com mais de 1 [um] ano de serviço);

d) Apresentar comprovação do depósito, observado o disposto no art. 477 da CLT, bem como da Portaria MTP nº 671/2021;

16.6. No caso de rescisão contratual entre o órgão e a contratada, sem dispensa dos empregados, a empresa contratada deverá apresentar declaração contendo informação de que estes continuarão prestando serviços à empresa e comprovante de regularidade de depósito do INSS e do FGTS.

16.7. Para que ocorra a **movimentação de férias ou 13º salário**, nos termos do inciso I do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, a empresa contratada deverá comprovar,

documentalmente, tratar-se de empregado alocado na execução do contrato e apresentar:

- a) Relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo IV ou V do **Anexo I**.
- b) Aviso de férias e o espelho da folha de pagamento de férias; e/ou
- c) Espelho da folha de pagamento do 13º salário.

16.8. No caso de **movimentação em decorrência de rescisão de contrato de trabalho**:

- a) Apresentar relação dos empregados contendo todos os dados, conforme Modelo VI do **Anexo I**; e
- b) Apresentar espelho dos valores correspondentes à rescisão contratual;

16.9. A solicitação da contratada para a liberação ou movimentação da conta-depósito vinculada, deverá conter a documentação exigida nos subitens 16.4 ao 16.8.

16.10. Na hipótese do inciso I do art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, a empresa deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 constitucional, 13º salário e TRTC homologado, quando for o caso) no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria MTP nº 671/2021.

16.11. Somente será permitido o crédito diretamente na conta dos empregados, caso a empresa contratada não consiga executar o pagamento, e será realizado mediante comprovação, isto é, com a apresentação do extrato bancário das contas registradas no CNPJ da empresa Contratada, comprovando que nos últimos 40 (quarenta) dias que antecederam os vencimentos dos empregados, a mesma não possuía saldo suficiente a quitar a dívida.

16.12. A incidência da impossibilidade descrita no subitem anterior, por 3 meses consecutivos, ou, alternados no prazo de 6 meses, poderá ensejar a rescisão do contrato.

16.13. Será permitida a análise do pedido para o crédito diretamente na conta dos empregados, desde que a empresa contratada faça a solicitação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis, da data obrigatória para o pagamento ao trabalhador.

16.14. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reserva-se o direito de não atender ao pedido, caso a solicitação não atenda o prazo estipulado no subitem anterior ou que, no ato da conferência, seja constatada divergência nas informações apresentadas.

16.15. Havendo solicitação de movimentação diretamente para a conta dos empregados, as incidências sobre os valores movimentados somente poderão ser resgatadas quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

16.16. Após o recebimento do pedido da empresa contratada, a Unidade Técnica, através do gestor do contrato, deverá confirmar se os pedidos atendem às regras apresentadas nos subitens 16.4 ao 16.10 (dependendo do caso a se aplicar).

16.17. A empresa contratada deverá apresentar a documentação necessária para o resgate ou movimentação dos recursos em tempo hábil à análise e autorização do órgão/instituição financeira.

16.18. A Administração poderá requerer a complementação ou correção dos documentos apresentados pela empresa caso seja constatada alguma irregularidade, circunstância que interromperá o prazo de que trata o subitem 16.19.

16.19. O gestor do contrato terá o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para realizar a conferência do pedido. Após a conferência de toda a documentação apresentada pela empresa, enviará o processo à Diretoria Financeira para que esta promova o resgate ou movimentação dos recursos, a qual terá o prazo de até 6 (seis) dias úteis para cumprimento, contados do recebimento dos autos.

16.20. A Diretoria Financeira solicitará ao ordenador de despesas do CONTRATANTE a autorização para a liberação ou movimentação da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação.

16.21. Após a solicitação através da Diretoria Financeira, o Ordenador de Despesas expedirá ofício ao banco público oficial autorizando a liberação ou movimentação, conforme o caso.

16.22. Após a liberação ou movimentação da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, o banco público oficial comunicará o CONTRATANTE por meio de ofício.

16.23. Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos definido no termo de cooperação técnica, escolhido com base em critérios de segurança, liquidez, economicidade e rentabilidade, conforme o art. 11 da Resolução nº 651/2025 do CNJ.

16.24. Os encargos trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais de acordo com a proposta:

Percentuais para Contingenciamento de Encargos Trabalhistas	
Módulo 2	
TÍTULO	
13º Salário	8,33%
Férias e adicional de férias	12,10%
Subtotal	20,43%
Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	%
Multa FGTS	4,00%
Total de encargos a contingenciar em Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação	%

16.25. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

16.25.1. A empresa contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.

16.25.2. Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

16.25.3. Caso haja reclamação trabalhista em desfavor da CONTRATADA, a qual também envolva o CONTRATANTE como reclamado, para a liberação de qualquer saldo de conta-depósito vinculada, deverá ser reservado o equivalente ao valor da causa da respectiva ação judicial antes da mencionada liberação.

16.26. Em caso de sucessão contratual com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações trabalhistas, poderão ser liberados em relação aos terceirizados que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato, mediante cálculos individualizados por empregado que continuar vinculado ao novo contrato e desde que constatada a suficiência do saldo remanescente.

16.27. Com a finalidade de subsidiar a conferência dos valores a serem provisionados na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para movimentação, a empresa contratada deverá apresentar espelho analítico da folha de pagamento do mês de adimplemento e planilha de controle de conta vinculada, conforme documento acostado no **Anexo H do Termo de Referência**, indicando o valor a ser provisionado para cada trabalhador e valor total do mês de adimplemento.

16.28. Caso ocorra alteração na folha de pagamento dos funcionários, o CONTRATANTE poderá compensar a diferença na nota fiscal do mês subsequente.

16.29. Em caso de retirada de valores da Conta-Depósito Vinculada Bloqueada para movimentação, para fins que não sejam os previstos no art. 5º da Resolução nº 651/2025 do CNJ, ou que não seja destinado aos empregados alocados nas dependências do CONTRATANTE, através do contrato a ser firmado entre as partes, poderá ser glosado do percentual do lucro da(s) fatura(s) subsequente(s) até a recomposição do total retirado.

16.30. O controle do provisionamento e liberação dos valores da Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para movimentação, conforme a planilha modelo do **Anexo H do Termo de Referência**, deverá obrigatoriamente ser acompanhado e atualizado pela empresa contratada, sempre que houver liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO:

17.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA, com a demonstração analítica da variação dos custos contratuais, conforme art. 7º do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro nos órgãos competentes, para análise e aprovação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

17.2.1. Assim, para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o reajuste contratual deverá ocorrer a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta.

17.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data dos efeitos da última repactuação ocorrida.

17.4. A repactuação será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação da categoria profissional abrangida por este contrato.

17.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva:

17.5.1. Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

17.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

17.7. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do termo aditivo;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

17.7.1. No caso previsto no inciso III do item 17.7, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.7.2. O CONTRATANTE poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de instrumento próprio.

17.7.3. Na hipótese do subitem 17.7.2, o período em que a proposta permanecer sob a análise da Administração deverá ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

17.8. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação inicia-se a partir da homologação da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual subsequente, ou, caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

17.9. Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

17.10. Ocorrendo a ausência de solicitação formal pela CONTRATADA nas hipóteses previstas nos §§ 4º e 5º do art. 10, Subseção IV, Seção I, Anexo VI da IN TJTO nº 4/2023, configurará a renúncia, por parte desta, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

17.11. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.12. A extinção deste contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.

17.13. O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º), admitida a prorrogação por igual período caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

17.14. A repactuação de preços será formalizada por meio de termo aditivo.

17.15. Os pedidos de repactuação serão recebidos e instruídos pelo gestor deste contrato conforme artigo 38 da Seção XIV da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

17.15. Autorizada a repactuação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços

já prestados, será efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura distinta da apresentada mensalmente.

17.15. Durante a análise das repactuações poderão ser revistos índices reajustados/alterados por lei, CCT ou que estiverem em desacordo com os índices aplicados na planilha de custo e formação de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

18.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII, do título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

18.2. Caberá ao gestor iniciar e promover a instrução que vise a alteração deste contrato sob sua responsabilidade, seja por iniciativa própria ou por solicitação da CONTRATADA, observadas as disposições contidas nos Anexos V e VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.1. A CONTRATADA obriga-se a:

19.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação;

19.1.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

19.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

19.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

19.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;

19.1.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

19.1.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

19.1.8. Iniciar a execução dos serviços no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, devendo, informar ao Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis, quaisquer fatos ou motivos que a impossibilite de iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido;

19.1.9. Fornecer ao contratante, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato, endereço da matriz e/ou filial, bem como, o número do telefone comercial fixo, móvel, e endereço eletrônico, devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração;

19.1.10. Implantar adequadamente, o plano de execução e supervisão dos serviços, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as condições e exigências contidas no Termo de Referência;

19.1.11. Prestar os serviços de acordo com as normas disciplinares do Contratante e dentro dos parâmetros estabelecidos neste Instrumento, com fornecimento de mão de obra;

19.1.12. Fornecer o objeto contratado de forma plena e ininterrupta durante a vigência do contrato;

19.1.13. Manter seus dados atualizados perante o Contratante no decorrer da vigência do contrato, o que inclui atualizações quando houver mudanças nos canais de atendimento;

19.1.14. Indicar preposto, no ato da assinatura do contrato, para representá-la administrativamente, conforme declaração contida no **Anexo F** do Termo de Referência, na qual deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, o qual poderá ser recusado pelo contratante, desde que devidamente justificado. O preposto terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

a) Atuar de acordo com os princípios éticos e legais, evitando conflitos de interesses, assegurando a integridade nas relações com a administração pública e mantendo entendimento com a gestão e fiscalização do contrato sobre a execução dos serviços;

b) Manter a boa relação entre a empresa e a administração pública, buscando solucionar eventuais conflitos de forma amigável e transparente;

c) Acompanhar a execução do objeto contratual, garantindo a qualidade e a conformidade dos serviços prestados;

d) Responder às demandas e solicitações do Contratante, fornecendo informações e esclarecimentos necessários;

e) Estar disponível em canal de atendimento presencial ou via telefone móvel durante todo o período que possuir funcionário em atividade, em especial a partir do início das atividades de funcionamento do TJTO, cujo número deverá ser atualizado sempre que necessário; e

f) Cuidar da disciplina e controlar o cumprimento da carga horária dos colaboradores.

19.1.15. Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre o(a) Gestor(a)/Fiscal do Contratante e o preposto da Contratada de forma permanente, incluindo dias não úteis ou fora do horário comercial;

19.1.16. Manter um representante legal, sem custo adicional, durante toda a vigência do contrato, para representá-la administrativamente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sempre que for necessário, devendo estar devidamente credenciado por procuração e aceito pelo gestor do contrato, conforme **Anexo G**, do Termo de Referência, ao qual caberá:

a) Comunicar e receber notificações do Contratante, bem como assinar documentos em nome da Contratada;

b) Garantir o correto cumprimento das obrigações contratuais, fiscais, trabalhistas e regulamentares por parte da empresa;

c) Colaborar com o Contratante na gestão e monitoramento do contrato, fornecendo relatórios e informações solicitadas;

d) Atender com presteza às reclamações, principalmente as que se referem à qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o Contratante; e

e) Encaminhar à unidade fiscalizadora os documentos solicitados pelo(a) gestor(a) do contrato.

19.1.17. Apresentar ao Contratante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis anteriores ao início da execução dos serviços, como também no ato da assinatura do aditivo de prorrogação de vigência, relação nominal dos empregados em atividade nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acompanhada das seguintes documentações:

a) Certidão Negativa Criminal, expedida no máximo há 6 (seis) meses de sua apresentação, de todos os empregados alocados nos postos de serviço nas dependências no Poder Judiciário Tocantinense, devendo ser revalidadas anualmente, impreterivelmente no primeiro bimestre de cada ano;

b) Em caso de certidão criminal positiva nas revalidações, o empregado deverá ser afastado das atividades executadas nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

19.1.18. Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, fiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme sua natureza jurídica, incidentes sobre o objeto da contratação, ficando ressalvado que, a inadimplência com estes encargos não transfere ao Contratante a responsabilidade por seu pagamento;

19.1.19. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como, as ocorrências havidas;

19.1.20. Realizar às suas expensas, na forma da legislação pertinente, e apresentar ao Contratante, os exames médicos necessários na admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados;

19.1.21. Manter a disciplina no local dos serviços, zelando pelo respeito e cortesia no relacionamento com usuários e servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, além de cumprir as normas de segurança da Administração e as normas de segurança e medicina do trabalho, **substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente às normativas do TJTO, ou que descumpra as normas de segurança e medicina do trabalho;

19.1.22. Suprir os afastamentos dos postos de serviço, por profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, sob pena de glosa do valor correspondente a todo o período em que o posto permaneceu desocupado e da incidência das demais penalidades eventualmente cabíveis, sendo que a Contratada deverá remunerar o substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente;

19.1.23. Impedir que os profissionais que cometam faltas disciplinares, qualificadas como de natureza grave, previstas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e, nos demais casos similares, sejam mantidos ou retornem às instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na condição de prestadores de serviços;

19.1.24. Supervisionar e orientar seus empregados, visando o fiel desempenho das atividades, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados;

19.1.25. Encaminhar ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a relação dos empregados que usufruirão férias no período subsequente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do gozo;

19.1.25.1. A Contratada organizará a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, aos seus empregados a fim de abranger o período de 20 de dezembro à 6 de janeiro de cada exercício, em razão de tratar-se do período correspondente ao recesso judiciário dos tribunais em que ocorre a suspensão do expediente forense (Resolução nº 244/2016 do CNJ), respeitado o disposto nos arts. 134 à 140 do Decreto-lei nº 5.452/1943 (CLT) e demais normas correlatas; em caso de feriados ou pontos facultativos próximo ao período do recesso judiciário, a Contratada deverá adequar o período das férias dos colaboradores;

19.1.25.2. Considerando que a concessão de férias coletivas, parcial ou integral, deverá corresponder ao recesso judiciário, a Contratada não deverá suprir os postos de serviços durante a fruição por parte dos colaboradores, independentemente do período de fruição das férias;

19.1.26. Obedecer às normas relativas a acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes do sinistro, inclusive fazendo seguro se as normas exigirem;

19.1.27. Adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, assumindo todas as responsabilidades daí decorrentes;

19.1.28. Acatar todas as orientações da gestão do contrato a ser firmado com o Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, inclusive quanto à frequência diária dos empregados, devendo também, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo gestor do contrato e atender às reclamações formuladas;

19.1.29. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil, penal e administrativa pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, em consequência da execução dos serviços, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos ao Contratante ou a terceiros, inclusive, se houver, despesas com custas judiciais bem como de honorários advocatícios;

19.1.30. Pagar, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente** aos serviços prestados, os salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços junto ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

19.1.31. Efetuar o pagamento dos salários por meio de depósito bancário na conta do colaborador.

19.1.32. Manter um sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, podendo ser:

- a) Cartão de ponto manual;
- b) Folha de frequência;
- c) Biometria;
- d) Controle de ponto por cartão magnético;
- e) Outros sistemas de ponto eletrônico alternativo permitido por lei.

19.1.33. Autorizar o Contratante, por meio de declaração prevista no Anexo E do Termo de referência, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto na fatura e o pagamento de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

19.1.33.1. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando não for possível realizar o pagamento diretamente aos empregados, por falta de documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento;

19.1.34. Fornecer auxílio alimentação, vale transporte ou qualquer outro benefício mensal do mês seguinte, até o último dia útil do mês de adimplemento, ou conforme preceitua a CCT da categoria; os auxílios deverão ser pagos em pecúnia, por meio de depósito bancário na conta do funcionário;

19.1.35. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

19.1.36. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civis ou penais, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

19.1.37. Prestar esclarecimentos ao Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como, relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

19.1.38. Apresentar Nota(s) Fiscal(is) no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, em conjunto com toda documentação exigida pela fiscalização do contrato, observando principalmente:

- a) As movimentações de férias/licenças e substituições;
- b) Cópia dos recolhimentos da contribuição previdenciária estabelecidas para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da CF, sob pena de retenção dos seus créditos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem prejuízo de possível rescisão contratual na reincidência;
- c) Relatório da declaração completa DCTFWeb;
- d) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb - com o comprovante de pagamento;
- e) GFD-Guia do FGTS Digital com detalhamento - com o comprovante de pagamento;
- f) Comprovante de pagamento dos salários no prazo legal, folha e contracheques referentes ao mês anterior à prestação dos serviços;
- g) Comprovante de pagamento do auxílio transporte, referente ao mês de adimplemento;
- h) Comprovante de pagamento do auxílio alimentação, referente ao mês de adimplemento;

- i) Comprovante de pagamento do 13º (décimo terceiro salário), quando for o caso;
- j) Concessão de férias e comprovante do pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- k) Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;
- l) Cumprimento das demais obrigações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- m) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- n) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- o) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- p) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada; e
- q) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada.

19.1.39. Apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de serviço, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Cópia da Carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e
- c) Exames admissionais, periódicos e demissionais, dos empregados que prestam os serviços no Poder Judiciário Tocantinense.

19.1.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos, sempre que solicitado pela fiscalização;

19.1.41. Apresentar sempre que solicitado o extrato de FGTS dos empregados ocupantes dos postos de serviço;

19.1.42. Manter sigilo e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do órgão ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido e não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto do Termo de Referência, sem a prévia autorização do Contratante;

19.1.43. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

19.1.44. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano, dolo ou culpa, que os seus profissionais causarem a terceiros ou ao Contratante, devendo ser descontado, no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente aos danos causados, sem prejuízo de eventual aplicação de responsabilidade civil, penal ou administrativa;

19.1.45. Comunicar formalmente e por escrito, ao Contratante, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data limite da vigência do contrato, caso não haja interesse na sua prorrogação;

19.1.46. Atender as disposições relacionadas à solicitação da abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, no prazo estabelecido no subitem 2.16 do Termo de Referência.

19.1.47. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

19.1.48. Apresentar ao contratante, quando da demissão, extinção ou rescisão do contrato, após o último mês da prestação dos serviços, cópia dos seguintes documentos:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviços;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

19.1.49. Contribuir com a política de acessibilidade e inclusão do Poder Judiciário, admitindo a mobilização do seu quadro funcional pelo período necessário a orientação e participação em cursos de capacitação ofertados pelo Contratante, sem ônus para a Contratada, durante toda a vigência do contrato;

19.1.50. Conforme a Resolução n.º 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

19.1.51. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar para prestar os serviços no TJTO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.1.52. O licitante deverá atender no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental.

19.1.53. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

19.1.54. Preencher, na medida do possível, os postos de serviços de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida, em cumprimento à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução CNJ nº 255/2018.

19.1.54.1. Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 255/2018 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do início da execução dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

20.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 20.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;
- 20.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 20.1.3. Proporcionar condições para o objeto do Termo de Referência;
- 20.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas do Termo de Referência, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- 20.1.5. Designar gestor e fiscal e seus respectivos substitutos, para acompanhar a execução do contrato;

- 20.1.6. Rejeitar os serviços que não atendam às especificações e aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência;
- 20.1.7. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 20.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;
- 20.1.9. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 20.1.10. Expedir a Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 20.1.11. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas;
- 20.1.12. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto do Termo de Referência;
- 20.1.13. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas do contrato firmado;
- 20.1.14. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada nas suas dependências, devidamente identificados, para a execução dos serviços contratados;
- 20.1.15. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, e exigir correção imediata, sob pena de incidência de eventual penalidade;
- 20.1.16. Comunicar formalmente à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços, bem como, falhas de qualquer natureza, a qual poderá ensejar, a depender do caso, a necessária substituição do respectivo colaborador;
- 20.1.17. Verificar, em relação aos empregados da Contratada, o atendimento dos requisitos mínimos de qualificação profissional exigidos, solicitando substituição, se for o caso;
- 20.1.18. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, resultantes da prestação dos serviços, nos prazos e condições estabelecidas;
- 20.1.19. Efetuar as retenções devidas sobre o valor da fatura de serviços, conforme dispõe a Resolução nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e suas alterações;
- 20.1.20. Realizar o pagamento de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada;
- 20.1.21. Reter, cautelarmente, o pagamento devido à contratada e depositar junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de assegurar o pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS dos funcionários da empresa, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento;
- 20.1.22. Não atribuir aos empregados alocados na execução desta contratação a realização de horas extraordinárias, conforme a Cláusula Vigésima Terceira da CCT atualmente vigente (nº TO000024/2025).
- 20.1.23. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
- 20.1.24. Adotar as providências necessárias para acompanhar o cumprimento pela Contratada das medidas de segurança e saúde no trabalho;
- 20.1.25. Comunicar à Previdência Social e à Receita Federal qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias relacionada à prestação dos serviços;
- 20.1.26. Comunicar ao Ministério do Trabalho qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos ocupantes dos postos de serviço;
- 20.1.27. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 20.1.28. Verificar se os empregados estão cumprindo a jornada de trabalho;
- 20.1.29. Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, a exemplo da negociação de folgas ou a compensação de jornada, visto que esta competência é exclusiva do empregador; e
- 20.1.30. Verificar, antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e demais certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

21.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 21.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 21.1.1, 21.1.2 ou 21.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

21.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

21.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

21.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

21.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 12.2, da Cláusula Décima Segunda deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 21.1.4.

21.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes no subitem 21.1.14 e sem prejuízo das demais sanções;

21.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 21.1.5 e 21.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

21.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do item 21.1.4, o somatório das demais multas previstas nesta Cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

21.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

21.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

21.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

21.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no item 21.1.13 desta cláusula;

21.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária.

21.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

22.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

22.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

22.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO:

23.1. O presente contrato fica vinculado aos autos 25.0.000015255-5.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

24.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

24.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

25.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ter sua duração prorrogada em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

25.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

25.3. Nos termos do Acórdão nº 1186/2017 - Plenário TCU, a parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado (APT) será no máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação contratual, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei nº 12.506/2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES:

26.1. É vedado à CONTRATADA:

26.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

26.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

26.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

26.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

26.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

27.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

27.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

28.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão respectivamente aos servidores do CONTRATANTE que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

28.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

29.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

29.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do

Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

29.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

29.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

29.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 29.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

29.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

29.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

29.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

29.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

29.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

29.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

31.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

30.1. As licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos, pois, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade de suas atividades. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

30.2. As diretrizes de sustentabilidade a serem adotadas para esta contratação, no que couber, serão referenciadas pela Lei nº 14.133/2021, não excluindo outras normas e técnicas que melhor se adaptem ao objeto contratado.

30.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, acessibilidade e responsabilidade social na execução dos serviços, quando couber:

30.3.1. Em atenção à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, notadamente ao disposto no art. 2º, inc. VI, §§ 1º e 2º, da Resolução CNJ nº 255/2018, os postos de trabalhos deverão, sempre que possível, ser preenchidos de forma equânime entre homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, as quais compreendem a mulher cisgênero, transgênero e fluida.

30.3.1.1. Em caso de impossibilidade do atendimento das determinações contidas na Resolução nº 255/2018 do CNJ, a Contratada deverá apresentar declaração contendo os motivos determinantes para a inviabilidade de seu cumprimento.

30.3.2. De acordo com o projeto "Você é Luz: consumo consciente, justiça sustentável" instituído por este Tribunal de Justiça (evento nº 6446453, dos autos SEI nº 25.0.000009400-8), a Contratada deverá conscientizar e orientar os seus funcionários a adotar medidas voltadas à racionalizar, na medida do possível, o consumo de energia elétrica, a fim de fortalecer a cultura institucional de responsabilidade ambiental, por meio de ações práticas, tais como: apagar luzes desnecessárias; desligar os monitores quando não estiverem em uso e, ao final do expediente, certificar que o computador foi desligado, bem como o respectivo nobreak, e demais equipamentos elétricos de uso pessoal.

30.4. Em que pese a irrestrita observância da reserva de vagas para as mulheres integrantes de grupos vulneráveis nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados firmados por este Tribunal de Justiça, conforme as diretrizes do Programa "Transformação" instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, este não se aplica à presente contratação, tendo em vista que, de acordo com o art. 3º, § 5º, da Instrução Normativa nº 15/2024 do TJTO, bem como com o art. 3º, § 4º, da Resolução nº 497/2023 do CNJ, a referida reserva de vagas aplica-se a contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com quantitativos mínimos de 25 (vinte e cinco) colaboradores.

30.5. A contratada deverá observar as diretrizes do [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da CGU/AGU](#), no que couber.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO CONSENTIMENTO:

31.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 31.4.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

32.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

32.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

32.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

33.1. A CONTRATADA terá responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

34.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

34.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

34.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

34.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DO FORO:

35.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO**MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO**

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202__, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto a contratação da prestação de serviços de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202__, e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO III DO EDITAL**INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023**

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais

em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após exauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES
Presidente

ANEXO IV

Estudo Técnico Preliminar nº 14/2026 PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Técnica	Diretoria Administrativa	
Responsável pela Elaboração	Carlos Henrique Drumond Soares Martins	Matrícula: 352759
Categoria do objeto	Serviço comum (terceirização de postos de serviços)	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1. A Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins enfrenta crescente demanda por atividades de natureza operacional e de apoio administrativo, essenciais ao bom funcionamento da máquina judiciária.

2.2. Desta forma, esta Diretoria Setorial identificou a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços administrativos auxiliares (accessórios e operacionais padronizados), mediante a alocação de postos de trabalho para o cargo de Auxiliar Administrativo em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), o qual possibilitará a redução do envolvimento de servidores em tarefas secundárias, instrumentais ou complementares às suas atividades finalísticas, proporcionado o acréscimo de produtividade e qualidade na execução das ações inerentes aos cargos efetivos deste Tribunal.

2.3. Cabe registrar que a presente contratação é necessária para suprir a execução de atividades administrativas que não se inserem nas atribuições dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

2.4. A medida visa suprir lacunas de pessoal, garantir a execução regular de atividades de suporte e possibilitar que os servidores efetivos concentrem esforços em atribuições estratégicas e de maior complexidade, em consonância com o interesse público.

2.5. A contratação proporcionará ganhos significativos de eficiência administrativa, ao assegurar maior celeridade no trâmite de processos internos, além de promover economia de tempo e recursos, uma vez que o dimensionamento adequado da força de trabalho evitará retrabalhos e atrasos. Ademais, contribuirá para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, reforçando a capacidade da Diretoria Administrativa de atender às crescentes demandas do Poder Judiciário e da sociedade tocantinense de maneira organizada, transparente e eficiente.

3. UNIDADE DEMANDANTE

Unidade Demandante	Diretoria Administrativa	Data: 25/09/2025
Responsável pela Formalização	Carlos Henrique Drumond Soares Martins	Matrícula: 352759

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de qualidade

4.1.1. Para o adequado desempenho das funções previstas no escopo da contratação, os profissionais a serem disponibilizados pela empresa contratada deverão possuir, obrigatoriamente, certificado de conclusão do ensino médio, com comprovação por meio de diploma ou certificado expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, e que tenham conhecimentos básicos de informática.

4.1.2. Além da formação e conhecimento acima descritos, são desejáveis características comportamentais compatíveis com o ambiente institucional do Poder Judiciário, destacando-se:

- a) Comprometimento com os valores institucionais e com a excelência na prestação do serviço público;
- b) Capacidade de organização e gestão do tempo, em virtude da multiplicidade de tarefas accessórias, instrumentais ou complementares às atividades finalísticas da Diretoria;
- c) Boa comunicação interpessoal, a fim de facilitar a interação com o seu supervisor e demais servidores públicos; e
- d) Postura ética e sigilo profissional, compatíveis com a confiança e a responsabilidade atribuídas a quem atua em ambientes administrativos sensíveis do Poder Judiciário.

4.1.3. Essas habilidades e atitudes são essenciais para a efetividade da atuação esperada, sendo previstas como elementos a serem observados na fase de execução contratual.

4.1.4. A exigência de curso superior e/ou registro em conselho de classe não se mostra necessária, tendo em vista que as atribuições são compatíveis com a capacitação de nível médio, e que a legislação profissional não impõe reserva de mercado para o exercício das atividades descritas.

4.2 Elementos técnicos e mercadológicos

4.2.1. O mercado brasileiro apresenta ampla oferta de empresas especializadas na terceirização de serviços técnicos com perfis compatíveis ao escopo da presente contratação. Observa-se, inclusive, que em diversos contratos firmados por órgãos da Administração Pública direta e indireta, a exigência de experiência prévia não é adotada como critério eliminatório, dada a natureza das atividades envolvidas e à facilidade de capacitação específica durante a execução contratual.

4.2.2. A ausência de exigência de experiência prévia tem fundamento também na busca por maior competitividade no certame, ampliando o leque de empresas potencialmente interessadas e contribuindo para a economicidade da contratação. Considerando que o serviço a ser prestado envolve serviços administrativos accessórios e operacionais padronizados, e que será acompanhado por fiscais e gestores de contrato do TJTO, é viável e segura a admissão de profissionais sem experiência prévia, desde que atendidos os demais requisitos de qualificação técnica.

4.2.3. Além disso, os serviços prestados estarão sujeitos à avaliação contínua da Administração, com mecanismos de substituição e advertência em caso de desempenho insatisfatório, o que reforça a segurança da decisão.

4.3 Natureza da contratação

4.3.1. A natureza da contratação é contínua, sendo sua prestação necessária para auxiliar nas atividades acessórias e operacionais padronizadas desta Diretoria. Assim, enquadra-se no conceito de serviço de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Duração inicial do contrato

4.4.1. A contratação será firmada pelo prazo inicial de 60 (sessenta) meses, conforme a previsão do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, o que se justifica pela necessidade de garantir estabilidade na prestação dos serviços, reduzir a rotatividade contratual e otimizar os custos administrativos decorrentes de eventuais substituições contratuais. O prazo poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, observados os critérios de vantajosidade, continuidade e avaliação satisfatória da execução contratual.

4.5 Identificação de objetos que atendam os requisitos especificados

4.5.1. Foram identificadas diversas empresas que atuam no ramo de prestação de serviço terceirizado de Auxiliar Administrativo, com histórico de prestação de serviços em instituições públicas e privadas, compatíveis com os requisitos de qualificação técnica e comportamental aqui delineados. Essas empresas ofertam profissionais com perfis adequados às exigências do TJTO, sendo recorrente a contratação desse tipo de serviço no setor público, inclusive com bons resultados de eficiência, padronização e controle.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

5.1. Conforme as diretrizes da Instrução Normativa nº 4/2023 do TJTO, o levantamento das soluções disponíveis no mercado deve observar critérios de eficiência, economicidade, ciclo de vida do objeto, aproveitamento dos recursos humanos, bem como experiências de outros órgãos e boas práticas identificadas no setor público e privado.

5.2. Descrição da necessidade: incremento de recursos humanos para auxiliar nas atividades acessórias e operacionais padronizadas da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

5.3. Para atender a necessidade descrita acima, foram consideradas as seguintes soluções possíveis, disponíveis no mercado, cada uma com suas respectivas características, vantagens e desvantagens:

5.3.1. Realização de concurso público para provimento de cargos efetivos de Auxiliar Administrativo.

- Vantagens: estabilidade do quadro funcional; integração direta dos servidores ao corpo permanente do Tribunal.
- Desvantagens: inexistência legal do cargo de Auxiliar Administrativo no PCCR dos servidores do PJTO (Lei Estadual nº 2.409/2010); impacto no limite de gastos com pessoal; ausência de flexibilidade para adequar o quantitativo de pessoal conforme oscilações de demanda; impossibilidade de rápida substituição em caso de vacâncias.

5.3.2. Contratação temporária de servidores por prazo determinado (processo seletivo simplificado).

- Vantagens: agilidade na reposição de pessoal; flexibilidade em comparação ao concurso público.
- Desvantagens: alta rotatividade; limitação legal quanto a sua aplicabilidade e ao tempo máximo de contratação; necessidade de renovações frequentes; perda de continuidade dos serviços.

5.3.3. Utilização de estagiários ou bolsistas (residentes jurídicos).

- Vantagens: menor custo; simplicidade nos trâmites de contratação.
- Desvantagens: caráter transitório da força de trabalho; menor experiência prática e aprendizagem por se tratar de atividades acessórias repetitivas e operacionais padronizadas; necessidade de constante supervisão.

5.3.4. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços administrativos auxiliares (terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra).

- Vantagens: possibilidade de dimensionamento conforme necessidade do órgão; maior flexibilidade para substituições e realocações; manutenção da continuidade dos serviços; profissionais previamente qualificados; redução da sobrecarga administrativa interna; compatibilidade com a realidade da Administração Pública; contratação de natureza continuada, proporcionando estabilidade operacional.
- Desvantagens: necessidade de fiscalização contínua da execução contratual; dependência da performance da empresa contratada.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

6.1. Após o levantamento e a análise das alternativas disponíveis, a solução selecionada, a qual apresenta-se como a mais adequada a atender as necessidades da Diretoria Administrativa do TJTO e ao interesse público, consiste na contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços administrativos auxiliares, mediante a alocação de postos de trabalho para Auxiliar Administrativo (CBO 4110-05) em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

6.2. Essa modalidade permite a continuidade dos serviços, assegura profissionais com qualificação mínima exigida, garante flexibilidade na substituição e reposição de pessoal, e promove ganhos de eficiência, economicidade e qualidade na execução das atividades administrativas. Além disso, a solução está em consonância com práticas consolidadas no mercado e com contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, atendendo às disposições do inc. XXXVIII do parágrafo único do art. 2º da Instrução Normativa nº 4/2023 do TJTO, bem como do art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A estimativa da quantidade de profissionais necessários foi realizada com base na análise das atribuições de cada unidade setorial que compõe a Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, especificamente quanto a existência daquelas atividades caracterizadas como acessórias ou operacionais padronizadas, as quais demandam auxílio administrativo contínuo.

7.1.1. Considerando a metodologia acima, estimou-se a necessidade de alocação de **10 (dez) postos de Auxiliar Administrativo**, inicialmente distribuídos conforme a seguinte tabela:

Unidades Setoriais	Nº de Profissionais
Gabinete da Diretoria	2
Divisão de Serviços Gerais - DSG	2
Divisão de Contratos e Convênios - DCC	2
Divisão de Correspondência e Reprografia - DECOREP	2

Central de Compras - CCOMPRAS	2
Total	10

7.1.2. Em que pese a distribuição dos postos de trabalho demonstrada na tabela acima, esta poderá ser revista ao longo da contratação, a critério da Diretoria Administrativa, para se adequar ao quantitativo de demanda por serviços acessórios e operacionais padronizados entre as diferentes unidades setoriais.

7.2. Informações de contratações anteriores e Memória de Cálculo

7.2.1. A demanda decorre de uma avaliação recente quanto à necessidade de suporte administrativo em atividades instrumentais, cuja contratação foi incluída no PCA nos termos da Instrução Normativa nº 4/2023 do TJTO. Portanto, em razão de não haver contratações anteriores desta natureza no âmbito deste Tribunal de Justiça, justifica-se a impossibilidade de indicar as referidas informações.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado para esta contratação corresponde a **R\$ 2.374.770,00 (dois milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e setenta reais)**, pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme descrito a seguir:

Exercício Financeiro	Valor Estimado	Metodologia Utilizada
2026	R\$ 514.040,40	Pesquisa de preços conduzida pela Central de Compras.
2027	R\$ 514.040,40	
2028	R\$ 514.040,40	
2029	R\$ 514.040,40	
2030	R\$ 514.040,40	
Valor estimado por 60 (sessenta) meses	R\$ 2.570.202,00	

8.1.1. Os valores apresentados são estimativos e poderão ser ajustados conforme as propostas apresentadas pelas empresas participantes do processo licitatório.

8.1.2. A definição do valor estimado para a presente contratação foi realizada com base em pesquisa de preços conduzida pela Central de Compras do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, unidade detentora da expertise técnica necessária para realizar levantamentos mercadológicos com critérios uniformes, confiáveis e em conformidade com a legislação vigente. A atuação da Central de Compras assegura a observância dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a composição do valor de referência reflita adequadamente os preços praticados no mercado, bem como os custos diretos e indiretos da contratação. Os resultados obtidos por essa equipe especializada subsidiarão a elaboração do Termo de Referência e fundamentarão a definição do teto estimado da futura licitação, promovendo transparência, vantajosidade e aderência à realidade comercial.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 47, inc. II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar, sempre que possível, a viabilidade do parcelamento do objeto contratual com vistas a ampliar a competitividade, permitir a participação de empresas de menor porte e garantir economicidade. No entanto, a análise técnica desta contratação demonstra que o **parcelamento do objeto não é recomendável**, pelas razões a seguir expostas.

9.1.1. A prestação de serviços de apoio administrativo, mediante alocação de postos de Auxiliar Administrativo, caracteriza-se como serviço de natureza única e padronizada, fatores que seriam comprometidos em caso de divisão do objeto. A contratação de empresas diferentes para atender aos mesmos postos de trabalho geraria impactos negativos na gestão, dificultaria a uniformidade de rotinas, e aumentaria a complexidade do acompanhamento técnico e da fiscalização contratual.

9.1.2. Além disso, a divisão do objeto resultaria em maiores custos administrativos com a formalização, gestão e fiscalização de múltiplos contratos, o que comprometeria a vantajosidade da contratação como um todo.

9.1.3. Outro fator relevante é a necessidade de **flexibilidade para realocação de profissionais entre unidades**, o que só é viável em um contrato único e integrado, permitindo que o fornecedor gerencie eventuais ausências, férias ou remanejamentos operacionais com agilidade e sem prejuízo à continuidade dos serviços.

9.2. Portanto, a contratação em **item único** representa a solução mais eficiente, econômica e segura para o atendimento da demanda, mantendo a coesão entre os postos de trabalho e fortalecendo a capacidade institucional de controle e fiscalização do contrato.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Necessário esclarecer que **contratações correlatas** são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação de serviços, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as **contratações interdependentes** são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para a plena satisfação da necessidade da Administração.

10.2. Com base nas definições supracitadas, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes ao objeto pretendido. A prestação de serviços auxiliares à Administração, mediante alocação de postos de Auxiliar Administrativo, é autônoma e suficiente para atender às necessidades da Diretoria Administrativa, não dependendo de outros contratos para sua plena execução.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços administrativos auxiliares, mediante a alocação de postos de Auxiliar Administrativo em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, proporcionará os seguintes benefícios à Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins:

- **Aumento da produtividade:** delegação das atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares a profissionais terceirizados, liberando os servidores efetivos, comissionados e cedidos para atividades estratégicas e complexas.
- **Otimização da força de trabalho:** melhor aproveitamento do quadro de servidores, direcionando-os a tarefas que demandam análise, planejamento, conhecimento especializado e tomada de decisão.
- **Eficiência operacional:** execução contínua e padronizada de rotinas administrativas, reduzindo falhas, retrabalhos e atrasos.
- **Economia administrativa:** diminuição dos custos indiretos com processos seletivos, treinamento inicial e gestão direta de pessoal.
- **Flexibilidade na gestão de recursos humanos:** possibilidade de reposição e substituição ágil de profissionais, evitando descontinuidade na execução das atividades.
- **Qualidade nos serviços:** presença de profissionais qualificados para desempenhar funções administrativas básicas com maior celeridade e precisão.

- **Fortalecimento da capacidade institucional:** ampliação da eficiência da Diretoria Administrativa no atendimento às demandas do Poder Judiciário e, consequentemente, da sociedade.

12. PROVIDÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

12.1. Não foram identificadas providências prévias necessárias por parte do Tribunal de Justiça para a celebração do contrato.

12.2. Contudo, no momento oportuno, deverão ser adotadas as seguintes providências para a adequada execução contratual:

- **Adequação do ambiente de trabalho:** identificação e disponibilização de espaço físico adequado para a instalação dos postos de trabalho dos Auxiliares Administrativos, com mobiliário, equipamentos e acesso aos sistemas necessários.
- **Designação de gestores e fiscais do contrato:** nomeação de servidores responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, com definição clara de atribuições e responsabilidades.
- **Capacitação de servidores fiscais e gestores:** realização de treinamentos voltados à fiscalização contratual, em especial quanto ao controle de jornada, verificação de conformidade das atividades e acompanhamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada.
- **Planejamento de integração:** organização de rotinas administrativas para recepção dos profissionais terceirizados, esclarecendo fluxos de trabalho e normas internas.
- **Ajustes de comunicação com a empresa contratada:** definição de canais formais para troca de informações, encaminhamento de demandas e resolução de eventuais ocorrências.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A presente contratação, voltada exclusivamente à alocação de mão de obra de Auxiliares Administrativos para execução de atividades de assistência, não apresenta impactos ambientais relevantes. Trata-se de serviço de natureza essencialmente operacional e administrativa, sem geração significativa de resíduos ou utilização de insumos que possam comprometer o meio ambiente. Isto porque:

- a) Com a implementação de sistemas eletrônicos e do trabalho em arquivos digitais, não haverá impacto perceptível no consumo de papel e materiais de expediente;
- b) Como os postos de trabalho serão inseridos em setores em plena operação, haverá o aproveitamento do uso da energia elétrica utilizada para iluminação (lâmpadas) e climatização (ar-condicionado) do ambiente, com exceção da energia destinada aos equipamentos de informática de uso pessoal (computador, monitor, nobreak, dentre outros), os quais não impactarão significativamente no consumo global. Ademais, como medida mitigadora, os profissionais terceirizados deverão ser orientados para o uso racional destes, com desligamento quando não estiverem em uso; e
- c) Com a erradicação do uso de copos descartáveis no Tribunal, não haverá elevação na geração de resíduos comuns (copos descartáveis, plásticos e outros materiais), sendo disponibilizado pelo órgão materiais reutilizáveis (copos de vidro, xícaras de cerâmica etc). Ademais, o Tribunal dispõe de lixeiras específicas para cada tipo de resíduo, fomentando a coleta seletiva e a reciclagem destes materiais, em conformidade com as práticas de sustentabilidade da Administração Pública.

13.2. Embora o objeto desta contratação não envolva atividades potencialmente poluidoras ou de impacto ambiental direto e significativo, a contratada deverá observar os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 10.887/2021 e nas diretrizes do Plano de Contratações Sustentáveis do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, bem como as orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Públicas da CGU/AGU no que for aplicável.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do TJTO, especificamente no item nº 1483, em conformidade com as diretrizes de planejamento institucional.

15. ANÁLISE DE VIABILIDADE

15.1. Após análise detalhada da necessidade institucional, dos requisitos da contratação, do levantamento e análise das alternativas disponíveis no mercado, dos aspectos legais e operacionais envolvidos, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços administrativos auxiliares (acessórios, instrumentais ou complementares), mediante a alocação de postos de trabalho para o cargo de Auxiliar Administrativo, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, é **tecnicamente viável, juridicamente adequada e vantajosa sob a ótica da economicidade e da eficiência administrativa**.

15.2. A ausência desses profissionais tem por consequência a utilização de servidores efetivos, comissionados e cedidos (recursos humanos especializados em atividades complexas) para executar tarefas administrativas simples, mas que demandam tempo e trabalho contínuo. Tal lacuna operacional impacta negativamente na qualidade dos serviços executados pela Diretoria Administrativa.

15.3. A solução proposta, alocação de 10 (dez) profissionais auxiliares por meio de contratação terceirizada, apresenta-se como a mais eficaz, pois propiciará:

- a) Aumento da produtividade: delegação das atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares a profissionais terceirizados, liberando os servidores efetivos, comissionados e cedidos para atividades estratégicas e complexas.
- b) Otimização da força de trabalho: melhor aproveitamento do quadro de servidores, direcionando-os a tarefas que demandam análise, planejamento, conhecimento especializado e tomada de decisão.
- c) Eficiência operacional: execução contínua e padronizada de rotinas administrativas, reduzindo falhas, retrabalhos e atrasos.
- d) Economia administrativa: diminuição dos custos indiretos com processos seletivos, treinamento inicial e gestão direta de pessoal.
- e) Flexibilidade na gestão de recursos humanos: possibilidade de reposição e substituição ágil de profissionais, evitando descontinuidade na execução das atividades.
- f) Qualidade nos serviços: presença de profissionais qualificados para desempenhar funções administrativas básicas com maior celeridade e precisão.
- g) Fortalecimento da capacidade institucional: ampliação da eficiência da Diretoria Administrativa no atendimento às demandas do Poder Judiciário e, consequentemente, da sociedade.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 03/02/2026, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6964946** e o código CRC **B6113D31**.

ANEXO - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Nº Processo	
Licitação Nº	
Data de abertura do certame	

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)	
A	Data de Apresentação da Proposta
B	Município/UF
C	CCT/ACT:
D	Nº de meses de execução contratual
	12

Identificação do Serviço		
	Tipo de Serviço	Unidade de Medida
		Quantidade total a contratar
		Posto de Serviços
		10

Mão-de-obra		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço	Mão de obra
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
		Valor
A	Salário Base	R\$ 1.621,00
B	Outros (especificar)	
TOTAL		R\$ 1.621,00

MÓDULO 2 – ENGARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENAIS E DIÁRIOS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 135,03
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 196,14
C	Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2	7,52%	R\$ 121,87
TOTAL		27,95%	R\$ 453,04

2.2	Encargos previdenciários (GPS) e FGTS			%	Valor
A	INSS			20,00%	R\$ 324,20
B	Salário Educação			2,50%	R\$ 40,53
C	RAT ajustado (FAP*GIIL-RAT)	FAP	GIIL-RAT	3,00%	R\$ 48,63
		1,00	3%		
D	SESC ou Sesi			1,50%	R\$ 24,32
E	SENAI - SENAC			1,00%	R\$ 16,21
F	SEBRAE			0,60%	R\$ 9,73
G	INCRA			0,20%	R\$ 3,24
H	FGTS			8,00%	R\$ 129,68
TOTAL				36,80%	R\$ 596,53

2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor
A	Vale - Transporte	R\$	213,40
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$	406,38
E	Seguro de Vida		
	Desconto do Auxílio Alimentação (1%)	-R\$	4,06
F	Desconto do Vale - Transporte (6%)	-R\$	97,26
	TOTAL	R\$	518,46

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1	13° (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	453,04
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	596,53
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	518,46
	TOTAL	R\$	1.568,03

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO

		%	Valor
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 6,81
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,49
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	4,00%	R\$ 64,84
D	Aviso prévio trabalhado (APT deverá ser zerado segundo ano)	1,94%	R\$ 31,45
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71%	R\$ 11,57
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,22
	TOTAL	7,12%	R\$ 115,37

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Ausências Legais	%	Valor
A	Substituto na cobertura de Férias	0,69%	R\$ 11,18
B	Substituto na cobertura de Ausências por doença	1,39%	R\$ 22,53
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,32
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 13,29
E	Substituto na cobertura de Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,49
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	R\$ 0,97
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2	1,22%	R\$ 19,71
	TOTAL	4,23%	R\$ 68,50

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE (Redação dada pela Instrução Normativa nº 07, de 2018).			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	68,50
TOTAL		R\$	68,50
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
			Valor
A	Crachá	R\$	1,21
TOTAL		R\$	1,21
Nota 1: Valores apurados em pesquisa de mercado realizada nos autos do processo SEI 25.0.000018926-2 que trata de aquisição de crechá para servidores.			
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
		%	Valor
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 168,71
B	Lucro	10,00%	R\$ 354,28
C	Tributos		
	C.1 PIS	0,65%	R\$ 27,73
	C.2 COFINS	3,00%	R\$ 127,98
	C.3 ISS	5,00%	R\$ 213,31
	C.4 Outros tributos (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		23,65%	R\$ 892,01
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.			

RESUMO DOS CUSTOS POR EMPREGADO			
			Valor
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$	1.621,00
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$	1.568,03
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$	115,37
D	Módulo 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente	R\$	68,50
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$	1,21
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$	3.374,11
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$	892,01
PREÇO MENSAL PARA 01 (UM) POSTO		R\$	4.266,12
PREÇO MENSAL DO(S) POSTO(S)			R\$ 42.661,20
PREÇO ANUAL DO(S) POSTO(S)		R\$	511.934,40

ANEXO - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS DIARIAS

MÓDULO 1. VALOR DA DIÁRIA (NATUREZA INDENIZATÓRIA)

		Valor
A	Valor Fixado para Diária (pagamento ao empregado)	R\$ 358,00
TOTAL		R\$ 358,00

MÓDULO 6- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

		%	Valor
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 17,90
B	Lucro	10,00%	R\$ 37,59
C	Tributos		
	C.1 PIS	0,65%	R\$ 2,94
	C.2 COFINS	3,00%	R\$ 13,58
	C.3 ISS	5,00%	R\$ 22,63
	C.4 Outros tributos (especificar)	0,00%	R\$ -
TOTAL		23,65%	R\$ 94,64

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: Sobre as faturas referentes ao pagamento de diáras incidirão IRPJ(4,8%) e INSS(11%), os quais devem ser considerados em seus custos e definição de margens de lucro.

RESUMO DOS CUSTOS POR EMPREGADO

		Valor
A	Módulo 1 – Valor da Diária	R\$ 358,00
	Subtotal	R\$ 358,00
E	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 94,64
VALOR TOTAL DA DIÁRIA		R\$ 452,64

Composição para cálculos:		
A	Dias na Semana	7,00
B	Dias no Ano	365,00
C	Dias no Mês	30,00
D	Semanas no Mês	4,34500
E	Semanas no Ano	52,14
F	Meses no Ano	12,00
G	Hora Normal (em minutos)	60,00
H	Hora Noturna (em minutos)	52,50

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
A	Salário Base Mensal		Artigo 457 e 458 da CLT.	Salário mensal definido em acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho no momento da publicação do edital; quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para a execução dos serviços, por meio de pesquisas de mercado, de dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e de informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço. De acordo com o TCU, a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho. Importante ainda que, como a planilha de custos é baseada em empregados mensalistas, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do § 2º do art. 7º da Lei 605/1949.
B	Adicional Periculosidade	Salário Base x 30%	Súmula 132 TST. Artigo 193 a 197 da CLT. Artigo 7º, inciso XXIII da CF. NR 16 do MTE.	O percentual definido pelo art. 193 da CLT, deve ser calculados sobre salário base sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, com exceção à categoria dos eletricitários, em que o cálculo deverá ser feito sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. A caracterização e a classificação da periculosidade far-se-ão por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho registrados no Ministério do Trabalho. A Norma Regulamentadora nº 16 estabelece em seus anexos as atividades e as operações perigosas que acarretam ao recebimento do adicional de periculosidade pelo empregado. As Leis Lei nºs 12.740/2012 e 12.997/2014 estenderam o adicional de periculosidade, respectivamente, às atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e trabalhador em motocicleta.
C	Adicional Insalubridade	Salário Mínimo ou Base estipulado em instrumento coletivo x (10%, 20% ou 40%)	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver. Artigo 189 a 192 da CLT (10%, 20% ou 40%). NR 15 do MTE. Súmula nº. 139 do TST.	Os percentuais definidos pelo art. 192 da CLT, segundo as classificações nos graus máximo, médio e mínimo, devem ser calculados com base no salário mínimo, salvo critério mais vantajoso estabelecido em lei ou em instrumento coletivo de trabalho (Súmula Vinculante n. 4). O direito ao recebimento do adicional somente pode ser reconhecido mediante laudo pericial que aponte estar a atividade insalubre prevista na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, tal como definido pela NR-15 da Portaria n. 3.214 de 1978.
D	Adicional Noturno	(Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais (conforme jornada de trabalho da categoria) x 20% x qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite).	Artigo 73 da CLT e artigo 7º, inciso IX da CF. Súmula nº 60 do TST e OJ-SDI1-259 do TST.	A jornada noturna é compreendida entre 22h da noite e 05h da manhã seguinte (considerando que a hora noturna corresponde a 52,5min) , com remuneração adicional de 20%, de acordo com o Art.73 da CLT.
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	Qtde. de horas noturnas x qtde de dias laborados a noite x 0,142857 x (Salário base + adicionais periculosidade/insalubridade) ÷ total de horas mensais x 120%		
F	Reflexo Adic Not e Hora Not Reduz sobre Descanso Semanal Remunerado	(Adicional noturmo + Adicional de hora reduzida+Horas extras) x 20%	Artigos 1º e 6º Lei nº 605/1949	Pagamento de 20% sobre as variáveis, conforme Cláusula 38ª da CCT 2023.
G	Outras remunerações (especificar)			

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias				
A	13º salário	$((1 \div 12) \times 100) \cong 8,33\%$	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 57.155, de 3/11/1965	Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. O percentual dessa rubrica pode ser obtido pelo cálculo: $((1/12) \times 100) = 8,33\%$.
B	Férias e Adicional de Férias	$((1 \div 12) \times 100) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12) \times 100) \cong 11,11\%$	Art. 7º, XVII, CF/88;	A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas as férias e adicional de férias corresponde a: $((1/12) \times 100) + ((1/3) \times (1/12) \times 100) \cong 11.11\%$
C	Incidência no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	$((1 \div 12) \times 100) + ((1 \div 12) \times 100) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12) \times 100) \times \text{Submódulo 2.2}$		

SUBMÓDULO 2.2- Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS

A	INSS		Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. (3) Lei 13.161/2015 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	
B	SESI OU SESC		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.	
C	SENAI OU SENAC		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Decreto n.º 2.318/86	
D	INCRA		Anexo II da IN RFB n. 971/09; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.	
E	Salário educação		Anexo II da IN RFB n. 971/09; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF.	
F	FGTS		Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III	
G	GILL/RAT (RAT 0,03 x FAP 1)	RAT x FAP	Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 971/2009 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ.	GILL/RAT é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho - SAT). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o RAT Ajustado. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que GILL/RAT = SAT = RAT Ajustado. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT x FAP. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher o item G do Submódulo 2.2 das planilhas analíticas de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta na forma prescrita no edital e nestas notas explicativas. RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) contém as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, apurada com base na atividade preponderante da empresa (CNAE), deverá ser esclarecida e comprovada quando solicitado pelo pregoeiro,
	RAT			
	FAP			
H	SEBRAE		Anexo II da IN RFB n. 971/09. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90	

SUBMÓDULO 2.3 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
A	Auxílio Transporte	(Valor da passagem x Quantidade de passagens por dia por empregado x Quantidade de dias trabalhados) - (Participação do empregado no custo x Salário base)	Artigo 4º, § único, da Lei nº 7.418/85 e art. 9º do Decreto nº 95.247/87.	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	(Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação) - (Valor do Auxílio-Alimentação x Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, §§ 2º e 3º, da CLT, Lei nº 6.321/76, Decreto nº 5/91 e CCT.	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
C	Assistência Médica e Familiar	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT	Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
D	Seguro de vida em grupo	Valor previsto em CCT/ACT/TR	Artigo 458, inciso IV da CLT e CCT	Deve ser observado o instrumento coletivo.
E	Auxílio-Funeral	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.
F	Cesta Básica	(Valor previsto em CCT/ACT x Participação do empregado no custo)		Deve ser observado o instrumento coletivo para a fixação do percentual de desconto do empregado.
G	Plano de Benefício Social Familiar	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.

H	Outros (especificar)	Valor previsto em CCT/ACT/TR		Deve ser observado o instrumento coletivo.
---	----------------------	------------------------------	--	--

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Dados Estatísticos				
	Funcionários demitidos sem justa causa / Total de desligamentos (em %)			
	FGTS			
	Multa do FGTS (em %)			
	Empregados que recebem aviso prévio trabalhado durante o contrato (em %)			
	Empregados que recebem aviso prévio trabalhado no final do contrato (em %)			
	Dias APT pagos			

PROVISÃO PARA RESCISÃO				
A	Aviso prévio indenizado	$((30 \div 30) \div 12) \times 0,05 \cong 0,42\%$	Art. 7º, XXI, CF/88. Art. 477, 487 e 491 da CLT. Lei n. 12.506/2011.	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo $((1/12) \times 0,05) \times 100 \cong 0,42\%$.
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	$(0,08 \times 0,0042) \cong 0,03\%$	Súmula 305 TST.	
C	Incidência da Multa e CS s/ FGTS incidente no aviso prévio	$(0,05 \times 0,08) \times 0,40 \cong 0,0160$	Art. 18 da Lei 8.036/90. Art. 12 da Lei 13.932/2019.	Esse item corresponde ao valor da multa do FGTS (40%) que incide sobre o saldo dos depósitos efetuados na conta vinculada ao FGTS do trabalhador. Logo o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário corresponde a: $((0,08 \times 0,0042) \times 100) \times 0,40 \cong 0,0134$
D	Aviso prévio trabalhado	$((((7 \div 30) \div 12) \times 0,02) + ((7 \div 30) \div 12)) \cong 1,98\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	Considera-se que será pago ao final do contrato aviso prévio a 100% dos empregados alocados e que 2% do pessoal é demitido pelo empregador antes do final do contrato (acórdão TCU 6.777/2009 - 2ª Câmara). Assim sendo, há redução de 7 dias ou de 2h por dia $\{[(7/30)/12] \times 0,02\} + [(7/30)/12] \cong 1,98\%$ para 30 dias de aviso prévio no primeiro ano. (7 dias custo do APT ÷ 30 Dias do mês ÷ 12 meses) x indicador demissões antes término contrato(2%) + (7 dias custo do APT ÷ 30 Dias do mês ÷ 12 meses) x indicador demissões antes término contrato(2%)
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio	$((0,3680 \times 0,0198) \times 100) \cong 0,73\%$	Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais incidentes sobre o aviso prévio	Total Remuneração (módulo 1) X 0,04	Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário	O custo do aviso prévio trabalhado é acrescido da multa do FGTS (40%) que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso trabalhado. O art. 12 da Lei n. 13.932/2019 extinguiu a cobrança da contribuição de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa (art. 1º da Lei Complementar 110/2001). Sendo assim, o adicional que era previsto nos itens "C" e "F" com o título "Multa do FGTS e contribuição social sobre Aviso Prévio [...]" passou a ser denominado somente de "Multa do FGTS sobre Aviso Prévio [..]"

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Dados Estatísticos				
	Dias de Ausências por Doença			
	Dias de Licença-Paternidade			
	Trabalhadores com direito a Licença-Paternidade (%)			
	Dias de Ausências Legais			
	Empregados afastados por acidente de trabalho (em %)			
	Dias pagos pela empresa em acidentes de trabalho			
	% Licenças maternidade			
	Custo estimado do afastamento maternidade	$(4 \times 0,0401 \times 0,46\%)$		

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais - Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º sal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº				
A	Substituto na cobertura de férias	$(8,33 \div 12) + (8,33 \div 12) + (1 \div 3 \times (8,33 \div 12)) \cong 1,62\%$	Art. 129 e 130 CLT.	ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Caso o contrato preveja substituição do empregado em férias, para que o posto não fique descoberto a empresa deverá repor o profissional ausente por meio de profissional substituto ao qual deverá retribuir com a mesma remuneração do titular. A estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicado sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtido pelo cálculo: $(8,33/12) + (8,33/12) + (1/3 \times (8,33/12)) \cong 1,62\%$ Para fins de cálculo a base a ser utilizada é o total da remuneração para que não haja dupla incidência de férias, adicional de férias e décimo-terceiro.
B	Substituto na cobertura das ausências por doença	$((5 \div 30) \div 12) \times 100 \cong 1,39\%$	Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605, de 1949, e art. 12, alínea "f", do Decreto n. 27.048, de 1949.	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.

C	Substituto na cobertura de licença paternidade	$((5 \div 30) \div 12) \times 0,015 \times 100 \cong 0,02\%$	Art. 7º, inciso XIX da CF. §1º do artigo 10 do ADCT. Lei n. 13.527/2016	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano.
D	Substituto na cobertura das ausências legais	$((2,96 \div 30) \div 12) \times 100 \cong 0,82\%$	Art. 82 e 473 da CLT	ACÓRDÃO 1753/2008 - PLENÁRIO - Estimativa de 2,96 ausências por ano.
E	Substituto na cobertura nas ausências por acidente de trabalho	$((15 \div 30) \div 12) \times 0,0078 \times 100 \cong 0,03\%$	Art. 27 do Dec. 89312/84, Art. 131 da CLT e MP. 664/2014	ACÓRDÃO 6771/2009 - PRIMEIRA CÂMARA - Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano para 0,78% (setenta e oito décimos por cento) dos empregados.
F	Substituto na cobertura de afastamento maternidade	$((1 \div 12) + ((1 \div 3) \times (1 \div 12))) \times (4 \div 12) \times 0,01854033 \cong 0,07\%$	Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016.	Tempo de licença mat (4m) x % licenças mat concedidas (4,01%) x % de mulheres empregadas (46%)
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2	$(A+B.+C+D+E+F) \times$ submódulo 2.2		

SUBMÓDULO 4.2- Intervalo intrajornada				
A	Intervalo para repouso ou alimentação	$(\text{Salário base} + \text{adicionais previstos em lei ou CCT, se houver}) \div \text{total nº horas trabalhadas} \times 1,5 \times \text{quantidade de dias trabalhados}$	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.	Se não houver previsão de jantista/almocista e, assim, o empregado não usufruir de seu intervalo intrajornada em razão de trabalhar em período destinado a repouso e alimentação, o valor a ser pago é da hora trabalhada acrescida de 50%, considerada a natureza indenizatória da parcela.
B	Rendição no Intervalo Intrajornada	$((\text{Salário base} + \text{adicionais previstos em lei ou CCT, se houver}) + \text{Submódulo 2.2} + \text{submódulo 2.3} + \text{Uniformes e EPI}) \times \text{quantidade de dias trabalhados}$	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver (conforme incs. III e VIII do art. 611-A da CLT, o instrumento coletivo de trabalho tem prevalência sobre a lei). Artigo 71 da CLT. Lei 8.121/1991.	Esta rubrica somente será calculada se houver reposição por um substituto durante a ausência do empregado, no período de intervalo para repouso/alimentação. Para o cálculo dessa forma, o valor aportado será o correspondente ao período trabalhado no intervalo, com as incidências legais, por se tratar de salário pago ao substituto

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

SUBMÓDULO 6.1 - Custos administrativos e lucros				
A	Custos administrativos			Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 5,00% para custos indiretos. NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal
B	Lucros			Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 10,00% para margem de lucro. NOTA TÉCNICA Nº 1/2007 – SCI, da Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal.

SUBMÓDULO 6.2 - Tributos		LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL	
A	COFINS		As empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que apresentem a média das alíquotas efetivamente recolhidas	Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
B	PIS/PASEP			Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
C	ISSQN			Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.
D	Outros			

		MEMÓRIA DE CÁLCULO	FUNDAMENTO	OBSERVAÇÕES
	Faturamento máximo			
	Valor a Deduzir			
	Percentual da faixa			

EMBASAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS			
MÓDULO 2 – ENGARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENAIS E DIÁRIOS			ENQUADRAMENTO
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		
A	13 º Salário	8,33%	Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	Férias e 1/3 Constitucional - Obrigatória a cotação sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 05/2017
C	Incidência do Módulo 2.2 sobre o Módulo 2.1		

TOTAL		20,43%	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
A	INSS	20,00%	Art.nº 22, Inciso I, da Lei 8.212/91.
B	Salário Educação	2,50%	Lei n.º 8.036/90, Art. 3º.
C	SAT - Seguro Acidente do Trabalho	2,000%	Decreto n.º 2.318/86.
D	SESC ou SESI	1,50%	Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70.
E	SENAI - SENAC	1,00%	Art.n.º 87.043/82.3º, Inciso I, Decreto
F	SEBRAE	0,60%	Art. 15, Lei nº 8.030/90 e Art. 7º, III, CF.
G	INCRA	0,20%	Ajustado conforme RAT SEFIP anexada.
H	FGTS	8,00%	Art.8º Lei nº 8.154/90 e Lei n.º 8.029/90
TOTAL		35,80%	Esses percentuais incidem sobre o Submódulo 2.1
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo ((1/12)x 0,05) x 100 =0,42%.
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	Recolhimento do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	4,35%	Art. 18º, § 1º, da Lei nº 8.036/90, com redação dada pela Lei nº 9,491/97; Lei Complementar nº 110/2001. remuneração empregado x 8% (alíquota do FGTS) x 50% multa sobre os depósitos no FGTS + adicional de contribuição patronal. Estima-se que apenas 5% dos prestadores de serviço poderão ser demitidos sem concessão do aviso prévio.
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	Art. 477, 487, 488 e 491 da CLT. Art. 7º, Inciso XXI da Constituição Federal;
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	0,70%	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	0,65%	A Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, determina multa de 50%, da soma dos depósitos do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a
TOTAL		8,09%	
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4.1	Ausências Legais		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,66%	Art. 473 da CLT. Considerando que em média se falta 2 dias por ano com esse tipo de ausência e que apenas 5% dos profissionais se beneficiarão com tal ausência
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	Art. 7º, XIX, CF/88 e 10, § 1º, da CLT. Considerando 20 dias de licença paternidade para 1% dos profissionais
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,03%	Art. 19 a 23 da Lei n.º 8.213/91. Considerando que em média se falta 5 dias por ano com esse tipo de ausência e que apenas 1% dos profissionais se beneficiarão com tal ausência

E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,02%	Artigos 6º e 201, da Constituição Federal; Art. 392, da CLT. (A licença maternidade tem duração de 120 (cento e vinte) dias. O cálculo deve considerar 4/12 de adicional de 1/3 de férias e 4/12 de 13º salário da profissional substituta. Estima-se que aproximadamente 2,0% das mulheres economicamente ativas são mães durante o período de 12 meses)
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	
TOTAL		3,35%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		67,67%	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

ANEXO B - MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO

Considerando o Contrato nº ____ / ____, celebrado entre este Tribunal de Justiça e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____ / ____ - ____, com sede na _____, cujo objeto é a prestação de serviços comuns de natureza contínua, de auxiliar administrativo, envolvendo postos de trabalho, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; e

Considerando ainda, a publicação do extrato do referido Contrato, **AUTORIZO** a empresa _____, a iniciar a execução dos serviços nos postos abaixo mencionados, a partir do dia ____ de _____ de 20____, conforme segue:

Unidade Setorial	Quantidade de Postos	Valor Mensal	Valor Anual
Total de Postos			
Valor Total Mensal			
Valor Total Anual			

ANEXO C - MINUTA DO ATESTO DA NOTA FISCAL

Aos ____ dias de _____ do ano de ____ este(a) Fiscal do Contrato nº ____ / ____, evento nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº ____ / ____ de ____ / ____ / ____, (evento nº _____), ATESTA que foram prestados a contento os serviços especificados na Nota Fiscal nº ____ / ____, evento nº _____.

ANEXO D - MINUTA DOS TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo SEI nº 25.0.000015255-5

Pregão Eletrônico nº ____/20____ (Evento nº _____)

Contrato nº ____/20____ (Evento nº _____)

Objeto: Prestação de serviços comuns de natureza contínua de Auxiliar Administrativo

Por este instrumento, o CONTRATANTE, neste ato representado pelo(a) fiscal do Contrato nº ____/____, evento nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____ de ____/____/_____, (evento nº _____), declara que deu por encerrada a análise e conferência dos serviços prestados conforme previsto na Cláusula nº _____, do Contrato nº ____/20____.

Desta forma, para fins de cumprimento ao disposto no art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e, após verificação da conformidade com as especificações exigidas no respectivo Termo de Referência, Edital e Anexos, ATESTA, juntamente com a CONTRATADA, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos serviços.

Fiscal Técnico Administrativo

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo SEI nº 25.0.000015255-5

Pregão Eletrônico nº ____/20____ (Evento nº _____)

Contrato nº ____/20____ (Evento nº _____)

Objeto: Prestação de serviços comuns de natureza contínua de Auxiliar Administrativo

Por este instrumento, o CONTRATANTE, neste ato representado pelo(a) gestor(a) do Contrato nº ____/____, evento nº _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____ de ____/____/_____, (evento nº _____), declara que deu por encerrada a análise e conferência dos serviços prestados conforme previsto na Cláusula nº _____, do Contrato nº ____/20____.

Desta forma, para fins de cumprimento ao disposto no art. 140, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e, após verificação da conformidade dos serviços com as especificações exigidas no respectivo Termo de Referência, Edital e Anexos, declara para os devidos fins, o RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços prestados pela CONTRATADA.

Gestor(a) do Contrato

ANEXO E - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO NA FATURA

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____/____-____, com sede na _____, telefone(s) nº (____) _____, e-mail _____, neste ato representada por seu(sua) _____, Sr(a) _____, portador(a) da RG nº _____ e CPF nº _____, denominada CONTRATADA, autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por

parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis. Autoriza ainda a fazer as retenções previdenciárias relativo aos períodos pendentes.

Representante legal da Empresa Contratada

ANEXO F - MINUTA DO TERMO DE NOMEAÇÃO DO PREPOSTO

Razão Social da Contratada:	_____
CNPJ:	____.____.____/____-____
Contrato nº:	____/____ (Evento nº ____)
Objeto:	Prestação de serviços comuns de natureza contínua, de auxiliar administrativo, envolvendo postos de trabalho, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra , nas dependências da Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Por meio deste instrumento, a (nome da empresa) nomeia e constitui seu(sua) preposto(a), o(a) Sr.(a) _____, carteira de identidade nº _____, expedida pela _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, com endereço _____, para representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas – obrigando a contratada nos termos dela constantes, a receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Palmas - TO, ____ de _____ de _____.

(nome da empresa)

(nome e assinatura do representante legal – confirmar poderes no estatuto social ou procuração)

(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador)

(nome e assinatura do preposto)

ANEXO G - MINUTA DA CARTA DE NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

Por meio deste documento, eu _____ (nome do sócio/proprietário da empresa contratada), brasileiro, _____ (estado civil), residente na cidade de _____ (cidade/UF), portador da identidade nº _____ (nº do documento/órgão emissor) e CPF nº _____, NOMEIO, como representante legal da empresa _____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, localizada em _____ (cidade/UF), com endereço na _____ (endereço completo com CEP), telefone comercial nº (____) _____ e telefone celular nº (____) _____, o(a) Senhor(a) _____ (nome do representante), brasileiro(a), _____ (estado civil), domiciliado na cidade de _____ (cidade), portador da identidade nº _____ (nº do documento/órgão emissor) e CPF nº _____, telefone celular nº (____) _____, para representar a empresa administrativamente perante o Contratante e o(a) gestor(a) do Contrato nº _____/20____, de acordo com as disposições da Cláusula _____, do instrumento contratual.

Sócio ou proprietário da empresa contratada

1. DADOS DO
CONTRATO

2. PERCENTUAIS DE
PROVISÃO

3. MOVIMENTAÇÃO DA
CONTA

4. POSIÇÃO ATUAL

*Obs 01: Preencher somente os
campos em amarelo*

INICIO

1. DADOS DO CONTRATO

CONTRATADA:

OBJETO DO CONTRATO:

LOCAL DE EXECUÇÃO:

Nº DO CONTRATO:

DATA INICIAL DA VIGÊNCIA:

DATA FINAL DA VIGÊNCIA:



2. PERCENTUAIS DE PROVISÃO

INICIO

Descrição das Parcelas de Provisionamento Mensal		Total	0,00%
Férias e abono de férias			0,00%
Décimo terceiro salário			0,00%
Multas do FGTS por dispensa sem justa causa			0,00%
FGTS incidente sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário			0,00%
Contribuições previdenciárias incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário			0,00%
Contribuições sociais, tais como salário educação, SESI/SESC, SENAI/SENAC, INCRA, seguro acidente do trabalho e SEBRAE, incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário			0,00%
Consolidação por rubrica base e participação no provisionamento			0,00%
Férias e abono de férias C/ ENCARGOS			0,00%
Décimo terceiro salário C/ ENCARGOS			0,00%
Multas do FGTS por dispensa sem justa causa C/ ENCARGOS			0,00%

INICIO									MÊS ANTERIOR				PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO TOCANTINS								
3. MOVIMENTAÇÃO DA CONTA									(Inserir saldos do último mês do período anterior. Se for primeiro período de provisionamento, não preencher)												
ORDEM	NOME DO EMPREGADO	Nº CPF	ADMISSÃO EMPRESA	DISPONIBILIDADE TJTO	VALIDAR CPF	LOCAL	CARGO	SITUAÇÃO	SALDO FINAL				REMUNERAÇÃO BRUTA								
									Férias com adicional e encargos	13º Salário c/ Engargos	Multa Rescisória	TOTAL GERAL	Férias com adicional e encargos	13º Salário c/ Engargos	Multa Rescisória	TOTAL RETIDO					
1		000000000-00			051.612.801-90				0,00%	0,00%	0,00%	R\$	-	R\$	1.000,00	R\$	0,00%	-	R\$	0,00%	-
2												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
3												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
4												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
5												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
6												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
7												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
8												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
9												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
10												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
11												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
12												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
13												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
14												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
15												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
16												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
17												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
18												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
19												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
20												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
21												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
22												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
23												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
24												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
25												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
26												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
27												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
28												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
29												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
30												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
31												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
32												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
33												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
34												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
35												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
36												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
37												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
38												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
39												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
40												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
41												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
42												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
43												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
44												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
45												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
46												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
47												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
48												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
49												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
50												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
51												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
52												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
53												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
54												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
55												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
56												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
57												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
58												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
59												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
60												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
61												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
62												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
63												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
64												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
65												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
66												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
67												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
68												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
69												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
70												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
71												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
72												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
73												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
74												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
75												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
76												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
77												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
78												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
79												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
80												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
81												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
82												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
83												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
84												R\$	-			R\$	-	R\$	-	R\$	-
85																					

97																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<div><div><div><div></div><div>PODER JUDICIÁRIO</div><div>ESTADO DO TOCANTINS</div></div><div>INICIO</div><div>3. POSIÇÃO ATUAL</div></div></div>								
ORDEM	NOME DO EMPREGADO	Nº CPF	CARGO/LOCAL	SALDO ATUAL				
				Férias com adicional e encargos	13º Salário c/ Engargos	Multa Rescisória	TOTAL GERAL	
				0,00%	0,00%	0,00%		
1	0	000000000-00	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
2	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
3	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
4	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
5	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
6	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
7	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
8	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
9	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
10	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
11	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
12	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
13	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
14	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
15	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
16	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
17	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
18	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
19	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
20	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
21	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
22	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
23	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
24	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
25	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
26	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
27	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
28	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
29	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
30	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
31	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
32	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
33	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
34	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
35	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
36	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
37	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
38	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
39	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
40	0	00000000000	0000000000	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

[illegible]

	91	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	92	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	93	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	94	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	95	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	96	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	97	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	98	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	99	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
	100	0	00000000000	0000000000	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
					R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-

Anexo I - Resgate de férias

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Local de prestação serviços	Função	Data da Admissão		Ano base				Ano Base				Rubrica + incidência
				Empresa	TJ/TO	Período acumulativo	Salário acumulado (R\$	Qtd avos	valor total (R\$) exercício	Período acumulativo	Salário acumulado (R\$	Qtd avos	valor total (R\$) exercício	Total do Resgate (R\$)
JOÃO						15/07 a /31/12	5.532,00	6	901,16	01/01 a 30/07	5.976,00	6	973,49	1.874,65
									-				-	
									-				-	
									-				-	
									-				-	
									-				-	
									-				-	
									-				-	
									-				-	
													TOTAL	1.874,65

Anexo II - Resgate de 13º salário

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Local de prestação serviços	Função	Data da Admissão		Período acumulativo	Salário acumulado (R\$	Qtd avos	Rubrica + incidência
				Empresa	TJ/TO				12,22%
Exemplo 1						15/07 a /31/12	4.000,00	5	R\$ 488,80
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									R\$ 0,00
									TOTAL 488,80

Anexo III - Resgate em decorrência de rescisão de contrato de trabalho

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Local de prestação serviços	Função	Data da Admissão		Data da Demissão
				Empresa	TJ/TO	

Nome do trabalhador	Nº do CPF	Local de prestação serviços	Função	Data da Admissão		Data da demissão	Total p/ transferência(R\$)	Banco	Agência	Nº da Conta	Tipo da Conta
				Empresa	TJ/TO						
						TOTAL	-				

ROTINAS PARA LIBERAÇÃO / MOVIMENTAÇÃO DA CONTA - VINCULADA ESTÃO CONSTANTES O SUBITEM 2.16 DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: TO000024/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 13/03/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR003711/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 10169.200170/2025-90
DATA DO PROTOCOLO: 26/02/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO AMBIENTAL E PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ n. 38.136.727/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DALVA DIOGO DE SOUSA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO, CNPJ n. 08.573.975/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WANDERSON ROCHA ARAUJO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Empresas de Limpeza Ambiental, Exceto Públicas e Urbana, Parques, Jardins, Áreas Verdes, Trabalhadores em Associações e Fundações Benéficas e Filantrópicas**, com abrangência territorial em TO.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS 2025**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplicar-se-á a todos os funcionários das empresas de asseio e conservação e limpeza ambiental e, de outros serviços terceirizáveis com utilização de mão de obra colocada à disposição de terceiros, incluídos aí os empregados das empresas especializadas na prestação de serviços a presídios e a unidades socioeducativas, que prestem serviços na base territorial do SINTECAP/TO, assim entendendo os empregados que prestam serviços para clientes públicos e privados, bem como a quaisquer outros clientes, quaisquer que sejam a constituição jurídica dos mesmos, nas atividades de: asseio e conservação; manutenção; pintura; restauração e limpeza de fachadas e de obras; estacionamento; dedetização; desinsetização; descupinização; desratização; desentupimento; desinfecção, inclusive de áreas hospitalares; lavagem de carpetes e pisos; limpeza de fossas e de caixas d'água; raspagem e tratamento de tacos, assoalhos e outros pisos; portaria e controles de acessos; manutenção elétrica e hidrossanitária; condução de embarcações; leitura e cadastramento de medidores; operação de equipamentos de serraria, de marcenaria e de carpintaria; garagistas; copa, garçom, comin, cozinha, lavanderia e camareira; condução de elevadores; carga e descarga; mensageiros/Office-boys; zeladoria; de mão de obra terceirizada; serviços administrativos e assemelhados; serviços terceirizados de presídios e de unidades socioeducativas.

Em 1º de janeiro de 2025, todas as empresas de asseio e conservação abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho (exceto limpeza pública e urbana) terão um dispêndio com repercussão direta sobre os preços dos seus serviços, a serem demonstrados através de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais de conformidade com parágrafo 3º desta cláusula, cabendo ao Sindicato Patronal e Laboral conjuntamente a emissão de Certidão Salarial com a demonstração do dispêndio total para as remunerações e benefício alimentação assim praticados desde 01º de janeiro de 2025.

Parágrafo 1º - Em 1º de janeiro de 2025, todas as empresas de asseio e conservação abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho (exceto limpeza pública e urbana) terão um dispêndio 10,53% (dez inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), sendo 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) de reajuste dos salários e 3,03 % (três inteiros e três centésimos por cento) a título de reajuste do auxílio alimentação.

Parágrafo 2º - O reajuste de que trata o Parágrafo Primeiro da presente Cláusula será aplicado sobre todos os pisos salariais praticados em 1º de janeiro de 2024.

Parágrafo 3º - Caberá ao sindicato patronal (SEAC/TO) a emissão de Certidão de Demonstração de Pisos Salariais - CDPS com a demonstração dos valores apurados pela variação do reajuste dos salários praticados a partir de 1º de janeiro de 2025. A CDPS será emitida mediante comprovação de cumprimento das obrigações previstas no parágrafo segundo da Cláusula Quadragésima Primeira desta CCT.

3.1 – Em razão dos dispêndios ora registrados para a categoria de limpeza ambiental, os salários normativos para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025 serão aqueles constantes da CDPS onde conterà os pisos salariais das seguintes funções;

Endereço e contato para solicitar CDPS: Orla 14, Avenida LO 03, Lote 15, QI 12 - Plano Diretor Sul, CEP 77026-070 Palmas – Tocantins, Telefone (63) 3214-1400 – Celular/whatsapp 9 8454-3949 E-mail: diretoriaseacto@gmail.com

Item	Funções
1.	Artífice de Limpeza Ambiental, Artífice de Limpeza de Ar Condicionado, Apoiador Laboral, Faxineiro, Servente de Limpeza, Limpador, Auxiliar de Limpeza, Servente, Copeiro, Comin, Costureira(o), Lavador de Carro, Salgadeira, Trabalhador Braçal, Leiturista, Cadastrador, Barqueiro, Copeira, Operacional Volante, Operador de Máquina Fotocopiadora e de Outros Equipamentos, Auxiliar de Pedreiro e Maqueiro (hospitar)
2.	Copeira Hospitalar e Coletor de Lixo Hospitalar Interno
3.	Ascensorista
4.	Borracheiro
5.	Dedetizador, Desratizador e Equivalentes
6.	Caixa de Estacionamento ou Caixa (10% de que quebra caixa)
7.	Auxiliar Agrícola Nível I
8.	Jardineiro
9.	Controlador de Trânsito, Controlador de Estacionamento, Agente de Estacionamento, Porteiro, Garagista, Vigia e Assemelhados
10.	Digitador, Recepcionista, Recepcionista Bilíngue, Continuo, Office Boy, Office Girl e Mensageiro, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Balança e Auxiliar de Arquivo
11.	Cozinheiro-Auxiliar ou Ajudante de Cozinheiro, Garçom, Auxiliar de Lavanderia, Camareira e Merendeira Escolar
12.	Auxiliar Agrícola Nível II
13.	Brigadista, Bombeiro Civil
14.	Zelador, Encarregados ou Chefes de Turmas e equivalentes, até 30 funcionários
15.	Auxiliar de classificação de Sementes
16.	Movimentador de Mercadorias
17.	Faturista

18.	Cozinheiro
19.	Técnico de Secretariado e Técnico Administrativo
20.	Apontador, Técnico de Áudio e Vídeo, Artífice de Manutenção em Geral, Pedreiro, Encanador, Marceneiro, Eletricista, Pintor, Soldador, Oficial de Manutenção Predial, Lavador de Fachadas que labore em edifício com mais de 5 (cinco) pavimentos, com utilização de balancim
21.	Encarregados, ou Chefes de Turmas e Equivalentes, Superior a 30 funcionários
22.	Assistente Administrativo
23.	Mecânico
24.	Analista Administrativo
25.	Técnico em Refrigeração

Parágrafo 4º - Nas funções exercidas pelos empregados das empresas especializadas na prestação de serviços a presídios e a unidades socioeducativas terão direito ao adicional de periculosidade no percentual de 30% calculados sobre o salário base do empregado.

Parágrafo 5º - Nas funções exercidas na prestação de serviços de combate a incêndio, os empregados terão direito ao adicional de periculosidade no percentual de 30% calculados sobre o salário base do empregado.

Parágrafo 6º – Os demais parágrafos da presente cláusula permanecem de aplicação comum a todas as empresas.

Parágrafo 7º – Para os empregados que exercerem a função de recepcionista/porteiro bilíngue, através de contratos terceirizados, estes farão jus a uma gratificação de 50 % sobre o piso convencionado na presente Cláusula.

7.1 – Fica facultado ao empregador que na prestação de serviços nos condomínios onde a empresa possui até 3 empregados, o zelador exercer serviços de limpeza.

Parágrafo 8º - A correção salarial estabelecida no *caput* desta cláusula aplicar-se-á somente aos funcionários que percebam salários inferior a R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

8.1 - Aos funcionários que percebam salários superior a R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), é livre a negociação do percentual de reajuste, a qual deverá ser realizada exclusivamente entre a empresa e seu empregado por meio de termo próprio.

Parágrafo 9º - É obrigatório às empresas a compensação de todos os reajustes concedidos, sejam os espontâneos ou compulsórios.

Parágrafo 10º - Com a concessão dos percentuais acima estabelecidos ficam integralmente repostas todas as perdas salariais até dezembro de 2024.

Parágrafo 11º - Os salários normativos hora das categorias representadas na presente CCT, será conhecido através do resultado da divisão por 220.

Parágrafo 12º - A folha de pagamento de competência de março será paga já com os valores reajustados, ficando estipulado que as diferenças salariais retroativas relativas às competências de janeiro e fevereiro serão pagas conjuntamente à folha de pagamento de competência de abril.

Parágrafo 13º – As diferenças de verbas rescisórias decorrentes do reajuste ora concedido, deverão ser quitadas até o 5º dia útil do mês de maio de 2025.

Parágrafo 14º – As diferenças de vale alimentação decorrente do reajuste ora concedido, deverão ser quitadas até 25 de abril de 2025.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO PARA PAGAMENTO

Se o pagamento do salário for feito em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo, no mesmo dia.

Parágrafo Único – O pagamento do salário será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, conforme os termos do Art. 459 da CLT.

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica facultado ao empregador adiantar ao empregado, sob contrato de convênio “cartão de crédito”, até o máximo de 30% (trinta por cento) do valor bruto da remuneração mensal.

ISONOMIA SALARIAL**CLÁUSULA SEXTA - ISONOMIA SALARIAL**

Não haverá restituição ou diminuição de salários por efeito da presente Convenção.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
13º SALÁRIO****CLÁUSULA SÉTIMA - 13º SALÁRIO (FORMA DE PAGAMENTO)**

Todas as empresas de asseio e conservação, poderão realizar o pagamento do 13º salário aos seus funcionários através de uma única parcela, a qual deverá ser efetivada até o dia vinte de dezembro do ano corrente.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**CLÁUSULA OITAVA - GRATIFICAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO**

Quando o tomador do serviço, através de exigência sua ou de negociação com a empresa prestadora, vier a estabelecer remuneração superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, ao salário normativo de que trata a Cláusula 3ª da presente CCT, para alguma das funções ali citadas, este se dará através de gratificação específica daquele posto de serviço.

Parágrafo 1º - A CTPS será assinada com o salário normativo, ficando a diferença a ser paga em folha, como gratificação de posto de serviço (GPS), não integrando a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

Parágrafo 2º - O trabalhador que, por qualquer motivo deixar de laborar no posto de serviço, de que trata sua gratificação, não mais fará jus ao recebimento da mesma, já que referida gratificação não está vinculada ao trabalhador, mas tão somente ao posto de serviço.

Parágrafo 3º - A gratificação poderá ser até no limite do salário base do empregado.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA**CLÁUSULA NONA - HORA EXTRA**

Fica estabelecido que serão remuneradas as horas extras, com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal, sendo que as horas extras trabalhadas em domingos e feriados não compensados, exceto na jornada de 12 x 36, serão remuneradas em 100% (cem por cento), nos termos da sumula 146 do TST.

Parágrafo 1º - O cálculo da hora extra, já incluso o DSR, será efetivado pela divisão do salário mensal do trabalhador por 220, acrescentando-se ao resultado o percentual de 50%.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE LIMPEZA DE BANHEIROS

As empresas pagarão a seus empregados adicional de insalubridade para lavagem de banheiros nos seguintes termos:

Parágrafo 1º - 40% (quarenta por cento) do salário mínimo federal aos empregados que prestam serviços de limpeza de banheiros de uso público especificamente nos seguintes locais: hospitais, pronto atendimento, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, estádios, arenas, casas de shows, shoppings, condomínios comerciais, supermercados, escolas, faculdades e bancos.

1.1 - Considera-se de uso público os banheiros que estão disponíveis para uso coletivo dos usuários dos locais (clientes, alunos, usuários do sistema público e ETC) independentemente de acesso restrito.

Parágrafo 2º - 20% (vinte por cento) do salário mínimo federal, aos empregados que prestam serviços de limpeza de banheiros nas repartições públicas e privadas que não estejam previstas no parágrafo primeiro, ainda que as atividades sejam similares, tal qual, cooperativas, clínicas médicas e odontológicas, laboratórios clínicos, escritórios, consultórios, hotéis e pousadas.

Parágrafo 3º - A limpeza de banheiros em condomínio não se enquadra como insalubre.

Parágrafo 4º - A limpeza de banheiros de uso exclusivo aos funcionários públicos não se enquadra como insalubre.

Parágrafo 5º - A limpeza de banheiros de uso exclusivo aos empregados de empresas privadas não se enquadra como insalubre.

Parágrafo 6º - Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

Parágrafo 7º - Os adicionais aqui previstos serão devidos a partir de 01 de março de 2025.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A todos os funcionários das empresas de asseio e conservação abrangidas pela presente convenção coletiva de trabalho, exceto as empresas de **Limpeza Pública/Urbana**, o auxílio alimentação será integral no valor de **R\$642,81 (Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Oitenta e Um Centavos) mensais, a partir de 01/01/2025 a 31/12/2025**, com exceção aos trabalhadores submetidos à jornada de trabalho de compensação de doze horas de trabalho seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso (12x36) e dos trabalhadores submetidos à jornada parcial de até 25 (vinte e cinco) horas semanais, cujos valores devidos a este título estão indicados nos parágrafos 1º e 2º adiante.

Parágrafo 1º – Aos funcionários submetidos à jornada de trabalho 12x36 o auxílio alimentação passará a ser de **R\$ 370,85 (Trezentos e Setenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos), a partir de 01/01/2025 a 31/12/2025**, sendo devido o pagamento adicional de **R\$ 24,72 (Vinte Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos)** quando o trabalhador, submetido à esta jornada, trabalhar nos dias ímpares nos meses com 31 (trinta e um) dias.

Parágrafo 2º – Aos funcionários submetidos à jornada parcial de até 25 (vinte e cinco) horas semanais, será devido auxílio alimentação no valor de **R\$ 406,38 (Quatrocentos e Seis reais e trinta e Oito Centavos)** a partir de **01/01/2025 a 31/12/2025**.

Parágrafo 3º – Na hipótese de haver qualquer falta, seja ela justificada ou não, será descontado o valor de **R\$ 24,72 (Vinte Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos)** por ocorrência exceto jornada parcial de até 25 horas.

3.1 - Na hipótese de haver qualquer falta, seja ela justificada ou não, será descontado o valor de **R\$ 15,63 (Quinze Reais e Sessenta e Três Centavos)** por ocorrência para jornada parcial de até 25 horas.

3.2 - Não poderá ser descontado no vale alimentação dos empregados os feriados, pontos facultativos, recessos e atestados de meio período.

Parágrafo 4º - O pagamento do auxílio alimentação deverá ser realizado através da disponibilização dos valores em cartão magnético, ficando vedada a compensação da verba por fornecimento de alimentação in natura.

Parágrafo 5º – O eventual fornecimento da alimentação in natura pela empresa contratante não exime a empresa contratada do dever de pagamento da verba mediante crédito no cartão magnético.

Parágrafo 6º - As empresas terão o direito de descontar dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente até 1% (um por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

Parágrafo 7º - Ante a inabitualidade de seu pagamento, face à sujeição ao adimplemento de condições para a sua concessão, o auxílio alimentação em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não se computando nas férias, 13º salário, horas extras, gratificações, adicionais, e outros prêmios pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

Parágrafo 8º - O pagamento do auxílio alimentação se dará até o dia 25 do mês, subsequente ao mês trabalhado.

Parágrafo 9º - Nos meses de admissão, demissão e férias o vale alimentação será proporcional.

Parágrafo 10º - A empresa poderá optar por pagar o auxílio alimentação no dia do pagamento do salário ou no dia 25 (vinte e cinco), desde que no lapso de tempo do dia do pagamento e a nova data de opção da empresa fique garantido ao empregado o referido auxílio na forma prevista na presente Cláusula. Uma vez ocorrida a opção, a empresa não mais poderá promover alteração na data da entrega sem a concordância expressa dos Sindicatos Convenientes.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE DE TRABALHADORES

As empresas concederão a seus empregados na forma da Legislação vigente 02 (dois) vales-transportes por dia trabalhado, que lhes serão entregues obrigatoriamente, todos de uma só vez, juntamente com o pagamento do mês anterior.

Parágrafo 1º - Os vales transporte mencionado no Caput desta cláusula, ficarão limitados a 02 (dois) passes de ônibus por dia trabalhado e a 52 (cinquenta e dois) mensais.

Parágrafo 2º- Possuindo a empresa transporte alternativo, desde que regular e eficiente, poderá o empregador optar por sua utilização, tornando-se desnecessário a concessão de vale-transporte.

Parágrafo 3º- O fornecimento do benefício está condicionado à declaração escrita firmada pelo empregado, onde conste o endereço residencial, trajeto e meio utilizado.

Parágrafo 4º - A declaração falsa ou uso indevido do vale- transporte constituem falta grave.

Parágrafo 5º - As empresas deverão promover o cadastramento de todos os trabalhadores, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de Registro desta CCT na SRTE/TO.

Parágrafo 6º - A empresa poderá optar por entregar o vale transporte não no dia do pagamento do salário, mas sim na data que lhe convier, no limite do 25º (vigésimo quinto) dia, desde que no lapso de tempo do dia do pagamento e a nova data de opção da empresa fica garantido ao empregado os vales transportes necessários a sua locomoção ao trabalho, no total máximo de 2 por dia trabalhado.

Parágrafo 7º - Mesmo quando a ajuda para os deslocamentos dos empregados se der em espécie, a empresa poderá deduzir o percentual legal, sendo que os valores recebidos pelo empregado não integrarão os salários, para quaisquer efeitos legais, porque constituem-se em reembolso de despesas de deslocamentos e acessórios, indispensáveis à prestação dos serviços e não contraprestação (art., 458, § 2º, da CLT), e também porque destinam-se ao cumprimento da finalidade da Lei, a qual prevê a não integração, mas apenas ajuda do empregador para o empregado nas suas passagens de ônibus.

Parágrafo 8º - Fica convencionado, que as empresas poderão negociar um valor de ajuda de custo referente a auxílio combustível para os empregados que possuam veículo próprio para deslocamento ao serviço.

8.1 – Na hipótese do § 8º, a empresa não poderá deduzir do empregado o percentual de 6% (seis) por cento.

8.2 – O valor negociado a título de auxílio combustível não integrará a remuneração do empregado, não se incorporará ao contrato de trabalho e não constituirá base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas contratarão Seguro de Vida com Auxílio Funeral e Familiar em favor de todos os seus empregados, nos termos do convênio e da apólice de seguro Estipulada por: SEAC-TO - Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-Obra do Estado de Tocantins. As empresas que já possuam seguro de vida para seus empregados poderão deduzir dos capitais segurados os deste seguro obrigatório.

Parágrafo 1º – Para o pagamento do seguro ora estipulado, as empresas poderão descontar mensalmente, em folha de pagamento, até o limite de R\$ 1,12 (um real e doze centavos) do empregado, que será repassado à Seguradora, sendo que a diferença a maior será custeado integralmente pelas empresas, conforme contrato firmado com a Seguradora.

Parágrafo 2º - Havendo aumento do seguro de vida com auxílio funeral e familiar, no decorrer da vigência desta Convenção, pela mesma seguradora e não sendo conveniente a substituição da mesma, o acréscimo será suportado proporcionalmente pelas respectivas empresas e seus trabalhadores.

Parágrafo 3º - As empresas poderão optar por qualquer apólice de seguro de vida para seus trabalhadores, caso o SEAC-TO venha decidir por outra seguradora, permanecendo, porém, em ambos casos, inalterado o valor do desconto do empregado para este fim.

Parágrafo 4º - Fica assegurada cobertura nas 24 horas do dia, dentro e fora do trabalho, considerando incluídas indenizações por acidentes e mortes pelos valores e condições abaixo:

4.1 - Em caso de Morte Natural ou Acidental do Empregado(a) a indenização será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que será paga em até 30 (trinta) dias após a entrega de todos os documentos comprobatórios, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

4.2 – Assistência Funeral Titular: Assistência ao sepultamento ou cremação do segurado de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em dinheiro ou depósito na conta bancária da pessoa que se apresentar como responsável pelo velório e sepultamento em até 24 horas úteis após a simples comunicação pela empresa, do nome do empregado falecido e data de falecimento.

4.3 - Auxílio Familiar: Em caso de morte do empregado titular, fica estipulado o pagamento de R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais) equivalente a 06 cestas básicas de alimentos no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) cada, aos beneficiários do seguro conforme subitem beneficiários.

4.4 Beneficiários: São as pessoas ou a pessoa expressamente designada(s) pelo Segurado, a quem deve ser paga a indenização do seguro em caso de morte daquele.

4.4.1 Os beneficiários deverão ser informados por meio de correspondência ou formulário próprio podendo, ainda, constarem do cartão-proposta.

4.4.2 Na ausência de indicação, os beneficiários serão os definidos nos Artigos 792 e 793 do Código Civil Brasileiro, transcritos a seguir:

“Art. 792 – Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária.

Parágrafo Único – Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a Morte do Segurado os privou dos meios necessários à subsistência. Se o Segurado não renunciar à faculdade ou se o seu seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade.

Art. 793 – É válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.”

4.4.3 O Segurado poderá substituir os beneficiários a qualquer momento, mediante informação por escrito da empresa seguradora contratada pelo SEAC-TO, para a qual valerá sempre a última comunicação recebida, nos termos do artigo 791 do Código Civil.

4.5 – Em caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, **a indenização ao Segurado será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) paga em até 30 (trinta) dias após a entrega de todos os documentos comprobatórios.**

4.5.1 – Se a invalidez for parcial, a indenização será calculada tomando-se por base a tabela para Cálculo de Indenização da SUSEP – Superintendência dos Seguros Privados e Capitalização. (Anexo I).

Parágrafo 5º - Fica convencionado que as comunicações de eventos e atendimentos aos empregados e seus familiares, deverão obrigatoriamente ser feitas às suas empresas empregadoras.

Parágrafo 6º - Ocorrendo eventos que gerariam o direito ao recebimento de indenização, sem prejuízo das demais sanções legais as empresas que não cumprirem na íntegra a presente cláusula, indenizarão diretamente o trabalhador ou os seus dependentes com importância em dinheiro equivalente ao dobro das aqui previstas.

Parágrafo 7º - A fiscalização do cumprimento desta cláusula cabe as entidades sindicais que firmam esta norma coletiva.

Parágrafo 8º - Para retirada de Certificados de Regularidade, Homologações Trabalhistas e outros serviços solicitados aos sindicatos, as empresas deverão apresentar comprovante do Seguro contratado para o mês correspondente e devidamente quitado na forma desta Convenção.

8.1 – As empresas terão o prazo de 30 dias a contar do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho na SRTE/TO, para aderir a apólice estipulada pelo SEAC/TO, ou enviar aos sindicatos, cópia da apólice que garanta este benefício aos trabalhadores na qual deve ser parte integrante de suas condições especiais a íntegra da presente cláusula de seguro de Vida em Grupo com auxílio funeral e auxílio familiar.

Parágrafo 9º - Ficará de responsabilidade do Sindicato Patronal realizar a indicação de empresa especializada em Seguro de Vida.

Parágrafo 10 - Caso ocorra condenação judicial que determine o pagamento de indenização decorrente de danos pessoais, materiais ou morais, os valores recebidos pelo(a) beneficiário(a) ou seus herdeiros a título de indenização paga pela apólice de seguro de vida contratada em favor do(a) beneficiário(a) serão deduzidos do montante devido a título de indenização judicial, observada a integralidade da cobertura contratual e o valor efetivamente recebido pelo(a) segurado(a) ou seus beneficiários, os quais obrigam-se a apresentar comprovantes dos valores recebidos em decorrência do seguro de vida, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação formal pela parte interessada ou por determinação judicial.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESPESAS ODONTOLÓGICAS

As empresas realizarão descontos nos salários de seus empregados referentes às despesas com serviços odontológicos prestados pelo **SINTECAP/TO** e/ou por qualquer outro sistema de assistência odontológica conveniado com o **SINTECAP/TO**. Tais benefícios se estendem aos dependentes legais dos empregados, incluindo cônjuge, pais e filhos.

Parágrafo 1º – A entidade profissional ou a empresa conveniada deverá encaminhar às empregadoras a relação detalhada dos valores devidos, acompanhada das autorizações expressas dos empregados para a realização dos descontos em folha.

Parágrafo 2º – As empresas deverão repassar os valores descontados aos respectivos beneficiários até o décimo (10º) dia subsequente ao desconto, efetuando o pagamento diretamente na tesouraria da entidade profissional e/ou da empresa conveniada, conforme estipulado contratualmente. O não cumprimento deste prazo acarretará a incidência de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

Parágrafo 3º – As empresas não poderão ser responsabilizadas por valores decorrentes de serviços odontológicos prestados a empregados cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido, caso tais despesas permaneçam pendentes. De igual modo, as empresas não assumirão qualquer obrigação de quitação desses débitos, visto que os descontos efetuados possuem natureza jurídica equivalente a adiantamentos salariais.

Parágrafo 4º – Os descontos referentes às despesas odontológicas não poderão exceder o limite máximo de 30% (trinta por cento) da renda bruta mensal do trabalhador, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

Parágrafo 5º – Em caso de rescisão do contrato de trabalho, eventuais valores pendentes referentes às despesas odontológicas descontadas nos termos desta cláusula deverão ser deduzidos das verbas rescisórias do empregado, observando-se o limite máximo de uma remuneração mensal. Caso o saldo rescisório seja insuficiente para a quitação integral do débito, a responsabilidade pelo pagamento remanescente será exclusivamente do empregado, ficando a empresa isenta de qualquer ônus adicional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AMPARO SOCIAL

A entidade sindical prestará indistintamente a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, amparos sociais em caso de: gestação, nascimento de filho, acidente, enfermidade, aposentadoria, cursos de capacitação, incapacitação permanente ou falecimento, conforme tabela de benefícios definida pelos sindicatos e discriminada no Manual de Orientações e Regras, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas entidades sindicais convenientes.

Parágrafo 1º - Para garantir a viabilidade financeira deste benefício e mediante o consentimento expresso da entidade sindical profissional, as empresas contribuirão compulsoriamente, a título de contribuição social, até o dia 20 (vinte) de cada mês, com o valor de R\$ 21,88 (vinte e um reais e oitenta e oito centavos) por trabalhador registrado. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de boleto bancário, disponibilizado pela gestora escolhida pelas entidades sindicais.

Parágrafo 2º - O benefício do Amparo Social é devido a todos os trabalhadores vinculados às Convenções Coletivas da categoria independente de filiação sindical e sem ônus ao trabalhador, tendo como base da sua concepção o art. 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, que prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, aqueles que visem à melhoria de sua condição social.

Parágrafo 3º - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo 4º - Todas as empresas do ramo abrangidas pela categoria econômica envolvida na presente convenção, por ocasião de novas licitações e/ou contratos vigentes, ficam obrigadas a incluir em suas

planilhas de cálculos a provisão financeira para cumprimento do Amparo Social aqui instituído, para preservar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, em consonância com o Artigo 444 da CLT.

Parágrafo 5º - O benefício do Amparo Social tem natureza exclusivamente assistencial e não salarial, haja vista que não se constitui em contraprestação de serviços, tendo caráter universal e compulsório.

Parágrafo 6º – É obrigação de cada empresa abrangida pela categoria econômica regulada pela presente convenção enviar à gestora, por meio do e-mail amparosocial.palmas@gmail.com, até o dia 05 de cada mês, a GFIP e/ou E-Social dos trabalhadores alocados no Estado do Tocantins, relativos ao mês imediatamente anterior, bem como comunicar qualquer alteração no quadro de funcionários, seja por dispensa ou por novas contratações, tendo-se em consideração que as informações não são prestadas pelo MTE ao sindicato laboral quando requerido. Em caso de necessidade de ingresso de ação de cumprimento para obtenção das informações aqui estabelecidas, a não apresentação dos dados pela empresa demandada na primeira oportunidade, caracterizará infração à Convenção Coletiva de Trabalho, sujeitando-a ao pagamento de multa equivalente a um piso da categoria, por mês de descumprimento, independentemente do número de funcionários que possua.

Parágrafo 7º - O pagamento da contribuição após o prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula estará sujeito à incidência de correção monetária pelo INPC ou, na sua falta, pelo IPCA, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, e incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido.

Parágrafo 8º - O não pagamento da contribuição prevista nesta cláusula e seus parágrafos, por parte das empresas, acarretará multa equivalente a 100% (cem por cento) do débito atualizado, incluindo os valores não recolhidos ou declarados. Essa penalidade será aplicada com base no montante devido, considerando o número de funcionários envolvidos e o período de inadimplência após o prazo de 30 dias do vencimento da guia.

Parágrafo 9º - Em caso de propositura de ação judicial contra qualquer das empresas abrangidas pela presente convenção coletiva, com o objetivo de cobrar, implementar e/ou assegurar a observância do benefício previsto nesta cláusula, será devido o pagamento adicional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total apurado na ação, a título de honorários advocatícios contratuais. Tal percentual reflete os encargos assumidos pela entidade sindical laboral em atenção ao Princípio da Reparação Integral, previsto nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil. Ressalta-se que estes honorários não se confundem com os honorários sucumbenciais disciplinados pelo art. 791-A da CLT.

Parágrafo 10º - A entidade sindical profissional fica autorizada a fazer a cobrança judicial dos valores do amparo social, sendo que nestes casos deverá posteriormente efetuar o repasse à gestora.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO RESCISÃO

Os recibos e termos de rescisão de contrato de trabalho de funcionários com mais de um ano de serviço e que prestem serviços em Palmas/TO e cidades que possuam sub sedes do SINTECAP/TO deverão obrigatoriamente serem assinados e homologados no Sindicato Laboral da Categoria em no máximo 10 (dez) dias após o pagamento do TRCT, ficando, nas demais localidades, facultativa a homologação no Sindicato Laboral das rescisões de contrato de trabalho dos empregados, ficando, neste caso, as empresas obrigadas a enviar, no prazo de 20 (vinte) dias contados após a data de demissão, através do e-mail (sintecapto@yahoo.com.br) ou através de protocolo na sede ou sub sede do SINTECAP/TO, os seguintes documentos: a) 01 (uma) via do TRCT devidamente assinada pelas partes; b) Comprovante de pagamento do TRCT (caso pago através de rede bancária); c) Extrato analítico do FGTS ; e d) Comprovante do pagamento multa de 40% do FGTS, se houver.

Parágrafo 1º - As verbas rescisórias homologadas conforme disposto na presente Cláusula, sobre as quais não houve ressalvas específicas, entender-se-ão quitadas de forma plena, rasa e geral, nos termos do Enunciado 330 do TST.

Parágrafo 2º - As empresas ficam obrigadas a apresentar aos SINTECAP/TO, no momento da homologação, comprovação de que cumpriu com as contribuições previstas em Lei e na presente CCT.

Parágrafo 3º - O não cumprimento das normas previstos no caput caracterizará em atraso no pagamento das verbas rescisórias, cabendo à empresa as penalidades previstas no artigo 477, § 8º da CLT.

Parágrafo 4º - Documentos necessários para homologação de TRCT - Rescisão em 5 vias, exame demissional, CTPS, livro de registro ou ficha de registro, extrato analítico do FGTS do empregado demitido ou extrato de conta vinculada para fins rescisórios do FGTS, demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS rescisório, guia de seguro desemprego, chave da conectividade social para saque do FGTS, comprovante de pagamento multa 40% (quarenta por cento) FGTS, comprovante de pagamento do TRCT quando feito através de banco, recibo de adiantamento de verbas rescisórias se for o caso, carta de preposto de representante da empresa reconhecida em cartório e aviso prévio. Caso a empresa opte por homologar os empregados do interior na cidade de Palmas a mesma arcará com as passagens de deslocamento do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INCENTIVO A CONTINUIDADE DO EMPREGO

Visando a segurança e preservação do emprego já estabelecido no posto de trabalho, fica estabelecido que as empresas que sucederem umas às outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato, darão preferência aos funcionários da empresa sucedida, ficando neste caso, a empresa sucedida na obrigação de efetuar o pagamento de todas as verbas devidas pela rescisão trabalhista.

Parágrafo 1º – Havendo o aproveitamento do funcionário pela empresa sucessora, a empresa sucedida ficará dispensada do pagamento do aviso prévio trabalhado, e/ou indenização correspondente, bem como o adicional de mais 3 dias por cada ano trabalhado, assim como também o empregado estará dispensado do seu cumprimento.

Parágrafo 2º - A empresa que fornece os avisos prévios em razão de novo processo licitatório, o empregado for contratado ou aproveitado pela sucessora, os avisos se encerrarão de maneira automática, tendo como último dia de contrato de trabalho data de término da prestação de serviços da empresa com o tomador de serviços.

Parágrafo 3º - Os dispositivos convencionados nos itens anteriores visam facilitar a transição do empregado para a empresa sucessora.

Parágrafo 4º - Na hipótese prevista no parágrafo 1º desta cláusula, fica assegurada ao referido empregado a manutenção do emprego por 30 (trinta) dias corridos no novo emprego, salvo se demissão por justa causa

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO TRINTÍDIO

As empresas que demitirem os empregados, em razão de perda de contrato e/ou redução de postos de serviços solicitados pelo tomador de serviços, desde que seja devidamente comprovado as entidades sindicais laboral e patronal, em até 10 (dez) dias após o encerramento e/ou redução do contrato de prestação de serviços, ficarão isentas do pagamento do trintídio que antecede a data base, nos termos do artigo 9º da Lei nº 7.238/84.

Parágrafo Único. Para fazer jus a aplicação desta cláusula, a empresa deverá comprovar junto ao SINTECAP, as quitações das obrigações trabalhistas e da CCT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARTA DE AVISO PRÉVIO POR JUSTA CAUSA



Ao empregado dispensado por justa causa, a empresa fornecerá carta de aviso alegando os motivos, sob pena de gerar presunção de dispensa sem justa causa. O empregado acusará o recebimento da cópia sem a necessária confissão da culpa. Se não aceitar, a carta de dispensa será assinada por testemunha.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado quanto ao recebimento de cartas de advertências e suspensões.

MÃO-DE-OBRA JOVEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTRATAÇÃO DO JOVEM APRENDIZ

Fica convencionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de jovem aprendiz, em atendimento ao disposto no art. 429 da CLT e Decreto 9.579/2018, tomando como parâmetro o percentual de aprendizagem mínimo de 5% (cinco por cento), a incidir sobre a base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excluindo-se da base de cálculo as funções que atendam as regras encartadas na Instrução Normativa nº146/2018 do Ministério do Trabalho/Secretaria de Inspeção do Trabalho, observando as disposições da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO acerca das profissões que devem compor a base cálculo alusiva a contratação de aprendizes.

Parágrafo 1º - Considerando a obrigação legal da reserva de cargo de jovem aprendiz, previsto no art. 429 da CLT, bem como imposições contratuais contidas nos art. 92, inciso XVII e art. 116 da Lei Federal 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES), e a dificuldade de cumprimento da cota pelo setor econômico, as empresas submetidas a esta convenção coletiva deverão obrigatoriamente:

1.1 - Incluir nos seus orçamentos e planilhas de custo o valor mensal mínimo de R\$ 91,38 (noventa e um reais e trinta e oito centavos), o qual será multiplicado pela quantidade de empregados previstos no orçamento/contrato, que será destinado à adoção de medidas para cumprimento da cota de aprendizes decorrente do contrato específico;

1.2 - Serão objeto de revisão os contratos firmados, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nesta cláusula;

1.3 - Caso a empresa não inclua em seus novos orçamentos o quanto previsto no item 1, do parágrafo quarto, desta cláusula, o contratante fica autorizado a desclassificar sua proposta de preços por descumprimento de norma coletiva, e eventual contratação será considerada irregular, autorizando os sindicatos a informar aos Órgãos competentes para fiscalização da contratada e tomador dos serviços, para cumprimento da legislação

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RECIBO DE DOCUMENTOS NOS POSTOS DE SERVIÇO

Fica vedado ao trabalhador que exerça suas atividades fora do local da sede, filial ou escritório de representação da empresa, o recebimento de Notificação, Aviso de Recebimento, Auto de Infração e Correspondências diversas que esteja endereçada à empresa empregadora. No caso de desobediência e por colocar em risco os interesses da empresa, o empregado faltoso poderá ser punido com falta grave e até demissão por justa causa, dependendo da gravidade do caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

Em face da Lei n.13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, §3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço,

poderão ser compartilhados sempre que necessário, assim entendida largo sensu, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança, ficando a empresa responsável por seu devido tratamento. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal, a quem der causa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA PARCIAL DE TRABALHO

A jornada parcial de trabalho na categoria será no máximo de 25 horas semanais, ficando extremamente proibida a realização de horas extras.

Parágrafo 1º – O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada de trabalho, em relação aos empregados que cumprem nas mesmas funções, tempo integral.

Parágrafo 2º – A jornada de trabalho na categoria acima de 25 horas semanais, será considerada como jornada integral, não podendo os empregados receberem salários de forma parcial.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO 12/36 E 5X2

As empresas poderão adotar as seguintes jornadas de trabalho para seus funcionários, observadas as disposições legais aplicáveis:

Parágrafo 1º - A jornada de 12x36 será compreendida como sendo doze horas de trabalho seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação, nos termos do art. 71, § 4º, da CLT.

Parágrafo 2º - A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no *parágrafo 1º* desta Cláusula, nos termos do art. 59-A, parágrafo único, CLT, abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 da CLT.

Parágrafo 3º - Para o cálculo do valor da hora de trabalho dos empregados submetidos a jornada de 12x36, utilizar-se-á o divisor de 220 (duzentas e vinte) horas.

Parágrafo 4º - As empresas poderão contratar funcionários para atuação na jornada semanal de 5x2, na qual o empregado trabalhará cinco dias consecutivos (de segunda a sexta-feira), com descanso aos sábados e domingos. As horas não trabalhadas no sábado serão compensadas durante a semana, com a ampliação da jornada diária de segunda a sexta-feira, limitada a duas horas extras por dia, nos termos do art. 59, caput, da CLT.

Parágrafo 5º - A remuneração mensal pactuada para a jornada 5x2 inclui o pagamento do descanso semanal remunerado e do descanso em feriados, sendo que eventuais feriados não trabalhados durante a semana serão considerados compensados.

Parágrafo 6º - Para o cálculo do valor da hora de trabalho dos empregados submetidos à jornada de 5x2, também será utilizado o divisor de 220 (duzentas e vinte) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BANCO DE HORAS

Toda e qualquer hora extra das categorias profissionais contempladas na presente Convenção, poderão ser compensadas, a critério das empresas, com folgas correspondentes ou mediante redução da jornada de trabalho até a quitação das horas laboradas em excesso, no prazo máximo de 12 meses a contar do labor.

Parágrafo 1º - O Banco de Horas será compensado na paridade de 1 pra 1, ou seja, para cada hora extraordinária, será concedida uma hora de descanso, salvo as horas trabalhadas em domingos e feriados, que haverão de ser compensadas na paridade de 2 pra 1, ou seja, para cada hora extraordinária, será concedida duas horas de descanso.

Parágrafo 2º - A ausência do empregado no trabalho, para atender seus interesses pessoais, desde que previamente ajustada com o empregador de maneira escrita, poderá ser compensada através da compensação de horas na razão de uma hora de trabalho por uma hora de descanso.

Parágrafo 3º - Faculta apenas a empresa decidir o dia, a forma e o número de horas a serem compensadas com descanso.

Parágrafo 4º – Havendo a rescisão de contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária na forma do caput desta cláusula, fará jus o trabalhador ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas dividindo-se o piso salarial respectivo, vigente na data da rescisão por 220.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Fica permitido que as empresas implantem opcionalmente, total ou parcial, no quadro de empregados que trabalhem no regime de 8 h diárias, o intervalo para repouso ou alimentação de, no máximo 5 (cinco) horas.

Parágrafo 1º - Quando o intervalo for superior a 4 (quatro) horas e, desde que requerido pelo trabalhador na forma da lei, a empresa fica obrigada a lhe conceder mais 2 (dois) vales-transportes além dos já mencionados na cláusula 31ª - por dia trabalhado, limitado, neste caso, o acréscimo de, no máximo 44 (quarenta e quatro) passes de ônibus por mês.

Parágrafo 2º - Fica o trabalhador desobrigado de promover assinalação da folha de ponto ou registro de frequência, a intrajornada destinada a repouso e alimentação.

Parágrafo 3º - A concessão de horário para alimentação independente da extensão deste, não desnatura e nem reduz a jornada de trabalho de 12x36 (Doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) quando for o caso.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - SISTEMAS ALTERNATIVOS DE CONTROLE DE JORNADA (REP-A)

Nos termos do Art. 77 da Portaria MTP nº 671/2021, fica autorizada a utilização de Registradores Eletrônicos de Ponto Alternativo (REP-A) pelas empresas representadas por esta Convenção Coletiva, incluindo dispositivos móveis como tablets, aparelhos celulares ou outros equipamentos, desde que dotados de tecnologias de biometria facial ou mecanismos eletrônicos de autenticação.

Parágrafo 1º - O uso do REP-A deverá observar os seguintes requisitos:

a) Identificação Inequívoca: O sistema deverá garantir a identificação clara de empregador e empregado, por meio de dados biométricos ou outros mecanismos eletrônicos de validação;

b) Disponibilidade de Registros: O sistema deverá permitir a extração eletrônica ou a impressão dos registros de jornada, de forma fiel e precisa, sempre que solicitado pelos órgãos de fiscalização, tanto no local de trabalho quanto remotamente;

c) Proteção de Dados Pessoais: O tratamento de dados pessoais e biométricos deverá observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assegurando a privacidade e a segurança das informações dos empregados;

d) Armazenamento Seguro: Os registros de jornada deverão ser mantidos de forma segura por, no mínimo, 5 (cinco) anos, conforme a legislação trabalhista vigente.

Parágrafo 2º - O uso do REP-A será permitido apenas durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, sendo vedada a ultratividade conforme o § 3º do art. 614 da CLT.

Parágrafo 3º - A adoção do REP-A não poderá prejudicar os direitos trabalhistas previstos na CLT, incluindo o correto pagamento de horas extras, adicional noturno, e o respeito aos intervalos intrajornada e interjornada.

Parágrafo 4º - Fica autorizado que o registro de ponto se dê por meio de equipamento eletrônico do próprio trabalhador, como tablet ou celular, mas desde que dotado de tecnologia de biometria facial ou mecanismo eletrônico de autenticação.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TURNOS DE REVEZAMENTO

O trabalhador que laborar em turnos ininterruptos de revezamento não fará jus a jornada de 06:00 (seis) horas e nem terá direito a horas extras, se a jornada não ultrapassar 44 horas semanais, conforme Artigo 7º, Inciso XIV da Constituição Federal.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FÉRIAS

O início do gozo das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados.

Parágrafo Único - As férias deverão ser comunicadas ao empregado com trinta dias de antecedência e pagas 02 (dois) dias antes do início do gozo.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORMES

As empresas fornecerão gratuitamente 02 (dois) uniformes completos, novos e confeccionados, por ano, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento.

Parágrafo 1º - Se a empresa exigir tipo e/ou cor de calçado o mesmo passa a integrar o uniforme.

Parágrafo 2º - A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de punição.

Parágrafo 3º - O uniforme será fornecido mediante cautela. Ao se desligar da empresa o empregado devolverá os uniformes no estado de conservação que se encontrar, podendo ser descontado o seu valor nas verbas rescisórias, desde que seja danificado dolosamente por este, devidamente comprovado por testemunha, ou caso não seja devolvido.

Parágrafo 4º - Fica acertado que os empregados nas funções de guarda noturno, vigia, porteiro, garagista e recepcionista, terão seus uniformes em cores diferenciadas do uniforme da categoria de vigilantes, de tal forma que não se permitirá gerar semelhança entre os mesmos.

Parágrafo 5º – As multas aplicadas às empresas, decorrentes da inadequada e má utilização do uniforme por culpa do empregado, estas serão descontadas integralmente do seu salário, desde que cumprido o disposto no “Caput” da presente cláusula.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADO MÉDICO

As empresas aceitarão atestados médicos e odontológicos do sindicato obreiro ou da previdência social somente no caso em que não dispuserem de serviço médico e odontológico próprio ou formalmente contratado, caso em que somente prevalecerá o diagnóstico do serviço médico e odontológico da empresa em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único – Os atestados médicos serão obrigatoriamente entregues pelos integrantes da categoria no departamento de pessoal das empresas no mesmo dia de sua emissão ou, no máximo 48 horas após a expedição sob pena de invalidade e de serem considerados nulos.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO

Na forma das normas legais atuais, as empresas poderão formar SESMT coletivo, ou os empregados serem assistidos no SESMT do contratante.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE SINDICALISTAS

Nenhuma empresa poderá impedir o afastamento dos diretores, delegados sindicais e conselheiros do Sindicato Profissional quando convocados por este, no máximo uma vez por mês, a fim de que possam participar das reuniões da Diretoria, sem prejuízo da remuneração, desde que as mesmas estejam fixadas durante o horário de trabalho do convocado titular.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAÇÕES



O SEAC/TO deverá fornecer ao SINTECAP/TO todas as informações solicitadas por este, no que diz respeito às informações que dispuser sobre seus associados.

Parágrafo 1º - Todas as empresas não associadas que prestam ou que venham a prestar serviços na base territorial do SINTECAP/TO, devem fornecer a entidade sindical laboral os seguintes documentação independentemente de notificação para este fim: endereço da sede, endereço de escritório no Tocantins, CNPJ, telefone para contato com os responsáveis da empresa na sede e responsável no Tocantins pela empresa, e-mail dos responsáveis pela empresa na sede e no Tocantins, quantidade de funcionários com o nome completo, função, salário contratual, valor de vale alimentação, jornada de trabalho de cada empregado, comprovante de seguro de vida dos empregados, Amparo Social, dados do cliente (tomador), dados da contabilidade.

Inciso I – O fornecimento da documentação deverá ser efetivado no máximo 60 dias após o registro desta Convenção Coletiva de Trabalho perante ao órgão competente (Ministério do Trabalho), para as empresas que contém contratos ativos na base territorial do SINTECAP/TO.

Inciso II – O fornecimento da documentação deverá ser efetivado no máximo 30 dias após a assinatura do contrato com o tomador de serviços para as novas empresas que venham a prestar serviços na base territorial do SINTECAP/TO.

Inciso III – Sempre que alguma empresa já tenha fornecido a documentação na entidade laboral adquirir novo contrato de prestação de serviço deverá fornecer a seguinte documentação referente ao novo contrato, quantidade de empregados com o nome completo, função, salário contratual, valor de vale alimentação, jornada de trabalho de cada empregado, comprovante de seguro de vida dos empregados, dados do cliente(tomador) em 30 dias.

Inciso IV – Quando a entidade sindical laboral exigir das empresas documentação para apuração de conflitos e direitos trabalhistas as mesmas ficam obrigadas a fornecer todas as informações e documentações necessárias para o devido apuramento em 10 dias.

Parágrafo 2º - O descumprimento dos dispositivos no parágrafo anterior acarretará à empresa omissa multa equivalente ao menor piso da categoria multiplicado pelo número de trabalhadores alocados em cada frente de serviço que deixar de ser informada.

Parágrafo 3º - A cobrança da multa se dará por ação de cumprimento ajuizada na Justiça do Trabalho ou por outro meio legal, pelo SINTECAP/TO em face da empresa omissa.

Parágrafo 4º - Nas ações judiciais a empresa deverá apresentar todas as documentações exigidas na petição inicial.

Parágrafo 5º - Os valores oriundos da aplicação da multa de que trata o parágrafo 2º (segundo) acima serão revertidos aos empregados 50% (cinquenta por cento) e 50% (cinquenta por cento) ao sindicato.

Parágrafo 6º - As informações dos parágrafos anteriores são extremamente necessárias para à verificação do fiel cumprimento deste instrumento e legislação trabalhista, para que o Sindicato Profissional tome conhecimento e tenha condições de sair em defesa da categoria, se for necessário.

Parágrafo 7º - O acesso às informações pelo Sintecap/TO é previsto no artigo 7º inciso XXVI e artigo 8º, inciso III, ambos da CF, artigo 611-A da CLT e artigo 7º, incisos II e VI, da Lei n. 13.709/2018, considerando a ampla legitimidade para a defesa dos interesses coletivos ou individuais de toda a categoria, devendo a entidade sindical tratar com sigilo as informações nos termos da lei.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Fica estabelecido que a contribuição assistencial laboral, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins – SINTECAP/TO aprovada em Assembleia Geral da categoria estabelecida no percentual de 1,5%(um e meio por cento) do salário básico do empregado de forma mensal.

Parágrafo 1º - O recolhimento da contribuição assistencial laboral deverá realizar-se até o 10º (décimo) dia subsequente, ao fato gerador da contribuição, ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio,

Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins com boletos fornecidos pelo SINTECAP/TO.

Parágrafo 2º - As empresas ficam obrigadas a enviar ao SINTECAP/TO até o 5º dia do mês subsequente, através do e-mail sintecapto@yahoo.com.br ou Fone/WhatsApp (63) 9 9252-4954, a relação dos empregados contribuintes em cuja relação deve conter necessariamente os seguintes dados: mês a que se refere nome do empregado, função e valor do desconto. Sendo que a empresa que não seguir as formalidades acima, estará sujeita a multa moratória de 2% (dois por cento) do valor da guia.

Parágrafo 3º - O Sintecap/TO emitira o boleto para pagamento da contribuição assistencial no prazo de 48 horas após o recebimento dos dados através de e-mail ou Fone.

Parágrafo 4º - As empresas ficam obrigadas a enviar ao SINTECAP/TO comprovante de pagamento da contribuição assistencial quando solicitado.

Parágrafo 5º - A empresa que não realizar o desconto estabelecido no caput desta cláusula quando não houver a oposição, pagará multa indenizatória a entidade laboral equivalente ao valor não descontado.

Parágrafo 6º - O pagamento da contribuição assistencial laboral após o prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mais mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento), e, mais atualização monetária, quando o atraso for igual ou superior a 30 (trinta) dias. E, no caso de cobrança judicial, além dos acréscimos já mencionados, incidirão também à empresa, custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o total apurado.

Parágrafo 7º - Os trabalhadores poderão, individualmente, se opor, a qualquer tempo, ao desconto previsto neste instrumento coletivo, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho.

7-1 - A manifestação do trabalhador ao direito de oposição, se exercido nos primeiros 10 (dez) dias, contados do protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego desta, valerá para todos os meses e/ou descontos subsequentes, estando o trabalhador dispensado de apresentar posteriormente nova oposição ao desconto durante a vigência do respectivo instrumento.

7-2 - A manifestação do trabalhador ao direito de oposição, se exercido após os 10 (dez) primeiros dias, contados da assinatura deste instrumento coletivo, valerá a partir deste momento e após o cumprimento das formalidades do exercício do direito, não gerando efeito retroativo para o trabalhador, ou seja, não terá o trabalhador direito de receber as contribuições já anteriormente descontadas.

7-3 - A manifestação do direito de oposição pelos trabalhadores da categoria profissional somente se efetivará por meio de carta pessoal, individual, apresentada em 3 (três) vias, e que deverá ser entregue na sede do sindicato mediante protocolo pelo próprio trabalhador, sendo uma via para o trabalhador, outra para o sindicato e outra para empregador. Deverá ainda, constar da carta de oposição o nome completo e legível do trabalhador, o número do CPF ou de qualquer outro documento de identificação legal, função, nº de registro e cláusula da convenção coletiva a qual está se opondo, seu endereço, o nome e endereço da empresa, local, data e assinatura. Deverá ser consignado nas 3 (três) vias da carta de oposição carimbo registrando, pelo menos, a data do protocolo de entrega da carta, a identificação do sindicato e da pessoa que recebeu o documento.

7-4 – Junto a carta de oposição o empregado devera anexar cópia da CTPS física ou digital para comprovar que e pertencente a categoria.

7-5 - O sindicato terá até 10 (dez) dias, contados do protocolo da carta de oposição, para encaminhar ao empregador cópia da carta de oposição, de modo a cientificá-lo do exercício do direito de oposição pelo seu empregado. Na hipótese de transcorrer os 10 (dez) dias, sem que o sindicato tenha encaminhado ao empregador a carta de oposição, poderá o empregado encaminhar cópia de sua via ao seu empregador de modo a cientificá-lo de que exerceu o seu direito de oposição. Somente a partir deste momento poderá o empregador interromper os descontos da contribuição no salário do trabalhador.

7-6 - O exercício do direito de oposição será gratuito, não podendo a entidade sindical cobrar qualquer valor em decorrência do seu exercício.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LABORAL



Fica estabelecido que a contribuição social laboral, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins – SINTECAP/TO ficou definida através de Assembleia Geral no percentual de 1%(um cento) do salário básico mensal do empregado.

Parágrafo 1º - O Sintecap/TO emitira o boleto da contribuição social diretamente para a trabalhador.

Parágrafo 2º - O pagamento da contribuição social pelo trabalhador deverá se realizar-se até o 10º (décimo) dia subsequente, ao fato gerador da contribuição, ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins com boletos fornecidos pelo SINTECAP/TO.

Parágrafo 3º - O pagamento da contribuição social laboral após o prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mais mora diária de 0,03% (zero vírgula zero três por cento), e, mais atualização monetária, quando o atraso for igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas recolherão com recursos próprios ao SEAC/TO – Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e de Outros Serviços Similares Terceirizáveis do Estado do Tocantins, através de guias fornecidas pelo mesmo o equivalente a 3% (três por cento) do montante bruto, da folha de pagamento do mês de abril de 2025 e abril de 2026 a ser pago em parcela única com vencimento em 10/05/2025 e 10/05/2026.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas recolherão com recursos próprios, através de guias bancárias fornecidas pelo Sindicato, 3% (três por cento) sobre o montante bruto da folha de pagamento do mês de maio de 2025 e maio de 2026 com vencimento para 20/06/2025 e 20/06/2026, limitado a valor mínimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e máximo de R\$ 1.450,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Por deliberação da Assembleia Geral o Sindicato Patronal, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, art. 513, alínea “e”, CLT e em conformidade com o Tema 935 julgado pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a constitucionalidade da instituição de contribuições assistenciais por meio de acordo ou convenção coletiva, as empresas integrantes da categoria econômica que exercerem, no âmbito do estado do Tocantins, atividade econômica representada pelo SEAC-TO, ainda que sediadas em outra unidade da Federação, ficam obrigadas ao pagamento da Contribuição Negocial Patronal, destinada ao custeio das atividades sindicais voltadas à negociação coletiva, defesa e representação da categoria.

Parágrafo 1º – O valor da contribuição será o correspondente a 60% (sessenta por cento) do piso da categoria vigente, a ser pago até 30/03 do ano corrente, em parcela única e mediante boleto bancário.

Parágrafo 2º – É dever das empresas solicitar ao SEAC-TO a emissão do boleto bancário correspondente à **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL** por meio de correio eletrônico (**diretoriaseacto@gmail.com**), devendo, inclusive, instruir a solicitação com o seu comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, de modo a possibilitar a emissão da guia de cobrança, sendo facultado ao SEAC-TO o envio do documento de cobrança, ainda quando não solicitado.

Parágrafo 3º – O não pagamento da contribuição dentro do prazo estipulado acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária pelo INPC.

Parágrafo 4º – É assegurado às empresas o direito de oposição ao pagamento da referida contribuição, devendo a manifestação ser formalizada por escrito e protocolada junto ao SEAC/TO no prazo de 10 (dez)

dias contados a partir do registro desta Convenção Coletiva.

Parágrafo 5º – A oposição apresentada fora do prazo ou em desconformidade com o procedimento estabelecido nesta cláusula será considerada inválida, não afastando a obrigatoriedade do pagamento da contribuição.

Parágrafo 6º – O valor arrecadado com a contribuição será utilizado exclusivamente para fins relacionados à negociação coletiva, defesa dos interesses da categoria econômica e manutenção das atividades sindicais, sendo vedada sua destinação para outros fins.

Parágrafo 7º - O não pagamento da CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL prevista no caput ensejará a propositura de demanda judicial para satisfação do crédito, sujeitando-se ainda o devedor, além de perdas e danos, ao pagamento adicional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total apurado na ação, a título de honorários advocatícios contratuais. Tal percentual reflete os encargos assumidos pela entidade sindical patronal em atenção ao Princípio da Reparação Integral, previsto nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil. Ressalta-se que estes honorários não se confundem com os honorários sucumbenciais disciplinados pelo art. 791-A da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - GUIAS DE RECOLHIMENTO

As empresas ficam dispensadas da exigência legal de encaminharem as guias de recolhimento do INSS (GPS) ao Sindicato Profissional.

Parágrafo Único - Quando as guias forem solicitadas pela entidade laboral, por motivo de fiscalização as empresas terão o prazo de 5 dias úteis para o fornecimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL E TRABALHISTA PARA PROCESSOS LICITATÓRIOS

Fica estabelecido que todas as empresas do ramo abrangido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), filiadas ou não ao SEAC/TO, que pretendam participar de processos licitatórios ou firmar contratos com órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ou entidades privadas, deverão apresentar a Certidão de Regularidade Sindical e Trabalhista (CERSIN). Esta certidão, emitida pelo SINTECAP/TO e pelo SEAC/TO, atestará a regularidade da empresa quanto às obrigações previstas nesta CCT, garantindo a observância das normas trabalhistas e sindicais.

Parágrafo 1º – A emissão da CERSIN será obrigatória para todas as empresas que participarem de licitações, devendo ser apresentada como documento de habilitação, conforme previsto nos artigos 607 e 608 da CLT.

Parágrafo 2º – A CERSIN será entregue em até 03 (três) dias úteis após a protocolização do pedido, desde que acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Guia de recolhimento da contribuição negocial patronal dos últimos dois anos;
- b) Guia de recolhimento da contribuição assistencial (obreira e patronal) dos últimos dois anos;
- c) Comprovante de pagamento do Amparo Social dos últimos dois anos;
- d) Cópia do contrato social devidamente registrado no órgão competente;
- e) Comprovante de pagamento da taxa administrativa, caso a empresa não seja associada ao SEAC/TO;

Parágrafo 3º – Empresas com sede ou filial fora do Estado do Tocantins, que não mantenham contratos de prestação de serviços no estado, deverão apresentar apenas os documentos mencionados nas alíneas "a" e "b", relativos ao domicílio da sua sede, ficando dispensadas das demais exigências.

Parágrafo 4º – A CERSIN terá validade de 60 (sessenta) dias, sendo renovável mediante nova solicitação e comprovação da regularidade sindical e trabalhista.

Parágrafo 5º – As empresas que participarem de processos licitatórios ficam obrigadas a garantir a compatibilidade do edital e de suas propostas com os valores, índices e normas estabelecidos nesta CCT, evitando a precarização da mão de obra, em respeito ao art. 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que assegura a valorização social do trabalho.

Parágrafo 6º – O sindicato profissional fiscalizará e solicitará dos órgãos licitantes a inclusão da CERSIN no rol dos documentos exigidos para habilitação em licitações, por meio de correspondência formal dirigida aos órgãos competentes, com cópia enviada aos sindicatos patronal.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes elegem o foro de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do cumprimento e da interpretação da presente Convenção, em detrimento de outros por mais privilegiado que sejam.

Parágrafo Único - Assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 02 (três) vias, de igual teor e forma, devendo uma via ser encaminhada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/Tocantins para o registro.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DAS CONQUISTAS E CONCESSÕES

Os sindicatos convenientes declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, respeito ao costume e, principalmente, da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal).

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Fica convencionado entre as partes que o descumprimento de qualquer das cláusulas previstas na presente Convenção Coletiva de Trabalho sujeitará o infrator ao pagamento de multa equivalente a **30% (trinta por cento)** do salário base mensal, **por mês de descumprimento**, até a efetiva regularização da obrigação. O valor da multa será revertido, obrigatoriamente, em favor da parte prejudicada.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de a entidade sindical atuar como substituta processual, as multas previstas nesta convenção serão rateadas da seguinte forma: **50% (cinquenta por cento)** em favor do(s) empregado(s) substituído(s) e **50% (cinquenta por cento)** revertido à entidade sindical representante.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - RENOVAÇÃO

Fica pactuado entre as partes signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que, com a entrada em vigor do presente instrumento normativo, abrangendo o período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026, as disposições constantes na CCT anterior, firmada para o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025 **registrada no MTE Sob. o nº TO000017/2024**, que estabeleçam limitação

ou condicionamento dos efeitos desta nova CCT ao período de vigência da anterior, ficam expressamente revogadas, considerando-se superadas por este novo acordo.

Parágrafo 1º - Esta cláusula tem por objetivo assegurar a plena eficácia e aplicabilidade das disposições do presente instrumento normativo durante toda a sua vigência, não se admitindo interpretações ou restrições que possam contrariar o pactuado nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo 2º - As partes reconhecem que a aprovação desta nova CCT revoga, naquilo que for conflitante, as normas e efeitos remanescentes da CCT anterior, aplicando-se este novo instrumento como único parâmetro normativo no período de sua vigência.

Parágrafo 3º - Será revisto em 01/01/2026 as cláusulas econômicas, podendo as partes rever em todo ou em parte as demais cláusulas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ENGARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas Empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 83,49% (oitenta e três virgula quarenta e nove por cento), atualização da planilha de cálculo, conforme planilha de cálculo, abaixo descrita.

Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto na Cláusula Quadragésima Nona desta Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto, nos Art. 607 e 608 da CLT.

DEMONSTRATIVO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
GRUPO "A"		
INSS	20,00%	Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91
SESI OU SESC	1,50%	Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88
SENAI OU SENAC	1,00%	Artigo 3º Lei 8.036/90
INCRA	0,20%	Decreto 2.318/86
Salário Educação	2,50%	Artigo 8º Lei 8029/90 e Lei 8154 de 28/12/90
FGTS	8,00%	Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70
Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS	3,00%	Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82
SEBRAE	0,60%	Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00
TOTAL GRUPO "A"	36,80%	

GRUPO "B"

Férias	9,37%	Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII
Auxílio doença	2,87%	Art. 59 a 64 lei 8213/91, Art. 201, I CF/1988 cc Arts 71 a 80 Dec 3048/1999
Licença paternidade/maternidade	0,02%	Artigo 7 Inciso XIX CF/88

Faltas legais	0,54%	Artigo 473 e 822 da CLT
Acidente de trabalho	0,33%	Lei 6.367/76 e Artigo 473 da CLT
Aviso prévio trabalhado	0,06%	Artigo 487 CLT e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88
Treinamento	0,34%	IN 05 do MET e Item XXII da CF/88
1/3 Férias Constitucional	3,12%	Artigo 7, Inciso XVII CF/88
13º Salário	9,37%	Lei 4060/62 e Lei 7.787/89 Inciso III Art. 7 CF 88
TOTAL GRUPO "B"	26,02%	

Base de cálculos Grupo "B"

Para a base de cálculos estão sendo considerados 275 dias produtivos no ano, em razão de que 90 dias não são trabalhados. Os dias não trabalhados são:

52 dias representados pelo descanso semanal remunerado acrescido de 26 dias de férias (os domingos já foram considerados no repouso semanal) somados a 12 dias de feriados.

Foram considerados os seguintes feriados:

1º de Janeiro Fraternidade Universal - Lei Federal nº. 662, de 06 de abril de 1949;

02 dias para o evento carnaval;

Paixão de Cristo (6ª Feira santa);

21 de abril Tiradentes;

01 de maio Dia do Trabalho Lei Federal 662, de 06/04/1949;

Corpus Christi;

Emancipações políticas municipais

07 de setembro Independência do Brasil Lei Federal 662, de 06/04/1949;

12 de outubro Nossa Senhora Aparecida Lei Federal 6.802, 30/06/1980;

15 de novembro Proclamação da República Lei Federal 662, de 06/04/1949;

25 de dezembro Natal Lei Federal 662, de 06/04/1949;

B1 – Férias (Art. 141 do Decreto-Lei nº. 5.452/42 e § XVII, Art. 7º da Constituição Federal).

Total de dias referentes a férias 26 dias

Total de dias de efetiva prestação de serviços no ano 275 dias

B.1.1 – 1/3 de Férias (Art. 7º, inciso XXI) garante ao trabalhador o direito ao gozo de férias anuais remunerados com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Percentual estabelecido conforme IN Nº 02/2009 = 12,10 %

B2 – Auxílio Doença

Duração média equivalente a doenças cobertas por atestado médico 15 dias/ano

Média de empregados que apresentam atestados 25,40%

Percentual $\{(15/275) \times 25,40\} \times 100\% = 1,39 \%$

B3 – Licença Maternidade/Paternidade

Licença Maternidade

Considerando que 38,05 % dos trabalhadores na área de Asseio, Limpeza e Conservação são mulheres e a taxa de fecundidade é de 1,96%, que a proporção de homem do TO é de 47,81 % e a proporção de homens em idade de procriação é de 61%.

Duração do Benefício 120 dias

Coeficiente de incidência $\{(38,05 \% \times 1,96 \% \times 47,81 \% \times 61,00\%)\}$ 0,2175

Taxa de incidência entre as mulheres 3,00%

Percentual $(0,2175 \times 3,00\%) \times 100\% = 0,65 \%$

Licença Paternidade

A constituição Federal (Art. 7º, Inciso XIX) garante ao trabalhador o direito a licença paternidade, fixando a duração, até que a lei venha a discipliná-la, em 05 (cinco) dias.

Quantidade de dias da Licença 05 dias

Percentual anual de empregados que utilizam esse benefício 3,00%

Percentual $\{(5/275) \times 3,00\% \} \times 100\% = 0,05\%$

B4 – Faltas Legais (Art. 473 e 822 da CLT e Art. 5º da Lei 605/49)

Número de dias referente à faltas legais 02 dias

Total de dias da efetiva prestação de serviços no ano 275 dias

Percentual $(2/275) \times 100\% = 0,73 \%$

B5 – Acidente de Trabalho (Lei nº. 6.367/76 e Art. 5º da Lei 605/49)

Números de dias referentes à acidente de trabalho 01 dia

Total de dias da efetiva prestação de serviços no ano 275 dias

Percentual $(1/275) \times 100\% = 0,36 \%$

B6 – Aviso Prévio Trabalhado (Art. 487 da CLT e Inc. XXI do Art. 7º da CF)

Calculo:

$[(100 \% / 30) \times 7] / 12 = 1,94 \%$

Onde:

100 % = salário integral

30 = número de dias referentes ao aviso prévio

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito a se ausentar

12 = número de meses da vigência do contrato

B7 – 13º Salário – (Lei nº. 4.090/62, Lei nº. 7.787/89 e Inc. VIII, Art. 7º da CF)

Apropriação Mensal $(1/12 \text{ avos})$ **8,33**

GRUPO “C”

Aviso Prévio Indenizado (já incluídos os efeitos da Lei 12.506)	4,66%	Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88
FGTS s/ Aviso Prévio	0,28%	Sumula 305 TST

Reflexos no Aviso Prévio Indenizado	0,70%	Decreto 6727/2009
Multa FGTS	3,93%	Artigo 487 CLT e Artigo 10, Inciso I da Disposição Transitória CF 1988
Contribuição Social 10% s/ FGTS	0,98%	Artigo 1º Lei complementar 110/01
Indenização Adicional	0,09%	Artigo 9 Lei 7238/1984
TOTAL GRUPO "C"	10,64%	

GRUPO "D"

Incidência do GRUPO "A" sobre o GRUPO "B"	9,57%	Artigo 28º Lei 8.212/91
Incidência sobre o Salário Maternidade	0,46%	Artigo 56 DA IN 80 PREV. Soc.
TOTAL GRUPO "D"	10,03%	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	83,49%	

}

MARIA DALVA DIOGO DE SOUSA
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO AMBIENTAL E PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

WANDERSON ROCHA ARAUJO
PRESIDENTE

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA DO ESTADO DO TOCANTINS - SEAC-TO

ANEXOS

ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

